



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

POLIANE CAMILA LIMA DOS SANTOS

ARAPIRACA E SUA EXPRESSÃO ENQUANTO CIDADE MÉDIA NO CONTEXTO
REGIONAL ALAGOANO

Maceió
2019

Poliane Camila Lima dos Santos

**ARAPIRACA E SUA EXPRESSÃO ENQUANTO CIDADE MÉDIA NO CONTEXTO
REGIONAL ALAGOANO**

Dissertação de mestrado apresentado ao
programa de pós-graduação em Geografia do
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e
Meio Ambiente da Universidade Federal de
Alagoas – PPGG/IGDEM/UFAL

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas
Silva

Coorientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro

Maceió - AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico Bibliotecária

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

S237a Santos, Poliane Camila Lima dos.
Arapiraca e sua expressão enquanto cidade média no contexto regional alagoano
Poliane Camila Lima dos Santos. – 2019.
140 f. : il.

Orientador: Paulo Rogério de Freitas Silva.

Coorientador: Miguel Ângelo Ribeiro

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia.
Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 142-146.

1. Cidades médias – Região nordeste – Brasil. 2. Rede urbana do nordeste, Brasil.
3. Arapiraca (AL) – Desenvolvimento urbano. I. Título.

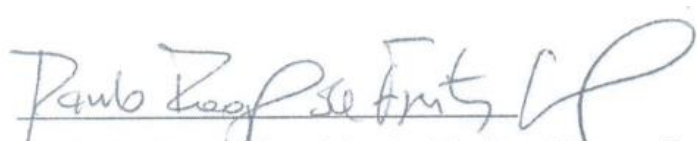
CDU: 913(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

POLIANE CAMILA LIMA DOS SANTOS

**ARAPIRACA E SUA EXPRESSÃO ENQUANTO CIDADE MÉDIA NO CONTEXTO
REGIONAL ALAGOANO**

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia em 21 de fevereiro de 2019, tendo como banca examinadora:



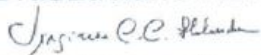
Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva – Presidente



Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro – Coordenador



Prof. Dra. Luciane Maranhã de Oliveira Marisco – Titular Interno



Prof. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda – Titular Externo

DEDICATÓRIA

As minhas mães Eva Alves dos Santos e Geralda Conceição dos Santos por sempre me apoiar.

AGRADECIMENTOS

A professora Eunice Gomes por me encorajar a estudar.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (orientador) e Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro (coorientador) pelo aprendizado e apoio.

Aos meus amigos José Cícero e Sônia Maria pelo acolhimento.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Aos professores e colegas do curso por todo aprendizado.

EPÍGRAFE

Sob um céu de safira estrelado,
Num agreste dêste imenso Brasil,
Fôra um rincão pequenino fadado
A ser majestoso, soberbo e viril.

Arapiraca, Estrêla radiosa,
Que fulgura sob o céu do Brasil,
Cidade sorriso, cidade formosa,
Cheia de esplendores e de encantos mil.

REIS, Pedro de França e PALMEIRA, Nelson

RESUMO

Arapiraca é considerada a capital do Agreste alagoano, sendo a principal cidade do interior, considerada um polo regional, conforme demonstramos no decorrer desta dissertação. A mesma passou por intensas transformações ao longo do século XX e XXI, por isso o recorte temporal, delimita-se entre os anos de 1950 e 2015, em razão de ter se concentrado neste período as principais mudanças, que conduziram a cidade a condição atual de Cidade Média. Durante o mencionado período a produção do fumo, o comércio, os serviços, alavancaram a economia arapiraquense definindo-a como o maior centro urbano do interior do estado de Alagoas. Destacamos que a dimensão de sua área de influência se estende principalmente pelo Agreste e Sertão, mas também alcança parte do Leste Alagoano. Este trabalho tem como objetivo geral compreender Arapiraca, enquanto cidade média, no contexto regional alagoano, a partir das variáveis que definem tal condição, suas interações intra e interurbana e o papel de polarizadora de serviços públicos e privados na rede urbana de Alagoas. Buscamos analisar o significado e o alcance regional de Arapiraca na rede urbana alagoana, bem como, contextualiza-la na rede urbana do Nordeste. Nessa busca, construímos uma periodização para apresentar a formação e transformação da rede urbana do Nordeste, principalmente a de Alagoas. Demonstramos o processo crescimento econômico, destacando os artifícios determinantes que definiram a formação territorial deste lugar. Assim, evidenciamos a gênese do processo de organização da dinâmica territorial do Agreste alagoano a partir da centralidade e da região de influência de Arapiraca. Identificamos o papel de Arapiraca enquanto cidade média, na rede urbana da Alagoas, para que se possa compreender sua importância na dinâmica territorial alagoana. Considerando tanto a estrutura interurbana como a estrutura intraurbano de Arapiraca, constatamos as relações que ela mantém com outras cidades em diferentes escalas geográficas e, evidenciamos os novos objetos e funções urbanas que foram incorporados ao seu espaço e que fez com que adquirisse a condição de cidade média. Os dados que serviram como base para o trabalho foram obtidos através de visita a campo, principalmente nas indústrias HADA, Distribuidora Asa Branca, Grupo Coringa de Alimentos e por meio de informações obtidas a partir do aparato teórico ligados à temática e a própria historiografia da cidade em questão.

Palavras-chave: Cidade Média, Rede Urbana do Nordeste, Alagoas, Arapiraca.

RESUMEN

Arapiraca es considerada la capital del Agreste alagoano, siendo la principal ciudad del interior, considerada un polo regional, como demostramos en el transcurso de esta disertación. La misma pasó por intensas transformaciones a lo largo del siglo XX e XXI, por eso, el recorte temporal, se delimita entre los años 1950 y 2015, debido a que se concentró en este período los principales cambios, que condujeron la ciudad a la condición actual de Ciudad Media. Durante el mencionado período la producción del tabaco, el comercio, los servicios, apalancar la economía arapiraquense definiéndola como el mayor centro urbano del interior del estado de Alagoas. Destacamos que la dimensión de su área de influencia se extiende principalmente por el Agreste y Sertão, pero también alcanza parte del Leste Alagoano. Este trabajo tiene como objetivo general comprender Arapiraca, como ciudad media, en el contexto regional alagoano, a partir de las variables que definen tal condición, sus interacciones intra e interurbana y papel de polarizadora de servicios públicos y privados en la red urbana de Alagoas. Buscamos analizar el significado y el alcance regional de Arapiraca en la red urbana alagoana, así como, contextualizarla en la red urbana del Nordeste. En esa búsqueda, construimos una periodización para presentar la formación y transformación de la red urbana del Nordeste, principalmente la de Alagoas. Demostramos el proceso de crecimiento económico, destacando los artificios determinantes que definieron la formación territorial de este lugar. Así, evidenciamos la génesis del proceso de organización de la dinámica territorial del Agreste alagoano a partir de la centralidad y de la región de influencia de Arapiraca. Identificamos el papel de Arapiraca como ciudad media, en la red urbana de Alagoas, para que se pueda comprender su importancia en la dinámica territorial alagoana. Considerando tanto la estructura interurbano como la estructura intraurbana de Arapiraca, constatamos las relaciones que ella mantiene con otras ciudades en diferentes escalas geográficas y, evidenciamos los nuevos objetos y funciones urbanas que fueron incorporados a su espacio y que hizo que Arapiraca adquiriera la condición de ciudad media. Los datos que sirvieron como base para el trabajo fueron obtenidos a través de visita a campo, principalmente en las industrias HADA, Distribuidora Asa Branca, Grupo Coringa de Alimentos y por medio de informaciones obtenidas a partir del aparato teórico ligados a la temática y la propia historiografía de la ciudad en cuestión.

Palabras clave: Ciudad Media, Red Urbana do Nordeste, Alagoas, Arapiraca.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Feira Livre em Arapiraca.....	4
Imagem 2. Rotas fluviais em Alagoas 1871	63
Imagem 3. Divisão Regional de Alagoas 1962: organizado por Ivan Fernandes Lima	67
Imagem 4. Mercado Público de Arapiraca: seção de frutas, verduras, legumes e hortaliças...	89
Imagem 5. Mercado público de Arapiraca: Barraca de frutas.....	89
Imagem 6. Mercado Público de Arapiraca: seção de pescados.....	90
Imagem 7. Mercado público de Arapiraca: seção de grãos.....	90
Imagem 8. Feira Livre de Arapiraca: seção de carnes.....	91
Imagem 9. Feira Livre de Arapiraca: seção de móveis	91
Tabela 10. Municípios que integram a Região Metropolitana do Agreste.....	93
Imagem 11. O velho e o novo: Favelas Caborje/Quiçassa x Bosque das Arapiracas	103
Imagem 12. Residencial Ouro Verde	106
Imagem 13. Conjunto Habitacional Residencial Brisa do Lago	107
Imagem 14. Residencial Vale da Perucaba	107
Imagem 15. Residencial Brisa do Lago: distância para o Centro.....	108
Imagem 16. Condomínio Ouro Verde: distância para o Centro	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Arapiraca.....	7
Figura 2. Região de Influência e conexões externas; Recife (PE) - MetrÓpole.....	46
Figura 3. Região de Influência e conexões externas; Fortaleza (CE) - MetrÓpole.....	47
Figura 4. Região de influência e conexões externas: Salvador (BA) - MetrÓpole	48
Figura 5. Divisão política das cidades da província de Alagoas – 1872	57
Figura 6. Região de influência e conexões externas - Maceió (AL) - Capital regional A	71
Figura 7. Divisão político-administrativa da Região Fumageira de Alagoas.....	74
Figura 8. Origem da matéria-prima processada em Arapiraca - Grupo Coringa	78
Figura 9. Destino dos produtos da processados na fábrica de Arapiraca – Grupo Coringa	79
Figura 10. Origem dos produtos comercializados pela Distribuidora Asa Branca	81
Figura 11. Destino dos produtos comercializados pela Asa Branca Distribuidora	82
Figura 12. Origem internacional da matéria-prima processa na fábrica Hada Alimentos - Arapiraca	83
Figura 13. Origem nacional da matéria-prima processada na fábrica Hada Alimentos - Arapiraca	84
Figura 14. Origem dos produtos comercializados na feira livre de Arapiraca - 2018.....	85
Figura 15. Arapiraca sob a região de influência de Maceió	95
Figura 16. Regiões de Saúde – Alagoas - 2017	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Região Nordeste - Participação dos estados no PIB a preços correntes, em % (1970-75; 1980-85;1990-96)	32
Gráfico 2. Nordeste - Contratações do FNE por Estado 2002 á 2011 em (%).....	35
Gráfico 3. Evolução nas taxas de urbanização no Brasil e Regiões Geográficas brasileira em (%)	36
Gráfico 4. Níveis Urbanos – Hierarquia dos Centros Urbanos - REGIC 2007.....	43
Gráfico 5. População de Alagoas entre os anos de Comarca e Província	55
Gráfico 6. Urbanização em Alagoas – 1960 a 2015	70
Gráfico 7. População de Arapiraca 1970-2010 (Nº de pessoas).....	75
Gráfico 8. Arapiraca e os municípios de Alagoas que através dela relacionam-se com Recife.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Região Nordeste - Participação setorial no PIB regional (%) – anos 1985/90/95.....	33
Tabela 2. Nordeste - Contratações do FNE por Estado (2002/2011) (R\$ mil)	35
Tabela 3. Nordeste – População segundo situação do domicílio – 1970/2010	37
Tabela 4. Região Nordeste e Unidades da Federação – Localização espacial população total – 1970/2010	37
Tabela 5. Classificação dos centros urbanos – IPEA	41
Tabela 6. Distribuição da população de Alagoas - 1860	56
Tabela 7. População geral – Alagoas e Arapiraca 1991,2000 e 2010	76
Tabela 8. População residente por situação do domicílio e unidade geográfica - 1991, 2000 e 2010	76
Tabela 9. Produtos comercializados pela Asa Branca Distribuidora.....	80
Tabela 10. Distribuição da população do município de Arapiraca por ocupação - 2000.....	98
Tabela 11. População Economicamente Ativa – 2010	99
Tabela 12. Taxa de escolaridade da população com 25 anos ou mais de Arapiraca (em %) - 2000 e 2010	100
Tabela 13. Indicadores sociais – Arapiraca: Renda per capita, Índice de Geni – 1991, 2000, 2010	100
Tabela 14. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Arapiraca – AL	101
Tabela 15. Quantidade por tipo de estabelecimento segundo município - 7ª Região de Saúde AL.....	112
Tabela 16. Quantidade por tipo de estabelecimento segundo município - 7ª Região de Saúde AL/ (segunda parte).....	113
Tabela 17. Estado do Nordeste e suas respectivas Cidades Médias	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Zonas regionais: Litorânea/Mata e Agreste/Sertão	59
Quadro 2. Regiões e as respectivas cidades mais influentes de Alagoas - 1960.....	69
Quadro 3. Cidades Médias do Nordeste	115

LISTA DE ABREVIATURAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPROAL	Centro de Ensino Profissionalizante de Alagoas
CESAMA	Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca
CESMAC	Centro de Estudos Superiores de Maceió
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde Do Brasil
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FACESTA	Faculdade São Tomás de Aquino
FAPEAL	Fundação de Pesquisa do Estado de Alagoas
FFPA	Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNEC	Fundação Educacional do Agreste Alagoano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER	Laboratório de Estudos Regionais
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual do Estado de Alagoas
ReCiMe	Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFA	Região Fumageira de Alagoas
RMA	Região Metropolitana do Agreste
SEMDUMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEMS	Superintendência de Mercado e Feira
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
UNIRB	Faculdade Regional da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. DISCUTINDO AS CIDADES MÉDIAS NA GEOGRAFIA E A URBANIZAÇÃO DO NORDESTE.....	16
1.1 CIDADE MÉDIA: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	16
1.2 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA SOBRE CIDADES MÉDIAS.....	20
1.3 A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO REGIONAL	24
1.4 A URBANIZAÇÃO DO NORDESTE E A FORMAÇÃO DA SUA REDE URBANA	29
1.4.1 Dinamização econômica e crescimento demográfico	30
1.4.2 A Rede Urbana do Nordeste: uma análise a partir do REGIC 2007	38
CAPÍTULO 2. A REDE URBANA DE ALAGOAS E A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA: UMA INTERPRETAÇÃO TEMPORAL.....	50
2.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DE ALAGOAS.....	50
2.2 INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS: DESENVOLVIMENTO URBANO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE	58
2.3 A ESTRUTURA DA REDE URBANA DE ALAGOAS E A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI.....	66
CAPÍTULO 3. A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA NO PRESENTE.....	72
3.1 ARAPIRACA: A TRANSIÇÃO PARA A CONDIÇÃO DE CIDADE MÉDIA	72
3.2 AS FUNÇÕES URBANAS DE ARAPIRACA.....	86
3.3 UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTRA-URBANA INTERURBANAS DE ARAPIRACA.....	94
CAPÍTULO 4. O PAPEL DE ARAPIRACA ENQUANTO CIDADE MÉDIA	97
4.1 ARAPIRACA DO PRESENTE: UMA ANÁLISE DE SEUS INDICADORES	97
4.2 ESPAÇO INTRAURBANO DE ARAPIRACA.....	104
4.3 ARAPIRACA E OUTRAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

As cidades médias, despertam o interesse dos geógrafos, sobretudo, da geografia urbana por estas terem se tornado importantes centros urbanos que exercem influência na dinâmica territorial e socioespacial regional, e por estarem inserido aos debates sobre os processos de modernização e reorganização da rede urbana brasileira. A nível de urbanização brasileira, as cidades médias despontam no cenário nacional em razão dos programas desenvolvimentistas do governo, aproveitando-se da aplicação de recursos em outras cidades brasileiras, que não as metrópoles, para desenvolver suas potencialidades, tornaram-se uma alternativa às metrópoles.

De fato, a preocupação com as cidades do Brasil, não é um assunto de hoje, pois o aumento do número de cidades médias no país não é um fenômeno exclusivo do século XXI. Como afirma Holanda e Amora (2010, p. 45) em 1960 o crescimento acelerado nas grandes cidades exigia do Governo Federal projetos de política nacional de desenvolvimento urbano com a finalidade de interiorizar alguns serviços urbanos para desconcentrar as grandes aglomerações. Após os anos 1970, o Governo cria II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979, e posteriormente o Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio. Desta forma, estas cidades destacam-se com maior intensidade a partir de década de setenta do século XX.

De acordo com Corrêa (2007), no decorrer dos anos de 1970, a rede urbana brasileira passou por transformações que resultaram na desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais e no aparecimento de novos centros industriais especializados. A dispersão das indústrias pela rede urbana do país, a modernização do campo, os avanços do meio técnico-científico fizeram surgir novos centros regionais, dos quais muitos são na conjuntura atual cidades médias.

Atualmente, uma importante referência no campo de pesquisa sobre cidades médias é a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), criada em 1998, contando com a participação de diversas universidades brasileiras. As pesquisas desenvolvidas pela ReCiMe contribuem para o enriquecimento das discussões acerca das cidades médias das diferentes regiões do país e para o desenvolvimento do aporte teórico-metodológico para os estudos sobre o referido tema.

As pesquisas sobre esta categoria de centro urbano contribuem, dentre outras questões, para a compreensão da urbanização brasileira e do processo de desconcentração da economia

nacional, nos permite analisar a expansão das atividades comerciais e a configuração do espaço regional, bem como, nos proporciona identificar o papel intermediário que ela exerce na rede urbana.

Muitos são os debates acerca da conceitualização das cidades médias, no entanto, não há um consenso final sobre sua definição. Para Beltrão Sposito (2007, p.10) estas cidades são “espaços em transição”. Castelo Branco (2007, p. 90) entende que “as cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Para Pontes (2006, p. 57) há um conjunto de fatores que devem ser considerados na identificação das cidades médias, a saber: “tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômicas, posição e sua importância na região e na rede urbana que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida”, nesse sentido Corrêa (2007, p. 23) afirma que as cidades médias são importantes nós da rede urbana.

Estas tentativas dos geógrafos de construir o conceito que define o que vem ser cidade média nos traz a percepção de que este conceito vem sendo construído a partir da análise das funções urbanas que estas cidades desempenham na hierarquia da rede urbana brasileira. No capítulo 1 dessa dissertação nos aprofundamos mais nesta discussão conceitual sobre cidades médias.

De forma a contribuir, Santos (2009), afirma que a urbanização brasileira estimulada pelo avanço do capitalismo, trouxe mudanças significativas na organização do espaço, sobretudo no que diz respeito a fluidez de bens e serviços no território. Também destaca três seguimentos modificados para atender às exigências do capitalismo, a saber: o primeiro é o setor infraestrutura (transporte, telecomunicação e produção de energia); o segundo é o desenvolvimento da produção material brasileira, tanto no setor industrial, quanto no setor agrícola e; o terceiro diz respeito ao desenvolvimento de novas formas econômicas de consumo não material (saúde, educação, lazer e informação). Estas mudanças resultaram em especialização de tarefas pelo território em diferentes escalas, assim, é neste contexto de desorganização e reorganização do espaço brasileiro, que as cidades médias se multiplicaram e trouxeram uma nova dinâmica nas relações socioespaciais, tornando-se cidades que estão diretamente envolvidas no processo de desconcentração da economia brasileira a medida em que passaram a ser alternativas de investimentos e, também destino de imigrantes.

Nesse interim, cabe-nos então, apreender o que foi modificado nestas cidades que se tornaram médias e conseqüentemente às tornaram diferenciadas das demais cidades da rede urbana da qual fazem parte, bem como, compreender como as cidades médias influenciam na

organização da dinâmica territorial e socioespacial regional, para assim, identificar sua importância na fluidez de bens e serviços. É neste contexto que estudaremos as funções desempenhada pela cidade média, não com a pretensão de propor novos conceitos, mas na perspectiva de compreender o papel que esta desempenha na organização do espaço urbano regional.

É importante ressaltar que conforme afirma Santos (2009) a modernização dos centros urbanos brasileiros ocorre de forma seletiva e desigual, o que na prática implicou na especialização de tarefas no território e contribuiu para o aumento da importância dos centros urbanos regionais. Entretanto, conforme Santos (2009) cada cidade é única, essa percepção é base para pensarmos a cidade objeto desta pesquisa, que é Arapiraca no estado de Alagoas.

Essa cidade que tem sua formação e transformação intimamente relacionada ao cultivo do fumo, a presença da feira livre e ao desenvolvimento do comércio, mas que sempre manteve laços de interações socioespaciais no contexto regional, ora como dependente, ora como fornecedora de serviços. Em meio a todo processo de urbanização e de modificações do setor econômico, ganhou notoriedade, logo passou a ser polo de investimento do setor público e privado. Embora não esteja entre os primeiros núcleos de povoamento e ocupação de Alagoas, a jovem cidade, de 94 anos, faz valer no território alagoano a força que as cidades médias representam na rede urbana.

De acordo com Guedes (1999), as terras onde teve início a formação territorial de Arapiraca, em meados do século XIX, eram denominadas de Alto do Espigão do Simão de Cangandú. Essas terras foram adquiridas em 1848 pelo Capitão Amaro da Silva Valente Macedo, este deu ordens ao seu genro Manoel André Correia dos Santos para dar início a ocupação e posse do local.

Nestas terras predominava uma árvore da família das Leguminosas Mimosáceas - Piptadênia (*Pithecolobium*), uma espécie de angico branco muito comum no Agreste e no Sertão do estado, de nome Arapiraca, palavra que tem origem indígena, que significa: "ramo que arara visita".

A princípio a vegetação foi descampada para dar lugar aos cultivos de cereais e a mandioca, no entanto, no final do século XIX o cultivo do fumo foi inserido a cultura arapiraquense e logo tornou-se mais intenso, e em meados do século XX passou a ser principal atividade econômica do município.

Como distrito, Arapiraca esteve subordinada, sucessivamente, a Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro de Anadia, até que em 1918 o Major Esperidião Rodrigues da Silva empreende uma campanha de emancipação política e, com o apoio do deputado Odilon

Auto, em 30 de maio de 1924 a Assembleia Legislativa aprova o projeto de Lei nº 1009 que emanciparia o município constituindo-se de territórios desmembrados de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu e Limoeiro. Em seus limites territoriais estão os municípios de Coité do Nóia, Craíbas e Igaci ao norte, ao sul São Sebastião e Feira Grande, a leste com Limoeiro de Anadia e Junqueiro e a oeste com Lagoa da Canoa e Craíbas.

No ano de sua emancipação, o fumo arapiraquense era produzido para abastecer os municípios vizinhos, tais como, Penedo, Igreja Nova, Limoeiro de Anadia, Quebrangulo, Viçosa, Palmeira dos Índios, contudo, sua produção passou a abastecer o mercado nacional e logo ganhou destaque entre os produtos de exportação brasileira. Em 1940, eram produzidos em Arapiraca, de acordo com o censo agrário do IBGE (1940), 257 toneladas do fumo de corda. Anadia que era o segundo maior produtor de fumo do Agreste, alcançava uma média de 76 toneladas. Já em 1960 os números da produção fumageira de Arapiraca alcançavam a marca de 6.024 toneladas.

Em 1950, chega em Arapiraca a primeira firma internacional, a Exportadora Garrido, iniciando a formação do polo agroindustrial fumageiro. Para Nardi (2010), o surgimento da Região Fumageira de Alagoas, composta pelos municípios de: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro do Anadia, São Sebastião e Taquarana, fortaleceu o comércio e a feira livre e, tornou visível o caráter centralizador de Arapiraca.

Na feira livre, dezenas de barracas eram montadas para o comércio da bola de fumo e da produção agrícola local e dos municípios vizinhos. A Imagem 1 é um registro da movimentada feira livre arapiraquense.

Imagem 1. Feira Livre em Arapiraca



Fonte: IBGE, ano não especificado.

Conforme Nardi, (2010), com a crise da produção fumageira baiana nos anos de 1970, a Região Fumageira Alagoana, cujo polo produtivo era Arapiraca, passou a ser responsável pela produção de 90% do fumo de corda nacional em meados dos anos de 1980.

Entretanto, no final dos 1980 surgem os primeiros sinais de decadência do fumo arapiraquense. Para Oliveira (2007, p. 64) a crise foi provocada por uma combinação de fatores, a saber: a superprodução, a baixa qualidade do produto, a falta de informação dos produtores, a distorção no processo de comercialização e a tendência estrutural na redução da demanda pelo fumo. A crise do fumo provocou intensas modificações, forçou um repensar/reestruturar da economia do agreste alagoano que se encontrava dependente da atividade fumageira.

Assim, entre os anos 1990 e 2000, Arapiraca vivencia um intenso processo de transformações socioeconômicas e em seu espaço urbano. Adquiriu novas funções na rede urbana de Alagoas e tornou-se a cidade mais influente no interior do estado.

Assim, embora a crise do setor fumageiro tenha afetado negativamente a economia e vida do arapiraquense, a resposta e/ou a reação dos agentes sociais deste espaço urbano a esta situação fora decisiva para que a cidade superasse a dependência da fomicultura e reestabelecesse novas formas de assegurar o desenvolvimento de Arapiraca.

Os trabalhadores desempregados no campo migraram para a cidade, o Estado agiu em prol de assegurar melhorias em infraestrutura para atrair novos investidores e, muitas indústrias que processavam o fumo produzido na região passaram a beneficiar outros produtos agrícolas como o milho e o café cultivados até mesmo em outras regiões do Brasil, como fez o Grupo Coringa. Hodiernamente, a economia arapiraquense é composta por diversos setores, principalmente o de serviços este é o que tem maior participação no PIB municipal, seguido do administração pública, indústria e agropecuária.

A Arapiraca do presente é uma cidade dinâmica e com interações espaciais de diferentes escalas geográfica. Os grupos atuantes na indústria arapiraquense como o Coringa, Vieira, Doce Popular; as empresas prestadores de serviços como o Call Center AeC e os representantes da marca Mercedes-Benz, a Serdil (Serviços e Peças Diesel Arapiraca LTDA); a presença do Shopping e de investidores de alcance global como AccorHotels e das redes de fast food como SubWay e McDonald's; o comércio atacadista e varejista e a feira livre, estendem os alcances da cidade, tal como intensifica suas interações espaciais.

Quanto a prestação de serviços na área da educação em nível profissionalizante, estão instalados no município: 1 campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 1 campus sede

da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e 1 campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Soma-se a estes as instituições privadas de ensino superior com cursos na modalidade presencial o Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC); Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca (CESAMA); Faculdade São Tomás de Aquino (FACESTA) e Faculdade Regional da Bahia (UNIRB).

Quanto aos serviços na área da saúde estão instalados no município, de acordo com o DATASUS, 283, estabelecimentos de saúde, entre público e privado, dos quais um (01) é Hospital Regional e um (01) é Unidade de Emergência, ambos sob a administração do governo do estado, nos quais são disponibilizados serviços médicos especializados.

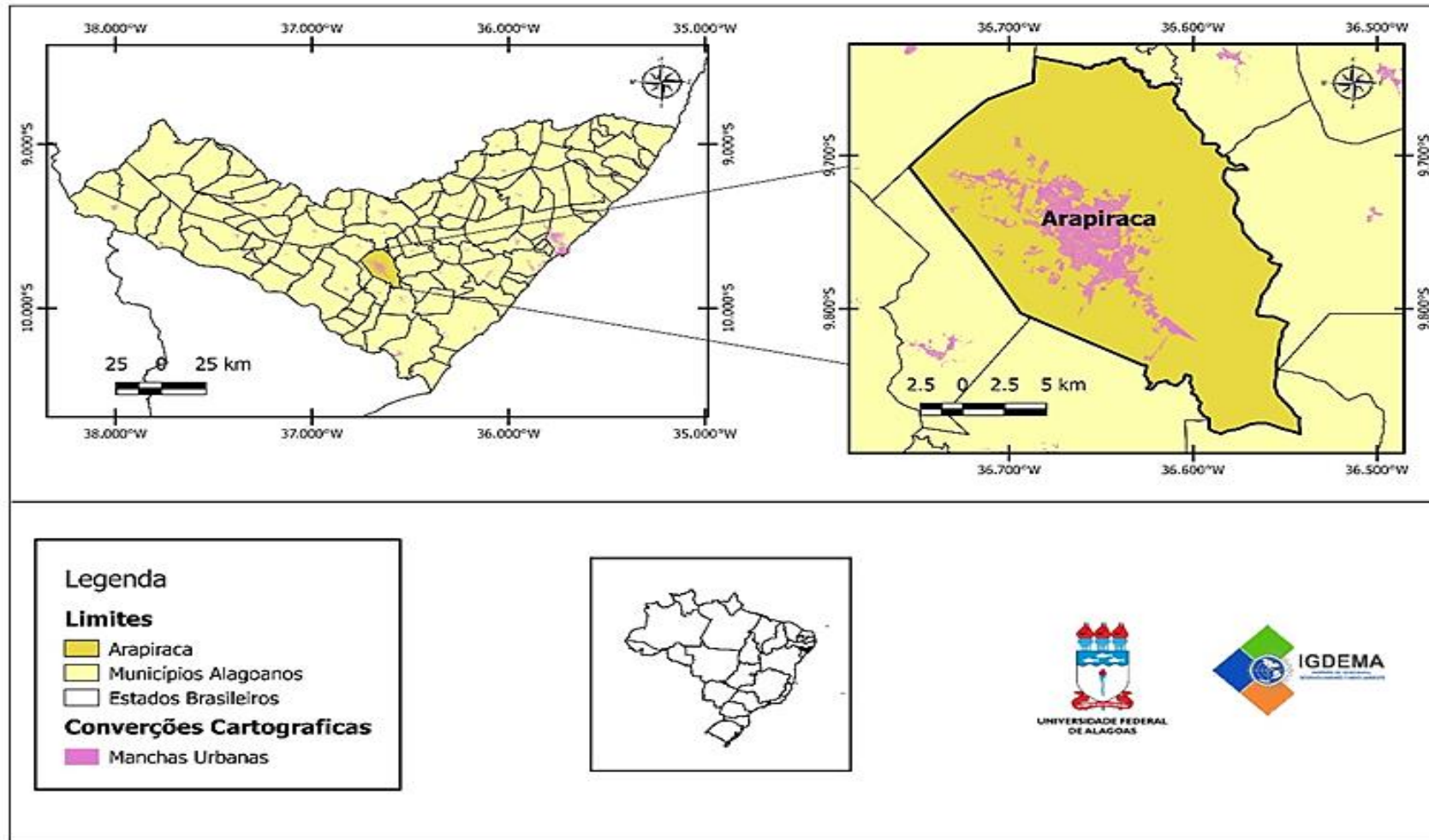
O papel que ela exerce, assim como suas funções, são resultados de um longo processo de transformação, sobretudo nos setores de infraestrutura urbana, transporte, telecomunicação e do desenvolvimento e expansão da indústria e de serviços nas áreas da saúde, educação e lazer, dentre outros serviços especializados que são ofertados na cidade. Estas transformações demonstraremos no decorrer desta dissertação. Estes serviços ofertados em Arapiraca asseguram as interações intra e interurbana de Arapiraca em níveis distintos. Também revelam o dinamismo, o desenvolvimento e desempenho desta na dinâmica da rede urbana de Alagoas.

Outrossim, nos estudos sobre Regiões de Influência das Cidades da rede urbana brasileira feito pelo IBGE (REGIC 2007), Arapiraca foi classificada como capital regional C, cuja área de influência alcançava o Sertão e o Agrestes Alagoano. Em 2017 o IBGE identificou que em Alagoas existem duas cidades polos, ou seja, com cujos os serviços alcançam outras cidades do estado. Sendo uma a Região Geográfica Intermediária de Maceió, composta por 52 municípios e, a outra é a Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, formada por 50 municípios.

Assim, considerando as classificações, as interações e o papel que Arapiraca desempenha na dinâmica do território alagoano, entendemos que estas constatações nos fazem analisa-la dentro de uma perspectiva de cidade média.

Localizado na área central do estado de Alagoas, na Mesorregião do Agreste e na Microrregião de Arapiraca, Arapiraca ocupa uma área com aproximadamente 351,48 Km². Sua população em 2010 era de 214.006 habitantes (IBGE, 2010) a população estimada pelo IBGE em 2017 é de 234.185 habitantes. Acha-se entre as rodovias estaduais AL 110, AL 115 e AL 220 que interligam a cidade às rodovias federais BR 316 e BR 101 que por sua vez dão acesso aos estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco. Sua localização geográfica privilegiada facilita as interações tanto com as cidades das mesorregiões Agreste, do Sertão e do Leste Alagoano, quanto com outros estados do Nordeste

Figura 1. Localização de Arapiraca



Fonte: IBGE, mapa político do estado de Alagoas, 2015.

Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz e SANTOS, Poliane Camila Limas do

Das variáveis da geografia urbana que nos permite analisar as cidades, delimitamos esta pesquisa ao contexto das cidades médias em razão de sua importância socioeconômica e político-administrativa para contexto regional. As cidades médias atuam como polarizadoras e organizadoras de bens e serviços que outrora concentravam-se nas metrópoles. No entanto, dada a diversidade presente na urbanização brasileira, cada cidade adquiriu características e funções diversas e específicas, o que implica em observar que cada cidade média é diferente, por isso, é pertinente fazer o recorte espacial. Holanda (2011, p. 8) afirma que não podemos fazer generalizações sobre as cidades médias brasileiras focando no sistema urbano como um todo, sendo assim, compreende-las requer fazer o recorte espacial e analisar o papel que estas cidades desempenham nos contextos territoriais, “por certo serão encontradas nas análises dos vários territórios semelhanças e diferenças”.

Assim, tomamos como recorte espacial a cidade de Arapiraca/AL, e dentre os múltiplos olhares que a Geografia nos permite compreender a cidade, recorreremos ao aparato teórico-metodológico do que é cidade média, para entender e explicar o papel que ela desempenha no contexto regional alagoano. Trata-se de identificar os bens e serviços que Arapiraca polariza e organiza, mas, há também a necessidade de perceber os objetos e funções urbanas que foram agregados ao espaço arapiraquense que no decorrer do tempo fez desta uma cidade média.

Outrossim, entender a cidade que se apresenta diante dos nossos olhos, é um exercício complexo, visto que esta é resultado de um contínuo movimento de transformação. Devemos considerar que o espaço não pode ser entendido como algo estático, como se sempre estivesse existido da forma que o observamos, é preciso analisar os processos culturais, econômicos, sociais e políticos, que em síntese, são elementos influenciadores da dinâmica socioespacial e, fazem parte da constituição do espaço.

Nesse interim, retomaremos aqui os processos que dão conta de explicar a formação e transformação territorial de Arapiraca como recurso para compreender sua organização e sua importância no contexto regional. Como nos instrui Beltrão Sposito (2000, p. 11): “entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens”. É na reflexão histórica que podemos notar as transformações ocorridas no espaço.

Destarte, delimitamos esta pesquisa ao recorte temporal entre os anos 1950 e 2015 em razão de ter se concentrado neste período as principais mudanças, sobretudo, no que se refere a atividade econômica e ao desenvolvimento de sua infraestrutura, que conduziram a cidade à sua posição atual na rede urbana de Alagoas e reforçaram a importância desta no contexto regional.

O que justifica o interesse em compreender o papel que as cidades médias desempenham na organização do espaço urbano, seja em escala regional, nacional ou global é sua importância e influência na organização da dinâmica territorial e nas interações socioespaciais em diferentes escalas. As pesquisas que buscam entender as cidades médias resultam em um rico acervo da Geografia brasileira dedicados não só aos aspectos conceituais, mas sobretudo, ao propósito de como compreender a caracterização e as funções destas cidades na dinâmica do espaço urbano brasileiro.

É necessário compreender que todas as funções que as cidades desempenham, independentemente de seu *status*, são importantes, o que modifica é área de alcance destas cidades. Por isso, pensar cidades médias é pensar também cidades pequenas e a metrópole, pois, é com elas que as cidades médias desempenham suas funções. A urbanização brasileira impregnada de processos desiguais causam contradições que os geógrafos não podem deixar de observar. A competitividade, a complementariedade e a centralidade que compõe a organização hierárquica da rede urbana brasileira precisa ser pensada não apenas como uma forma descritiva de organização do território, mas, com intensões de proporcionar reflexões crítica sobre os rumos políticos, sociais e econômicos que esta organização pode conduzir o país.

Silva (2018, p. 114) ao demonstrar o processo de urbanização de Alagoas, destaca Arapiraca como a segunda cidade mais importante da atualidade para o estado e ressalta que a urbanização arapiraquense, impulsionada pelo cultivo do fumo, modifica a economia de Alagoas:

Ressaltamos aqui que a gênese de Arapiraca, o segundo município mais importante do Estado na atualidade ocorre somente no século XIX, mais precisamente no ano de 1848 e que nesse século, os processos determinantes da gênese urbana alagoana continuam sendo os mesmos, isto é, o conjunto de ações ligadas à produção canavieira e a agropecuária. Porém a produção de fumo vai impulsionar a economia do Agreste a partir da década de 1950, isto é, meados do século XX, alterando uma configuração predominante no que se refere a dependência da produção açucareira e a pecuária

Silva (2018) demonstra a importância da cidade para o estado de Alagoas e acrescentamos que Arapiraca faz parte desse processo de desenvolvimento descentralizado que a urbanização brasileira vivenciou após o fim da Segunda Guerra. Arapiraca passou por um intenso processo de transformações, adquiriu no decorrer do tempo, principalmente entre os anos de 1950 e nas primeiras décadas dos anos 2000, novas funções e características que lhes asseguraram uma nova posição na hierarquia das cidades da rede urbana alagoana e da região Nordeste.

Em 1950 com é articulada a Região Fumageira de Alagoas (RFA), da qual Arapiraca veio a se tornar o centro de comando, este papel ampliou sua área de influência e fez desta uma

cidade importante para o desenvolvimento socioeconômico regional. Ascende economicamente, com mais intensidade entre os anos 1970 e 1980. Na ocasião, seu progresso econômico e suas potencialidades, fez desta cidade atrativa tanto para os investidores do setor privado, quanto público.

Entendemos necessário demonstrar as relações de Arapiraca com as cidades de porte menor e com a capital, para evidenciarmos que ela é centro nodal na dinâmica territorial alagoana, que ela ocupa uma posição central na rede urbana de Alagoas por oferecer serviços públicos e privados diferenciados e especializados os quais apresentaremos nos capítulos três (03) e quatro (04).

A especialização territorial do espaço interurbano e intraurbano de Arapiraca, demonstra tanto o processo de crescimento econômico e expansão urbana, como sua posição de centralidade em relação às demais cidades que integram dinâmica socioespacial regional.

Hodiernamente, a cidade está inserida no planejamento do governo do estado no que se refere a instalação de órgãos da segurança pública, previdência social, hospitais com especialidades médicas que antes só eram ofertados na capital, bem como, para a instalação de universidades públicas, intensificando influência de Arapiraca no estado de Alagoas.

Trata-se de uma cidade que representa o processo de transformações que vivenciam as cidades interioranas. É também, destino de quem busca por melhores condições de vida, ascensão profissional e serviços especializados em diversas áreas.

Para muitos alagoanos do Agreste e do Sertão alagoanos, é a cidade mais importante do interior do estado, pois, nela encontra o atendimento médico que precisam, as instituições públicas e privadas que oferecem cursos profissionalizantes em nível técnico e superior, é onde saciam suas necessidades de consumo, é para onde vão em busca de lazer.

Tudo que ela representa para a população alagoana e sua importância no desenvolvimento do estado despertam o interesse de muitos pesquisadores de diferentes áreas da ciência, sobretudo, dos geógrafos. O processo de transformação que ela passou ao longo das últimas décadas, sobretudo no setor da economia e em sua infraestrutura urbana, fez dela um importante centro de integração das cidades localizadas na mesorregião do Sertão Alagoano, na mesorregião do Agreste Alagoano e na mesorregião do Leste Alagoano.

A importância de Arapiraca na dinâmica regional, justifica a necessidade de uma pesquisa que permite entender e explicar as relações desta com outras cidades de diferentes escalas geográficas e conhecer os agentes que produzem seu espaço e suas formas de atuação.

É tarefa do geógrafo analisar e compreender o espaço onde o homem desenvolve suas relações com o território, com o lugar, onde desenvolve seu modo de vida. É também,

compromisso do geógrafo a produção do conhecimento crítico, no qual o homem se reconhece sujeito ativo e transformador do espaço, daí a necessidade de se produzir mais pesquisa acadêmica comprometida com o espaço regional.

Nesse sentido, esta pesquisa explora o conceito de cidade média alinhada as discussões sobre dinâmica territorial. Compreender o papel que as cidades médias desempenham na dinâmica territorial é importante para a Geografia, sobretudo em razão de sua atuação no desenvolvimento regional. Segundo Santos (2006, p. 39) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Cabe ao geógrafo delimitar, descrever e explicar as parcelas do espaço para evidenciar a evolução do mesmo e as relações que nele se constituem. As cidades médias, são em síntese, resultado da evolução espacial, no qual, na condição de geógrafos, podemos analisar o sistema de objetos e as ações dos agentes que as conduziram ao que elas são.

Outrossim, é fundamental compreender o processo de formação e transformação do território arapiraquense, este é resultado da ação, apropriação e produção que o homem faz do território. O espaço é resultante da dinâmica das forças de agentes sociais, econômicos e políticos. Sobre esta perspectiva Saquet (2005, p. 49) afirma: “a apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, estão na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial”.

As mudanças que ocorreram na urbanização brasileira causaram impactos significativos na organização do território brasileiro, proporcionando uma nova dinâmica na fluidez de bens e serviços e uma reorganização do território em escala local, regional e nacional. As cidades que receberam maiores investimentos, tiveram seu papel alterado, tornaram-se depositárias e produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e seu entorno, adquiriram o *status* de cidade média. Entretanto, é a prática da pesquisa, que constatará como as cidades médias participam na organização da dinâmica territorial do espaço regional e explicará o papel que elas desempenham na fluidez de bens e serviços.

As cidades médias são aquelas, após passar por processos de transformações econômicas, sociais e políticas, passaram a desempenham papéis de intermediação nas redes urbanas das quais fazem parte, no entanto, elas apresentam diferentes características, tem significados e funções distintas a depender da realidade da qual fazem parte. Compreende-la é uma tarefa que requer do pesquisador um olhar minucioso, é preciso analisar suas especificidades, sobretudo, as questões relacionadas a demografia, interações espaciais e estrutura intraurbano.

Elas não são definidas unicamente por causa do seu tamanho demográfico e dimensões territoriais, devem ser pensadas considerando as funções que elas desempenham na dinâmica regional, daí a necessidade compreender o papel que elas exercem na produção, no consumo de bens e serviços, na propagação de informação e sua participação na gestão do território, assim, cabe ao geógrafo questioná-la e não apenas descrevê-la. Portanto, levantamos alguns questionamentos importante sobre Arapiraca, para compreender como ela participa na dinâmica do espaço alagoano.

Nesses interim há duas questões a serem respondidas: 1) Quais foram as transformações que conduziram Arapiraca ao seu *status* atual na rede urbana de Alagoas? 2) Qual o papel de Arapiraca, enquanto cidade média, na dinâmica territorial e socioespacial de Alagoas?

Responder estas questões tanto explica porque ela importante no contexto regional alagoano, bem como, intensifica as discussões geográficas sobre as cidades médias brasileiras.

O objetivo geral desta pesquisa visa compreender Arapiraca, enquanto cidade média, no contexto regional alagoano, a partir das variáveis que definem tal condição, suas interações intra e interurbana e papel de polarizadora de serviços públicos e privados na rede urbana de alagoas. Outrossim, também fora necessário compreender a importância das cidades médias sobre a perspectiva da geografia; analisar o desenvolvimento da rede urbana alagoana contextualizada com a realidade da rede urbana do Nordeste; entender sobre os processos econômicos, sociais e políticos que possibilitaram a ascensão de Arapiraca na rede urbana de Alagoas; compreender o papel de Arapiraca, na atualidade, na rede urbana alagoana; identificar os agentes atuantes na transição de Arapiraca ao *status* de cidade média e analisar a organização do espaço intraurbano e interurbano arapiraquense.

Para atingirmos os objetivos desta pesquisa, partimos de um minucioso levantamento bibliográfico, etapa na qual o pesquisador respaldamos teoricamente este trabalho. Assim, no primeiro capítulo desta dissertação discutimos à luz das produções geográficas urbana brasileira o que vem a ser cidade média e os referentes aos métodos e técnica de pesquisa sobre cidades médias, bem como, a importância das cidades médias para o desenvolvimento regional. Desta forma, busca-se compreender não só a definição conceitual, mas também o que se refere à formação e desenvolvimento das cidades médias brasileiras e os processos sociais, políticos e econômicos que explicam o aumento do número destas na rede urbana brasileira. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos, a partir do REGIC 2007 estrutura da rede urbana do Nordeste para poder contextualizar a rede urbana de Alagoas e Arapiraca ao Nordeste brasileiro.

O segundo capítulo também é resultado de um intenso estudo bibliográfico que abordam a geografia alagoana. Alagoas ocupa uma superfície de 27.848,140 km², o que corresponde a

0,32% do território brasileiro, fazendo deste o segundo menor estado do país. Possui 102 municípios, faz limites com Pernambuco, Sergipe, Bahia e o Oceano Atlântico. Para compreender a organização territorial e as relações e interações espaciais urbana do estado recorreremos uma análise sobre o desenvolvimento urbano de Alagoas como uma ferramenta que nos permiti evidenciar crescimento, expansão e/ou estagnação econômica das cidades do estado. É uma análise que permite compreender o fortalecimento e a representatividade núcleos urbanos alagoanos. Nesse sentido, recorreremos a periodização como uma ferramenta de pesquisa que nos permite apreender sobre os fatores histórico-geográficos produtores do espaço urbano de Alagoas. As pesquisas geográficas que se debruçam sobre o espaço produzido, nos coloca diante do espaço modificado, logo não poderia ser compreendido sem antes observar os fatos e agentes que produziram este espaço. Não se trata de uma abordagem meramente descritiva e sim de formular um raciocínio acerca do objeto pesquisado. É um capítulo que busca esclarecer a formação e transformação das cidades alagoanas, que reflete sobre o desenvolvimento da dinâmica urbana de Alagoas, mas que também faz uma análise das funcionalidades dos núcleos urbanos alagoanos a partir das regionalizações feitas pelo IBGE. Estas reflexões no permiti entender a expressão de Arapiraca no contexto alagoano e, não apenas como um núcleo urbano estudado separadamente sem correlaciona-lo com o contexto regional. É uma etapa importante da pesquisa porque através dela compreendesse o desenvolvimento regional ao mesmo tempo em que percebesse as funções desempenhada por Arapiraca na dinâmica socioespacial de Alagoas.

Cientes de que as cidades médias são resultadas de um longo processo de urbanização que impactaram de modo diferente cada região do Brasil, amparados nestas questões, destacamos o contexto urbano regional que Arapiraca está inserida. Trata-se entender a realidade da qual ela faz parte, para então poder refletir sobre ela propriamente dita. Deste modo, analisamos o processo de desenvolvimento urbano do Nordeste e como está estruturada sua rede urbana. Realizada a etapa da revisão teórica, a continuidade da pesquisa deu-se por meio do trabalho de campo, desenvolvido em Arapiraca. Foram coletados dados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEMDUMA) e Superintendência de Mercado e Feira (SEMS) para obter informações sobre o crescimento e desenvolvimento do arapiraquense e Secretaria de Desenvolvimento Social.

Junto às empresas Asa Branca Distribuidora, Hada alimentos, Grupo Coringa e Solar Coca-Cola, coletamos informações sobre a origem da matéria prima processada em Arapiraca e o destino dos seus produtos.

No site do IBGE foram consultados o REGIC 2007 e coletados dados que expressem os indicadores socioeconômicos do município

Também consultamos o acervo da biblioteca municipal. Nele encontramos obras literárias que descrevem aspectos culturais, econômicos, históricos e geográficos de Arapiraca, como o livro de Ivan Fernandes Lima, Geografia de Alagoas de 1965 e, o de Moreno Brandão. História de Alagoas de 1909. Estas obras já não se encontram disponíveis para venda nas poucas livrarias da cidade, porém, importantes para compreendermos os processos históricos e geográficos que explicam o desenvolvimento de Arapiraca e de Alagoas.

As informações sobre o censo populacional, extensão do território urbano e as atividades econômicas desenvolvidas no município no período estudado (1950-2015), os fatores que influenciaram o fluxo migratório e, a coexistência e alternância de domínios das áreas rurais e urbanas foram analisados por meio da percepção da geografia crítica, que nos ensina que para entender os processos que constituem a dinâmica territorial e socioespacial devemos compreender o uso do território.

Todos estes dados foram utilizados para construir o terceiro e quarto capítulo desta dissertação.

No capítulo três, Arapiraca a partir da metodologia proposta por Corrêa (2007) e Beltrão Sposito (2007) que nos ensina a identificar da pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole média, consideramos a seguinte combinação: tamanho demográfico, funções urbanas, organização do espaço intraurbano e inter-urbano e sua influência na política do estado. Trata-se de uma análise que considera a combinação destes elementos contextualizados geograficamente para enfim conhecer o status da cidade, pois como afirma Beltrão Sposito (2007), toda cidade possui interações espaciais que se constituem pelas vias dos fluxos materiais e imateriais, assim, para compreendê-la é necessário analisar o fluxo de pessoas, de mercadorias e de serviços, quantificá-los e qualificá-los de forma que sejam capazes de evidenciar a vida de relações das cidades. É identificando a realidade concreta dos fluxos e dos agentes nas interações socioespaciais da cidade que podemos conhecer a influência que elas exercem, seja em uma escala local, regional ou até mesmo global.

No capítulo quatro, já cientes de que o papel de uma cidade média é funcionar como depositária e como produtora de bens e serviços consumidos por ela própria e por seu entorno, ressaltamos as funções urbanas de Arapiraca no âmbito regional. Verificamos o papel que ela desempenha na administração política de Alagoas, bem como, buscamos apreender sobre a importância de Arapiraca para a melhoria da qualidade de vida do alagoano. Neste capítulo, objetivasse explicar a importância de uma cidade média na dinâmica regional e como ela

influência no desenvolvimento de Alagoas. Trata-se de compreender sua participação na organização do espaço a partir de sua posição na hierarquia urbana alagoana. De acordo com Souza e Marisco (2009) os níveis hierárquicos das cidades refletem a complexidade dos serviços que elas oferecem;

Dentro da estrutura urbana de um Estado, o estabelecimento de níveis hierárquicos entre cidades acontece devido à dinâmica econômica e social que se estabelece ao longo do tempo, onde emergem centros que passam a oferecer serviços mais complexos e especializados.

Amparados nestas questões, este capítulo é uma reflexão sobre os serviços ofertados pela cidade de Arapiraca no presente, é uma metodologia que nos permite compreender o papel que a cidade exerce enquanto nó da rede urbana alagoana e enquanto cidade polarizadora e centralizadora de Alagoas. É também, uma oportunidade de evidenciarmos as novas funções e características que asseguraram a ela o status de cidade média.

Os resultados da análise foram expressos em textos, mapas, tabelas, gráficos e quadros que representassem a relação de Arapiraca com Alagoas, sobretudo, no que diz respeito ao seu papel enquanto cidade média na organização do espaço alagoano.

Foram utilizados os computadores do Laboratório de Estudos Regionais (LER) da UFAL, com software QGIS para a elaboração de mapas e análise de dados georreferenciados.

Câmera fotográfica e um notebook da discente foram utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa de campo para a coleta de dados e registro da organização urbana de Arapiraca.

CAPÍTULO 1. DISCUTINDO AS CIDADES MÉDIAS NA GEOGRAFIA E A URBANIZAÇÃO DO NORDESTE

1.1 CIDADE MÉDIA: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Entender o que são ou o que não são cidades médias é desafiador, especialmente, porque há inúmeras compreensões sobre este conceito que em certos pontos até divergem. No entanto, as divergências que surgem também são importantes, porque elas nos ensinam que há uma diversidade de realidades que podem ser encontradas quando se estuda as cidades médias brasileiras, pois elas são espaços modificados pelo processo de urbanização desigual que o Brasil vivenciou e ainda vivência. Elas se tornaram médias em razão da reorganização do território brasileiro, no qual novas funções e estruturas foram inseridas em seu espaço.

Outrossim, as distintas percepções que se tem em relação a estas cidades evidenciam que as formas como elas interferem na dinâmica socioespacial e territorial regional e/ou nacional é diferente. Daí o acentuado número de pesquisas sobre cidades médias que buscam destacar as especialidades e especificidades destas. Corrêa (2007, p. 23), alerta para as dificuldades de conceitualizar cidades médias, “Trata-se de discutir uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada de idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes”.

Conforme afirma Savério Sposito (2008, p. 22), ainda há muito o que se produzir sobre as cidades médias, mas, já podemos reconhecer que elas são “influentes na rede urbana, na constituição e no dinamismo destas, na logística das comunicações e do fluxo de informações e de mercadorias”. Ainda de acordo com Savério Sposito (2008, p. 50), as cidades médias são:

Grupos de cidades cujo o tamanho demográfico varia de acordo com sua posição e importância relativa a rede urbana. Essas cidades funcionam como nós de conexão na rede urbana e produzem, não apenas escalas demográficas menores, mas como articulações mais próximas entre os autores econômicos, jurídicos e sociais, aspectos da urbanização criados e recriados nas metrópoles, que apresentam como características próprias nas cidades médias.

Para Beltrão Sposito (2010, p. 6) as cidades médias, são aquelas que desempenham papéis de ligação, de intermediação entre as pequenas e as maiores cidades. Portanto, observamos que para a compreensão do fenômeno do que vem a ser cidade média, é necessário analisar o papel que ela desempenha no contexto urbano em diferentes escalas geográficas. Mas, para compreendermos o processo de transição que elas vivenciaram até torna-se média, é preciso analisar a atuação dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade.

Para uma cidade alcançar o *status* de cidade média ela precisa apresentar algumas características fundamentais, a saber: ter uma população acima da média regional, ser

polarizadora na oferta de serviços, na produção e no consumo, concomitantemente ou não, seja em escala regional ou global. Ou seja, o que as definem enquanto cidade média são as funções que elas exercem na dinâmica territorial, são as interações que ela desempenha enquanto nó da rede urbana a qual integra e o fato de ser uma cidade atrativa para a população da região que busca por ela seja por seu comércio e serviços, seja como destino da população como moradia.

Para Beltrão Sposito (2004), é justamente a função que a cidade média desempenha que a distingue de uma cidade de porte médio, e esta distinção é importante para evitarmos possíveis conflitos entre cidade média e cidade de porte médio. Para Souza e Marisco (2009, p. 59) “as cidades médias são caracterizadas pelos processos de especialização funcional e produtiva, na medida em que aparentam desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional”. Para Deus (2004, p. 89-90) as cidades médias podem ser compreendidas a partir da análise da polarização de seus equipamentos de serviços e de lazer e o papel que sua estrutura urbana exerce na região, sua conceituação está relacionada com sua função;

Entre os fatores de conceituação das cidades, incluindo as cidades médias, está a função que o núcleo urbano exerce na região em que está inserida e na hierarquia das redes urbanas. É a função urbana que define o papel da cidade no complexo geográfico, sem a qual a aglomeração urbana deixa de ter sentido.

A função é um elemento que a distingue em relação as outras cidades da rede urbana, daí a necessidade de destacarmos suas especificidades, o que as colocam em uma posição hierárquica diferenciadas das demais cidades da rede urbana na qual estão inseridas, trata-se de observar além dos apontamentos quantitativos e analisar os aspectos qualitativos do seu diferencial. Portanto, é necessário considerar seus indicadores socioeconômico contextualizados a realidade da qual faz parte, os agentes que constroem seu espaço e sua infraestrutura urbana.

Para Deus (2004) no decorrer da pesquisa sobre a cidade média o geógrafo deve observar em sua análise se estas cidades são *lócus* de emprego; se apresentam sistemas de transportes que asseguram mobilidade urbana e sistemas de comunicação e informação modernas e, sobretudo, se distinguem-se por influenciarem na organização econômica regional.

Não podemos perder de vista que o sujeito das nossas reflexões quando se estuda cidade média é o território, assim, o anseio em explicar o que é uma cidade média exige que sejamos capazes de identificar os diversos contextos históricos e geográficos atuantes na transformação de uma cidade que outrora foi pequena e agora é uma cidade média, pois, conforme afirma Souza (2003, p. 29), “rupturas da história se fazem a partir da consulta à história”.

Santos (2009) assegura que a remodelação do meio urbano e do meio rural orientado pelos avanços da tecnologia, da ciência e da informação mudaram a composição técnica do território, incorporando novas formas de transformar o espaço. Assim, os centros urbanos adquiriram novas funções relacionadas ao desenvolvimento do sistema de transporte, da indústria e da agricultura e dos serviços sociais básicos como os de saúde, educação e informação. Para Corrêa (1992), a vida urbana de Alagoas está fortemente relacionada a evolução do sistema de transporte, pois, a medida em que os sistemas de transporte foram modernizados novas práticas econômicas eram agregadas ao estado alagoano e as que já existiam ganhavam novos impulso, o território tornava-se mais integrado e articulado.

O sistema urbano modificado pelos novos objetos e funções urbana que lhes foram incorporados no decorrer do tempo, contribuiu para aumentar a importância dos centros urbanos, as cidades locais especializaram-se e estenderam o alcance de sua influência. Torres Ribeiro (2006, p. 18) afirma que o Brasil vive um período de ajuste que alteram as funções das cidades;

Estamos face aos movimentos de ajustes do país, a uma nova divisão social e territorial do trabalho, que se relaciona e transforma as funções metropolitanas ainda preservadas, impondo simultaneamente novas funções (e atributos) as cidades de diferentes tamanhos, e, sobretudo, às cidades de porte médio inscritas no processo de modernização.

De acordo com Torres Ribeiro (2006), as cidades, da forma que podemos observar atualmente, são resultados de um movimento contínuo de transformação que o espaço urbano brasileiro está vivendo desde da década de 1970, período em que o Estado passou a compreender a real necessidade de promover, não só a integração do país, mas também, o desenvolvimento econômico descentralizado. Logo, perceber a função ou as funções desempenhadas por uma cidade média, requer que pesquisador, em sua análise, identifique as transformações que a cidade em questão tenha passado e/ou esteja passando.

Beltrão Sposito (2007) também já deixava claro que as cidades médias são espaços em transição, fruto de um intenso processo de transformação que o espaço urbano vivência. As transformações econômicas e sociais que podem ser observados no Brasil há pelo menos sete décadas, resultaram numa reestruturação nas relações das cidades e numa nova hierarquia urbana do país.

Santos (2008), afirma que a classificação das cidades ocorre em razão do seu nível funcional, assim, observava-se que há cidades locais e/ou regionais e metrópoles. Portanto, as funções e o nível das funções que uma cidade exerce na rede urbana serão determinantes para

reconhecemos sua posição na hierarquia urbana em uma escala local, regional, nacional e global.

E de acordo com o referido autor, as mudanças funcionais das cidades estão imbricadas a ação do Estado que passou a se preocupar mais com a integração território brasileiro, investiu em melhorias em infraestrutura de transportes, em razão da perspectiva de atender às demandas da industrialização do país, do mercado capitalista. Estes investimentos do governo transformou a dinâmica territorial do país de forma que se pode observar uma intensidade maior nas relações das cidades e na divisão territorial do trabalho, entretanto, cada região, estado e cidade foram impactados de forma diferente por este processo.

Como nas referências mencionadas até aqui, resumidamente entende-se que há algumas questões importantes sobre as cidades médias que não podem ser negligenciadas por aqueles que se propõe a estudá-las. Primeiro é que elas são espaços em transformação, segundo que elas estão em meio à ajustes que reconfiguram a divisão social e territorial do trabalho e por isso tiveram suas funções transformadas, e um terceiro ponto importante é que devemos identificar as novas funções que as tornam influentes em uma escala regional para, então, poder analisar o papel que estas cidades desempenham na dinâmica territorial e socioespacial nas regiões das quais fazem parte. Contudo, estas cidades não foram as únicas que passaram por este processo de transformação, logo, não poderíamos afirmar que toda cidade que teve suas funções alteradas pode ser entendida como cidade média.

Historicamente, as cidades médias têm uma forte influência na rede urbana brasileira, especialmente, a partir da mudança de estratégias do Estado, que deixou de concentrar os investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico nas metrópoles para investir também em outras cidades. Nos anos de 1970, por exemplo, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, o Brasil teve o seu I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), no qual o governo buscou aplicar políticas econômicas cujo objetivo principal era assegurar o crescimento econômico para transformar o país em uma nação desenvolvida, para isso passou a investir intensamente em infraestrutura e telecomunicação que foram determinantes na reconfiguração do território brasileiros no sentido de torna-lo mais integrado.

Na ocasião, as cidades médias receberam aplicação de parte destes recursos destinados ao desenvolvimento das potencialidades, tornaram-se uma alternativa às grandes cidades em crise e assim reforçaram a sua posição nos sistemas urbanos regionais. Mas, as ações do Estado voltado para a proposta de unificar o território brasileiros por meio da implantação de rodovias, melhorias na infraestrutura de transporte e de telecomunicação é anterior ao governo Médici, em 1950, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra apresentou para o país o plano SALTE

(Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que embora tivesse muitas limitações e não tenha sido aplicado integralmente, já apresentava indicadores de que as políticas econômicas do Brasil conduziria à desconcentração das indústrias da região Sul e Sudeste e, principalmente, estimulariam o desenvolvimento de outras regiões do país como o Norte e o Nordeste.

A mudança de atitude por parte do Estado reconfigurou a rede urbana brasileira, conforme afirma Santos (2009), ela se tornou mais fluída e mais complexa, reduziu os custos com as viagens pelas rodovias do país, aproximou as regiões Norte e Nordeste das demais, promoveu o desenvolvimento de inúmeras cidades que antes pouco influenciavam na economia do país.

Para Corrêa (2007) a relação que a cidade mantém com as outras cidades da rede urbana da qual ela faz parte, os novos objetos e as funções urbanas que foram agregados ao seu espaço, podem conduzi-la a uma nova posição na rede, este é o caminho pelos quais transitam as cidades pequenas que adquiriram o *status* de cidade média. Pensando as cidades médias no plano de escala, sabemos que elas não são nem metrópole e nem cidade pequena, logo, o que se destaca em relação às demais é seu tamanho demográfico, as funções que desempenham em sua região e o fato delas apresentarem um certo dinamismo econômico, social, político e cultural diferenciado no contexto regional.

Logo, nos cabe observar até que ponto o desenvolvimento de Arapiraca está relacionado com todas estas mudanças que ocorreram no país, para então, compreender como ela desponta no cenário regional de forma tão incisiva ao ponto de conduzi-la ao *status* que ela possui na atualidade. Mas podemos afirmar que ela é uma cidade que em razão do seu potencial econômico e aproveitando de suas especificidades geográficas torna-se um polo importante para a gestão do território e influente na economia do estado, além do que, para a população das mesorregião do Agreste e Sertão de Alagoas, os serviços que nela são ofertado diminuíram a dependência que tinham da capital do estado. Cabe-nos então, compreender os fatos que conduziu a pequena cidade do agreste alagoano ao status de cidade média para explicar sua importância para Alagoas e para a região nordeste.

1.2 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA SOBRE CIDADES MÉDIAS

Enquanto método de pesquisa, o geógrafo terá que observar tamanho demográfico, as relações socioespaciais com as demais cidades da rede; compreender especialização e diversificação econômica da cidade em questão; notar a posição e a importância desta na rede urbana da qual faz parte; identificar sua participação na produção e distribuição de bens e serviços; analisar o espaço intraurbano e as relações interurbanas da cidade em questão. Todas

estas variáveis são importantes, inclusive para poder afirmar está diante de fato de uma cidade média.

Certamente uma cidade média não nasceu com esse *status* e condição, antes disso fora uma cidade pequena que passou por um processo histórico de crescimento que a conduziu até sua condição de cidade média. Assim, a observância do processo histórico, também importante para a compreensão a transição que toda cidade média vivência até chegar à tal condição.

No Brasil, o número de cidades médias tem aumentado significativamente, sobretudo, a partir dos anos de 1970, entretanto, como nos ensina Santos (2009), processo de urbanização do brasileiro se dá de forma desigual e, se objetivamos compreendê-las devemos explicitar suas especificidades, fato que se dá mediante observação prática, justificando assim, a necessidade de se fazer o recorte espacial, porquê cada cidade reagiu de formar ímpar aos estímulos do Estado, aos investimentos privados e a reorganização do espaço a partir da divisão do trabalho impulsionado pelos avanços da tecnologia e da ciência.

Destarte, para compreender o papel de uma cidade média é preciso conhecer os processos relacionados a sua gênese, seu processo de urbanização e sua influência na dinâmica regional socioespacial e territorial. Ainda de acordo com Santos (2009, p. 136) as cidades médias são lócus de trabalho intelectual, são cidades onde se obtém informações necessárias à atividade econômica e, nos propondo uma visão otimista sobre estas cidades, o referido autor às compreendem como um espaço onde a qualidade de vida melhorará.

É certo que uma cidade pequena até alcançar a condição de cidade média, passa por intensos processos de transformação, então vale apenas questionar em quais condições uma cidade deixar de ser pequena e passa a ser média, é nesse sentido que a prática da pesquisa deve adotar os métodos para análise das cidades médias. Para Amorim Filho e Serra (2001, p. 09) enquanto metodologia de pesquisa há cinco atributos importantes para a análise sobre cidades médias, a saber;

- I. Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- II. Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- III. Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- IV. Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização como o espaço rural microrregional que o envolve;
- V. Diferenciação do espaço intraurbano, como centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem

parecido como o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Já Corrêa (2007) nos chama a atenção para o fato de que na identificação de uma determinada cidade média, o geógrafo deve considerar a combinação de três elementos que compõe o processo de modernização do espaço urbano contemporâneo, a saber: I) Tamanho demográfico, II) Funções urbanas e II) Relação intra-urbana. Trata-se de uma combinação que deve ser contextualizada geograficamente, para enfim, conhecer o *status* da cidade. De acordo com Corrêa (2007) a importância de analisar a combinação destes três fatores, fundamenta-se em motivos distintos.

O tamanho demográfico, deve ser analisado não apenas do ponto de vista quantitativo, pois, é preciso que em sua prática de pesquisa o geógrafo observe o contexto regional de renda e padrão cultural e, deve também considerar a atuação econômica da cidade e o desenvolvimento de funções e atividades básicas destinadas essencialmente para o consumo da própria cidade.

O tamanho demográfico deve ser relacionado ainda ao espaço intraurbano, conforme explica Corrêa (2007, p. 24), “quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão do espaço intraurbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade, assim como mais complexa será a organização deste espaço intraurbano”.

Já importância da análise da função urbana se dá em decorrência da necessidade de compreender a relação que a cidade estabelece com as outras cidades da rede urbana, pois, isso nos permite perceber quando uma cidade em razão das novas funções que lhes foram incorporadas, passa de cidade pequena para a condição de cidade média ou para outro *status*.

O estudo sobre a cidade média deve considerar combinação dos seguintes fatores; população, concentração de serviços públicos e privados especializados e a influência que ela exerce na administração política de alcance regional. Trata-se de uma análise que observa a combinação destes fatores, desta forma é possível compreender o papel da cidade média. Beltrão Sposito (2004, p.127) explica como deve ser feita esta análise:

Uma análise que contemple a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais.

Assim, notemos que as cidades médias não podem ser compreendidas sem antes observamos suas funções, o seu espaço intraurbano, o papel que ela exerce na rede urbana seja na escala local e/ou regional, seja na escala global. Compreende-la requer superar o método

demasiadamente quantitativo, que definia as cidades médias considerando apenas densidade demográfica. De acordo Beltrão Sposito (2004, p. 331), o tamanho demográfico é uma característica intrínseca das cidades de porte médio, mas, não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma cidade média, sem compreendermos suas características como a estruturação interna e suas relações com outras cidades, ou seja, o papel que ela desempenha na rede urbana, uma vez, para a referida autora as cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação entre as cidades menores e as maiores.

Conforme afirma Souza e Marisco (2009), a posição atual de Arapiraca na dinâmica da rede urbana de Alagoas, é resultado dos objetos e funções urbanas que foram agregados em seu espaço, sobretudo, aqueles que foram incorporados no decorrer das últimas décadas do século XX e início do século XXI. De acordo com os referidos autores, à medida em que novos objetos e funções urbanas foram agregados ao espaço arapiraquense, a cidade passou a ser requisitada pela população alagoana, convergindo a mobilidade populacional em sua direção. Essa população que chegava à Arapiraca buscava a qualidade de vida que Santos (2009) dizia que as cidades médias poderiam proporcionar, mas, também buscavam e ainda buscam por serviços que anteriormente só eram ofertados na capital.

Diante de tais reflexões e motivados pelo anseio de compreender o papel de Arapiraca enquanto cidade média no quadro regional alagoano, consideramos as propostas metodológicas de Roberto Lobato Corrêa e Maria Encarnação Beltrão Sposito fundamentais para alcançar nossos objetivos.

Assim, conforme propõe Corrêa (2007) analisaremos a combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e a organização do espaço intraurbano de Arapiraca e como essa combinação repercute nas funções que ela desempenha no contexto regional alagoano.

E tal como propõe Beltrão Sposito (2007), buscamos perceber os bens e serviços (materiais e imateriais) que Arapiraca dispõe que fomentam suas relações socioespaciais, destacando sua participação na economia e na gestão do território de Alagoas. Esta análise considera a realidade das cidades alagoanas para assim explicitar as especificidades que caracterizam Arapiraca enquanto cidade média, pois, o papel de cada cidade da rede urbana é distinto em razão da sua dimensão, de sua infraestrutura, da intensidade de participação na produção riqueza do estado.

Outrossim, para atender aos objetivos desta pesquisa, buscamos relacionar Arapiraca com outras cidades da rede urbana de Alagoas, sobretudo, no que diz respeito as funções urbanas que ela desempenha e que ligam as demais cidades alagoanas a Arapiraca, buscamos assim, compreender suas relações interurbana.

1.3 A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NO CONTEXTO REGIONAL

As cidades médias expressam um novo contexto da geografia urbana, pois passaram a exercer um papel central nas relações territoriais e socioespaciais regionais, desempenhando funções importantes para as atividades produtivas do capitalismo contemporâneo.

O papel de uma cidade média é de funcionar como produtora de bens e serviços exigidos por ela e por seu entorno, por sua área de influência, nelas então instalada as sedes de empresas e de órgãos do governo e polos industriais. Também é possível encontrar serviços especializados na área da saúde e educação, e outros serviços.

Santos (2009, p. 93), afirma que desde da década de 1970 já observava no Brasil uma tendência em aumentar o número de cidades com mais de 100 mil habitantes por causa de uma combinação de fatores, como por exemplo, a expansão e diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda, a difusão do sistema de transporte somadas à divisão territorial do trabalho mais acentuada, observou-se “a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações a categoria de cidade grande e cidade intermediária”. De acordo com o referido autor, também não se pode negar o processo de desmetropolização em paralelo com a permanência do fenômeno de metropolização, o que na prática configurou um movimento de desorganização e reorganização do espaço a partir de novos polos dinâmicos, contexto no qual as cidades médias adquiriram funções mais complexas e adquiriram também uma posição hierárquica superior aos das cidades pequenas.

É justamente esse movimento de transformação do espaço que reorganizou o papel das cidades na rede urbana. As cidades locais passaram por um processo de especialização maior, principalmente, no que se refere a produção e, desse modo passaram integrar a divisão territorial do trabalho; outras acumularam funções e, assim, a estrutura destas cidades bem como a relação que elas estabelecem na rede tornam-se mais complexa.

É nesse sentido, que a simples descrição estrutural da rede urbana não explica por si só as funções que uma cidade desempenha na organização urbana regional. Daí a necessidade de analisar tanto a estrutura interurbano como a estrutura intraurbano da cidade em que a pesquisa for desenvolvida.

Retomemos aqui as contribuições de Beltrão Sposito (2007), de que na compreensão das cidades médias devemos fugir ao uso de uma noção vaga da expressão “cidade média” e que não podemos confundi-la com “cidade de porte médio”.

Devemos reconhecer que as cidades médias estão em posições diferentes, principalmente no que se refere ao ritmo de crescimento e nas transformações que nelas se realizam. Em Santos

(1993, p. 70-71), há uma alerta sobre as cautelas que os geógrafos devem ter em seus esforços para conceituar e caracteriza as cidades médias,

Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes. Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação.

Beltrão Sposito (2007), aprofunda-se nos procedimentos teórico-metodológico para a compreensão das cidades médias e comungando com a proposta de Santos (1993) e volta a reforçar a percepção de que uma pesquisa onde se pleiteia analisar e compreender as cidades médias, não poderia assim faze-la sem a observância de certos elementos complexos e específicos das cidades médias.

Os dados estatísticos referentes ao índice populacional não devem ser negligenciados, no entanto, é um método que se aplicado solitariamente nos estudos sobre as cidades médias, configura-se uma ação tão simplista, que chega ao ponto de não dar conta de explica-las. É preciso dedicação e empenho para explicitar as especificidades que configuram a dinâmica de uma cidade média. É indispensável que seja observada a relação mutua com as demais cidades da rede urbana e com o campo. É necessário apontar os elementos diferenciados que fazem dela uma cidade média, obviamente, não se trata de construir uma narrativa descritiva de um certo recorte espacial urbano, mas sim, de analisar estes elementos porquê eles indicarão a função desta enquanto cidade média e não apenas como espaço urbano. Como afirma Beltrão Sposito (2007, p. 10),

Mais do que nunca, precisamos explicitar as especificidades que caracterizam estas cidades, destacando-se suas condições de serem regionais e/ou não-metropolitanas e/ou intermediária e/ou diretamente articuladas às cidades pequenas de suas áreas de influência. Para tal, é importante relacionar essas cidades a outras cidades grandes, pequenas, metropolitanas ou não, com as quais estabelecem relações, mas ao mesmo tempo, distinguir as próprias cidades médias, umas das outras.

Desta forma será possível compreender o que é universal, o que é particular, o que é singular, o que é próprio das cidades médias. Trata-se de analisar os papéis da cidade na produção, distribuição e oferta de serviços para a população da própria cidade e das cidades que estão sobre o alcance de sua influência.

As discussões de Santos (2009), Savério Sposito (2008), Beltrão Sposito (2007), Corrêa (2007), referências na geografia brasileira, convergem dentre outros aspectos na questão que diz respeito a divisão territorial do trabalho. Para a compreensão da dinâmica da organização

do espaço urbano brasileiro, de acordo com Savério Sposito (2008, p. 18) “a divisão territorial do trabalho é a manifestação territorial das relações de produção”. Dessa forma compreender o fenômeno urbano é um exercício que exige trabalhar com aspectos que demonstre a realidade concreta como a divisão do trabalho porque nele se evidenciam os processos de produção, circulação, troca e consumo.

Corrêa (2007, p. 24), que faz seguinte inferência sobre o método apropriado para compreendermos as cidades médias;

Aprofundemos o pressuposto das relações entre tamanho, funções e espaço intraurbano. Tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e o seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade. A partir dessa relação é possível definir e identificar a pequena, média e grande cidade e a metrópole.

Certamente, as discussões geográficas dedicadas ao método de pesquisa sobre cidades médias não se esgotam nas possibilidades apontadas até aqui, todavia, é importante perceber, que as cidades médias de forma geral, apresentam características específicas e exercem funções diferenciadas na rede urbana da qual elas fazem parte, até mesmo na organização do território brasileiro.

Na prática, os estudos sobre as funções das cidades médias, bem como suas características, nos darão resultados diferentes, o que significa observar que uma cidade média de Alagoas não terá obrigatoriamente as mesmas funções de uma cidade média de Pernambuco ou da Bahia, estados vizinhos. Os resultados trarão informações distintas tanto quanto ao tamanho demográfico, quanto em relação a função, ao alcance de sua influência e até mesmo no que diz respeito a organização interna da cidade. Logo, não é possível seguir um ordenamento geral, único e definitivo nas pesquisas sobre cidades médias.

Santos (2009) afirma que o espaço urbano do Brasil, em razão da integração do território e já na fase do capitalismo maduro conhece uma nova fase marcada pela difusão da modernização, no entanto, nos lembra que esta modernização foi seletiva.

Em meio a esta modernização seletiva também se pode observar a especialização de tarefas no território nacional, que resultou na subdivisão e diferenciação da especialização da produção de forma mais capitalista e na multiplicação do fluxo sobre o território.

Assim, não podemos deixar de refletir sobre qual é a especialização de Arapiraca na dinâmica alagoana, nesse interim, comungamos com a proposta de Santos (2009, p. 44) sobre a importante contribuição da geografia regional;

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementariedades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da divisão territorial do trabalho que se impõe...uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade de sua produção.

Quando Santos (2009) nos propõe compreender que há uma nova geografia regional que se desenha na base da divisão territorial do trabalho, nos faz perceber que, dada importância da divisão territorial do trabalho, entender o papel de uma cidade, requer-nos uma análise consistente de sua especialização, este é um método para compreendermos sua diferenciação em relação as demais cidades ao passo em que se percebe a relação que ela estabelece com as outras cidades.

Para Beltrão Sposito (2007, p. 236): “a especialização passou a se definir em territórios intra-regionais e até intraurbanos, impondo a competitividade, mas também a complementariedade entre regiões e cidades”. Assim, podemos observar que a origem do papel atual que as cidades médias exercem está contida na alteração das relações socioespaciais que se constituíram a partir da especialização e da divisão territorial do trabalho e, que suas funções estão relacionadas com a centralidade, a competitividade e a complementariedade desta na rede urbana.

Certamente, a relação de complementariedade que existe entre as cidades é um fator determinante na organização do espaço urbano brasileiro, contudo, reconhecemos que as cidades médias que exercem papel de centralidade, tornaram-se regiões polarizadoras. Corrêa (1997), afirma que a concentração e centralização do capital promoveu e exigiu expansão das empresas de grande porte, nacionais e transnacionais, pelo território nacional, é justamente nas cidades médias que estas empresas encontram os requisitos básicos para se fixarem, também destaca que o investimento do setor bancário nas cidades média e o fechamento das unidades bancárias das cidades pequenas, a concentração de supermercados e hipermercados, são fatores que reforçam os papéis regionais das cidades médias, em detrimento dos papéis terciários das cidades pequenas.

Considerando as diversidades no que se refere as funções das cidade médias brasileiras, Corrêa (2007, p. 31) apresenta pelos menos três tipologias de cidades médias, a saber: I) Lugar central, caracterizadas por concentrar a oferta de serviços e bens para a região, como as capitais regionais, que concentram o comércio varejista e de serviços diversificados com amplo alcance espacial; II) Centro de drenagem e consumo da renda fundiária, caracterizada pelas grandes propriedades rurais, pelo absenteísmo dos produtores que residem na cidade e pela presença de complexo agroindustrial; III) Centro de atividades especializadas, caracterizadas pela

concentração de atividades que geram interações espaciais de longas distâncias, destinadas ao mercado nacional ou internacional, nestas as interações regionais são menos importante e chega a esta condição em razão dos esforços da elite local empreendedora capaz de estabelecer nichos específicos de atividades.

No que se refere à Arapiraca, observa-se que esta apresenta as características de um lugar central, pois, oferece interações espaciais intensas com as mesorregiões do Sertão, Agreste e Leste alagoanos. De acordo Souza e Marisco (2009) a população do Sertão e do Agreste deslocam-se diariamente para Arapiraca em busca de serviços especializados na área da saúde, educação, previdência e serviços bancários. Outrossim, a feira livre e comércio atacadista e varejista atendem não só aos arapiraquenses, como também, uma grande parcela das cidades vizinhas. Como afirma Corrêa (2007, p. 30): “admite-se que a cidade média apresenta interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais, e marcada pela multiescalaridade”.

Para Souza e Marisco (2009) Arapiraca ocupa uma posição central na rede urbana alagoana, pois, ela é uma cidade fornecedora de serviços públicos e privados diferenciados, mais especializados e compatíveis com os ofertados na capital.

Pontes (2006) ao analisar como as mudanças no processo produtivo capitalista repercutiu nas cidades médias do Nordeste, afirma que dentre os seus efeitos pode-se destacar a dispersão das indústrias para o Agreste, as melhorias das rodovias e sistema de transporte intermunicipal, uma realidade que pode ser constatada em Arapiraca, mesmo com a crise do setor fumageiro oferecendo riscos de retração no crescimento econômico, os investimento em infraestrutura seguiram promovendo o desenvolvimento da cidade. Para Pontes (2006) é importante que observemos Arapiraca considerando a intensidade dos fluxos, o alcance espacial de sua área de influência e a disponibilidade de equipamentos funcionais. Assim, para a referida autora, é possível constatar que uma cidade média se caracteriza pela oferta de bens e serviços de elevada, média e baixa complexidade.

É preciso ir além da afirmação de que ela está em posição hierárquica acima das cidades pequenas e abaixo das metrópoles, porque seria essa uma explicação simplista do que são as cidades médias, e que oculta a complexidade das relações espaciais interurbana.

Nesse interim, antes de nos aprofundarmos nas questões específica que dizem respeito à Arapiraca enquanto cidade média, entendemos que é necessário refletir sobre o desenvolvimento urbano do Nordeste, em seguida de Alagoas, para então, contextualiza-la com a realidade regional e local, pois, conforme já mencionado aqui, é indispensável, que estas cidades sejam pensadas a partir de suas relações e interações em diferentes escalas.

1.4 A URBANIZAÇÃO DO NORDESTE E A FORMAÇÃO DA SUA REDE URBANA

Cidade Média e a Rede Urbana não são elementos que sempre estiveram incorporados ao espaço, o que são na atualidade e, o que representam na Geografia é resultado de um intenso processo de desenvolvimento e modificação do espaço. São em si, a materialização da dinâmica socioespacial e da organização territorial. Conforme nos explica Santos (2006, p. 71), “em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço. E vice-versa.”. Esta dialética entre sociedade e espaço, espaço e sociedade asseguram a constituição tanto ao espaço quanto da própria sociedade tal como as reconhecemos.

Os processos de modernização dos meios de produção, das atividades econômicas, dos meios de comunicação e das relações socioespaciais refletem diretamente dinâmica territorial. Dada as disparidades de desenvolvimento entre nações e entre as regiões do mundo contemporâneo, observa-se que as relações constituídas nestes espaços ocorreram de formas específicas assegurando-lhe características ímpares.

Conforme explica Raffestin (1993) o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais. No entanto, essas relações se constituem de forma desigual causando intensos conflitos entre os interesses individuais e coletivos. Lages, Braga e Morelli (2004, p. 27) afirma que estas teias de relações resultam em diferenças e desigualdades:

As diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.

As forças que interagem na formação da dinâmica territorial podem ser compreendidas a partir da escala regional, assim, as contiguidades territoriais são elementos importantes para pensar o papel de uma cidade, de modo que, analisar território é necessário para identificarmos as combinações e forças internas e externas que o fez e o faz ser tal como é hoje. A formação da Rede Urbana, o surgimento das Cidade Média, é reflexo desse movimento contínuo de transformação do espaço.

A própria hierarquia das cidades que integram rede urbana também é resultado desta teia de relações acentuada pelas diferenças e desigualdades.

Destarte, para pensar a cidade, conforme ensina George (1983, p. 205), é importante que esta seja colocada em duplo contexto: regional e cidadão. Não se trata apenas de apontar sua

posição na hierarquia urbana, e sim de compreender a importância deste núcleo urbano a partir de suas centralidades, conforme afirma Ribeiro (2012, p. 4):

A importância desses núcleos e o que os distinguem dos demais é a sua centralidade, expressa pelo grau de importância a partir de suas funções centrais, ou seja, a oferta de bens e serviços. Quanto maior o número de bens e serviços oferecidos (funções centrais), maior será o grau de centralidade daquele centro, como também a sua região complementar (área de mercado), além da maior quantidade de população externa atendida.

Assim, convém observar brevemente o processo de organização da Rede Urbana do Nordeste e aumento do número de cidades médias que à integram e, para tal, utilizamos em nossa pesquisa os estudos divulgados pelo IPEA em 2002, a “Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil - Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, bem como, os estudos do IBGE sobre as Regiões de Influências das Cidades, o REGIC 2007. Outras referências teóricas que explicam a dinamização econômica e o crescimento demográfico da referida região também foram acolhidos visto que estes processos estão imbricados ao que se refere ao desenvolvimento urbano. Estes materiais nos servem como aporte teórico para contextualizar Alagoas e Arapiraca na região Nordeste, de modo que seja possível entender a expressão de Arapiraca, enquanto cidade média, no contexto regional.

1.4.1 Dinamização econômica e crescimento demográfico

Não muito raro, os estudos sobre a organização das redes urbanas reúnem esforços que visam destacar a hierarquia e as funções que as cidades desempenham na rede, em alguns casos analisam o alcance destas em diferentes escalas. Entretanto, antes de chegarmos a este nível de discussão, fazemos aqui uma breve análise da estrutura produtiva, bem como, do crescimento demográfico urbano do Nordeste.

Quanto a estrutura produtiva, é preciso recordar que o Nordeste possui laços fortes com a agricultura, sobretudo, com atividades primário-exportadoras como nos casos da produção do açúcar, do cacau, do algodão e outras culturas. As indústrias locais, aos poucos, foram adquirindo maior expressão, como é o caso da têxtil, em Pernambuco. Entretanto, no que concerne ao desenvolvimento regional nordestino, é válido ressaltar as medidas do Poder Público que contribuíram para tal, como por exemplo a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS (1909), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (1945), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, ex-Comissão do Vale do São Francisco - CVSF (1946), o Banco do Nordeste do Brasil – BNB (1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959), sobretudo,

a criação da SUDENE, de onde vieram os incentivos fiscais para estimular o crescimento econômico regional.

Toda via, foi durante as décadas de 60 e 70 do século XX, que o Poder Público passa a incentivar com maior intensidade o desenvolvimento regional por meio da política de incentivos fiscais e financeiros regionais e mediante aos investimentos relacionados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Também foram realizados investimentos para o desenvolvimento urbano por meio dos programas: Programa de Aglomerações Urbanas Metropolitanas e Programa de Cidades Médias. Estes programas tinham como objetivo ampliar e modernizar a infraestrutura urbana, física e social das cidades, entretanto, beneficiavam, principalmente, as cidades da faixa litorânea, onde se tinham os principais centros urbanos, reforçando assim centralidades históricas.

Para Santana (1989, p. 8) o papel do Estado fora decisivo no desenvolvimento econômico do Nordeste, assim a SUDENE fora incumbida de canalizar tais investimentos, afirma o autor: “o processo de integração da economia nacional, acelerado pela presença do Estado, nos mais diversos segmentos, e exacerbado com a centralização política e administrativa a partir dos meados dos anos 60, atrelou o Nordeste aos dispositivos e mecanismos do PND”.

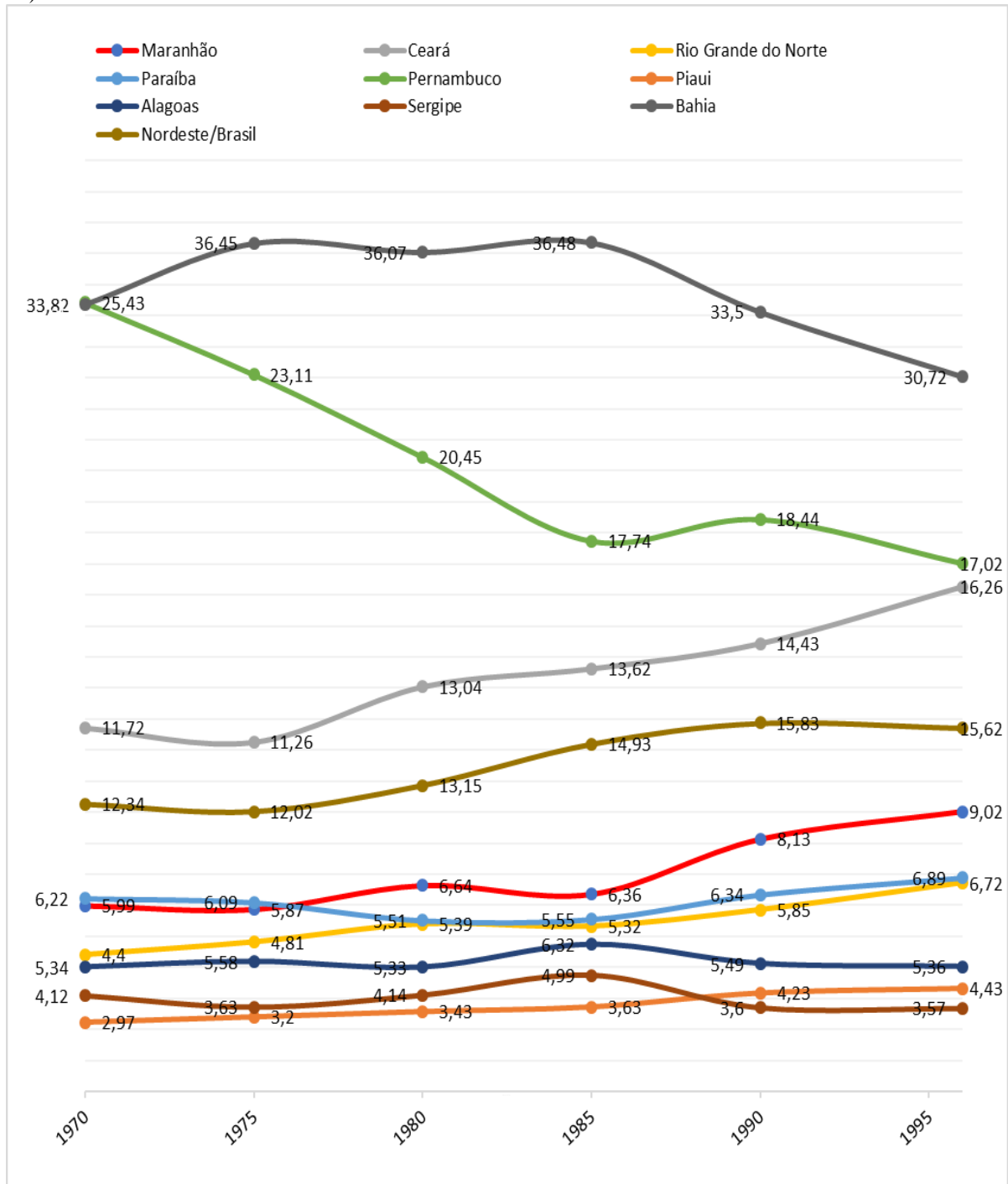
Com tudo, também não podemos concluir que com fortalecimento de outros setores da economia ocorreu de forma equilibrada em todos os estados nordestinos. A industrialização por exemplo, ocorreu de modo concentrado. Conforme explica Ribeiro e Almeida (1991, p. 6), a Zona da Mata, os centros urbanos e as três capitais de estado, que são as metrópoles regionais -Salvador, Recife e Fortaleza são áreas de concentração industrial em termos espaciais e explica o aspecto particularmente marcantes na industrialização nordestina:

o processo acelerado de concentração econômica que se estabeleceu em três níveis distintos: na Zona da Mata, nos centros urbanos e em três capitais de estado, que são as metrópoles regionais -Salvador, Recife e Fortaleza O primeiro nível revela que dentre as sub-regiões, a Zona da Mata foi a que recebeu os maiores volumes de investimento em infra-estrutura econômica. No segundo nível, a concentração é o resultado da prioridade ao desenvolvimento industrial, estabelecida há mais de 25 anos pela SUDENE e que, com exceção do caso particular do PROÁLCOOL elegeu a cidade com locus privilegiado do desenvolvimento em detrimento da área rural. Finalmente, no terceiro nível, verifica-se o desenvolvimento particularmente concentrado nas três metrópoles da região, em razão de serem estas as cidades que oferecem a melhor infra-estrutura para localização industrial.

A partir dessa nova conjuntura, a participação da economia dos estados do Nordeste no PIB brasileiro apresentou maior dinamismo. As modificações podem ser ainda mais acentuadas quando analisamos a estrutura intra-regional. Pernambuco por exemplo, ao longo dos anos 70 e 90 apresenta queda na participação do PIB nacional, enquanto os demais Estados apresentam

indicadores de crescimento conforme podemos observar no Gráfico 1, entretanto, isso não significa que o estado ao longo desse tempo estivesse vivenciando um colapso econômico. A questão é que estados que outrora dependiam de Pernambuco para produção e consumo, tornaram-se autônomos e passaram a se relacionar diretamente com o mercado nacional.

Gráfico 1. Região Nordeste - Participação dos estados no PIB a preços correntes, em % (1970-75; 1980-85; 1990-96)



Fonte: IPEA 2002. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila L.

Como podemos observar no gráfico 1, Bahia, Pernambuco e Ceará são os estados com maior participação. O crescimento econômico do Ceará, está intimamente ligada ao setor têxtil-confeccões. A Bahia foi impulsionada pelo investimento no setor petroquímico e Pernambuco apresenta redução de sua participação no decorrer do período analisado.

De acordo com Lima, Sicsú e Padilha (2007, p. 527) o motivo para a redução da participação de Pernambuco no PIB nacional está relacionado a três fatores principais. Primeiro porque os Estados nordestinos passaram a se articular diretamente com o centro hegemônico da economia nacional, de modo que, reduziu da função tradicional de Pernambuco de entreposto comercial. Segundo o segmento industrial mais representativo, a agroindústria álcool-açucareira, enfrentou durante este período sérias dificuldades de competitividade, o que fez com que muitos de seus empresários optarem pela diversificação das atividades e investirem em outras regiões. Terceiro, na segunda metade dos anos 1970, com os estímulos do Poder Público efetivou-se investimentos industriais significativos em outros Estados, como Pólo Petroquímico de Camaçari, o complexo cloro-químico de Alagoas e Sergipe e do pólo minero-metalúrgico de São Luís.

No crepúsculo do século XX o Nordeste encontra-se sobre um intenso processo de reorganização econômica cujo objetivo era integrar a economia nordestina à nacional e substituir a antiga integração deste para com o exterior. A dinamização, o fortalecimento e a integração da economia nordestina está relacionada reestruturação da rede de cidades, ao reordenamento do espaço urbano a partir das novas espacialidades. Como consta na tabela 1, as relações econômicas apresentam permanências, entretanto, novos elementos como a construção civil e o crescimento do setor de serviços passaram a estimular a economia regional.

Tabela 1. Região Nordeste - Participação setorial no PIB regional (%) – anos 1985/90/95

Setor	1985	1990	1995
Agropecuária	20,59	20,70	22,04
Indústria	12,04	12,38	11,47
Indústria Geral	8,53	7,42	6,96
Construção Civil	33,84	31,20	23,95
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13,58	13,39	13,05
Serviços	13,57	13,03	12,79
Comércio	16,78	16,46	17,18
Transporte	9,04	9,27	8,43
Comunicações	12,35	11,91	12,55
Instituições Financeiras	12,09	10,23	10,12
Administrações Públicas	16,82	15,82	14,88
Aluguéis	12,73	12,09	10,63
Outros Serviços	12,59	12,73	13,03

Fonte: IPEA, Caracterização da Rede Urbana do Brasil; Rede Urbana Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Vol. 4, 2002. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila L. dos.

Para Santos (2005, p. 67) a urbanização do Nordeste precisou superar a resistência da estrutura fundiária que agia como uma força arcaica que representara freios às mudanças sociais e econômicas que ocorriam em ritmo mais intenso em outras regiões do Brasil.

Com a extinção da SUDENE no ano de 2000, o Nordeste herda uma infraestrutura urbana mais desenvolvida, entretanto, concentrada em espacialidades onde encontra-se centralizada os polos industriais que ocupam as mais elevadas posições na hierarquia urbana nordestina.

No que se refere ao cenário mais recente da economia nordestina, Carvalho (2014, p. 164) fala sobre os novos rumos e desafios pontuando que ainda é necessário desigualdade intraregional:

Buscava-se, agora, os programas que priorizassem melhorias na equidade social por meio de políticas sociais de educação e saúde, combinada com o aumento da renda dos estratos mais pobres, que, juntos aos programas de crescimento dos pequenos e médios empreendimentos urbanos, vinculados à economia informal, e rurais, à agricultura informal, para criar um tecido social mais dinâmico e, portanto, com maior possibilidade de enfrentamento da estiagem prolongada.

Ainda de acordo com Carvalho (2014, p. 166), o cenário econômico de Nordeste do século XXI caracteriza-se pelo crescimento acima da média nacional, 2,7% e 2,2% respectivamente. Este fator combinado com a estratégia dos governos estaduais de concessão fiscal, sobretudo, Bahia, Ceará e Pernambuco, estimularam a instalação de novas indústrias e empresas de diversos seguimentos na região. Outrossim, além de beneficiar-se da política de atração das indústrias, no Nordeste encontraram mão-de-obra à baixo custo, proximidade com fontes de matéria-prima, infraestrutura local e desenvolvimento de novos mercados. Ainda de acordo com o referido autor o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social investiu na Região R\$ 3,1 bilhões, em 2000, já em 2012, o valor saltou para R\$ 21 bilhões, concentrados, outra vez, nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco; centralizadas em setores como: turismo, petroquímico, comércio de bens de consumo, construção civil e agroindústria, principal.

Reiterando as prognoses de Ribeiro e Almeida (1991), Carvalho (2014) afirma que o Nordeste construiu suas principais cidades no litoral, onde mais se beneficiou dos investimentos do Estado em infraestrutura e onde se concentrou a base produtiva da Região. Atualmente, a faixa oriental entre Recife, Fortaleza e Salvador, concentram 20 milhões de pessoas e 90% do PIB nordestino.

Durante a primeira década do século XXI os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os que receberam maior volume de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste. Estes são estados com maior influência na Região, suas capitais são as de maiores alcances conforme demonstraremos com o REGIC 2007.

Na tabela 2, está ilustrado os respectivos valores que os estados os estados nordestinos receberam do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE):

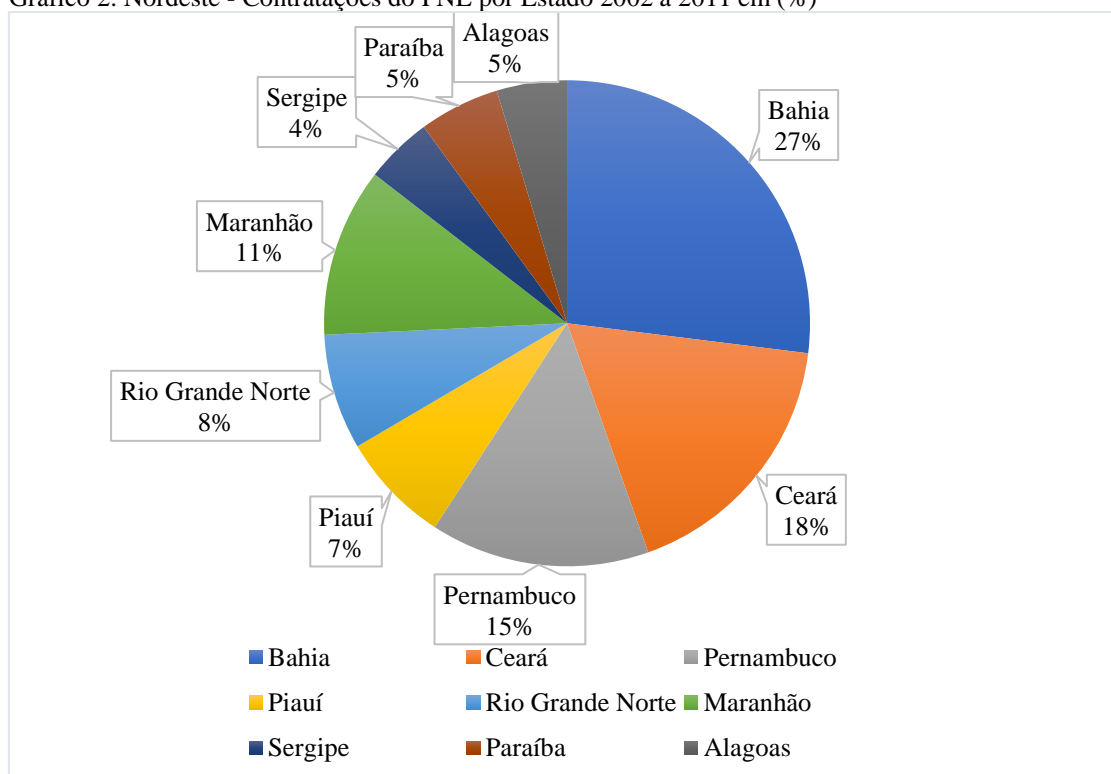
Tabela 2. Nordeste - Contratações do FNE por Estado (2002/2011) (R\$ mil)

Estados	2002	2004	2006	2008	2010	2011
Bahia	76,1	745,5	1.098,00	1.943,10	2.651,90	2.781,40
Ceará	35,7	482,5	492	1.283,20	1.983,90	1.792,00
Pernambuco	13	437,4	629,4	920,4	1.627,60	1.398,60
Piauí	16,8	319,4	211,3	395,6	773,8	830,1
Rio Grande Norte	15,5	242,6	245,4	502,6	737,5	908,2
Maranhão	21	225	240,2	950,3	929,1	1.510,10
Sergipe	19,4	174,8	117,1	412,6	441,3	380,1
Paraíba	11,6	171	253,6	429	535,3	447
Alagoas	13, 2	173,4	178	368,1	465,5	425,2
Nordeste	222, 3	2.971,50	3.932,00	7.668,50	10.755,10	11.090,60

Fonte: CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. 2014. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos Santos

Somando os valores que cada estado recebeu de 2002 a 2011 podemos ilustrar conforme, gráfico 2, a distribuição destes valores pela Região.

Gráfico 2. Nordeste - Contratações do FNE por Estado 2002 á 2011 em (%)

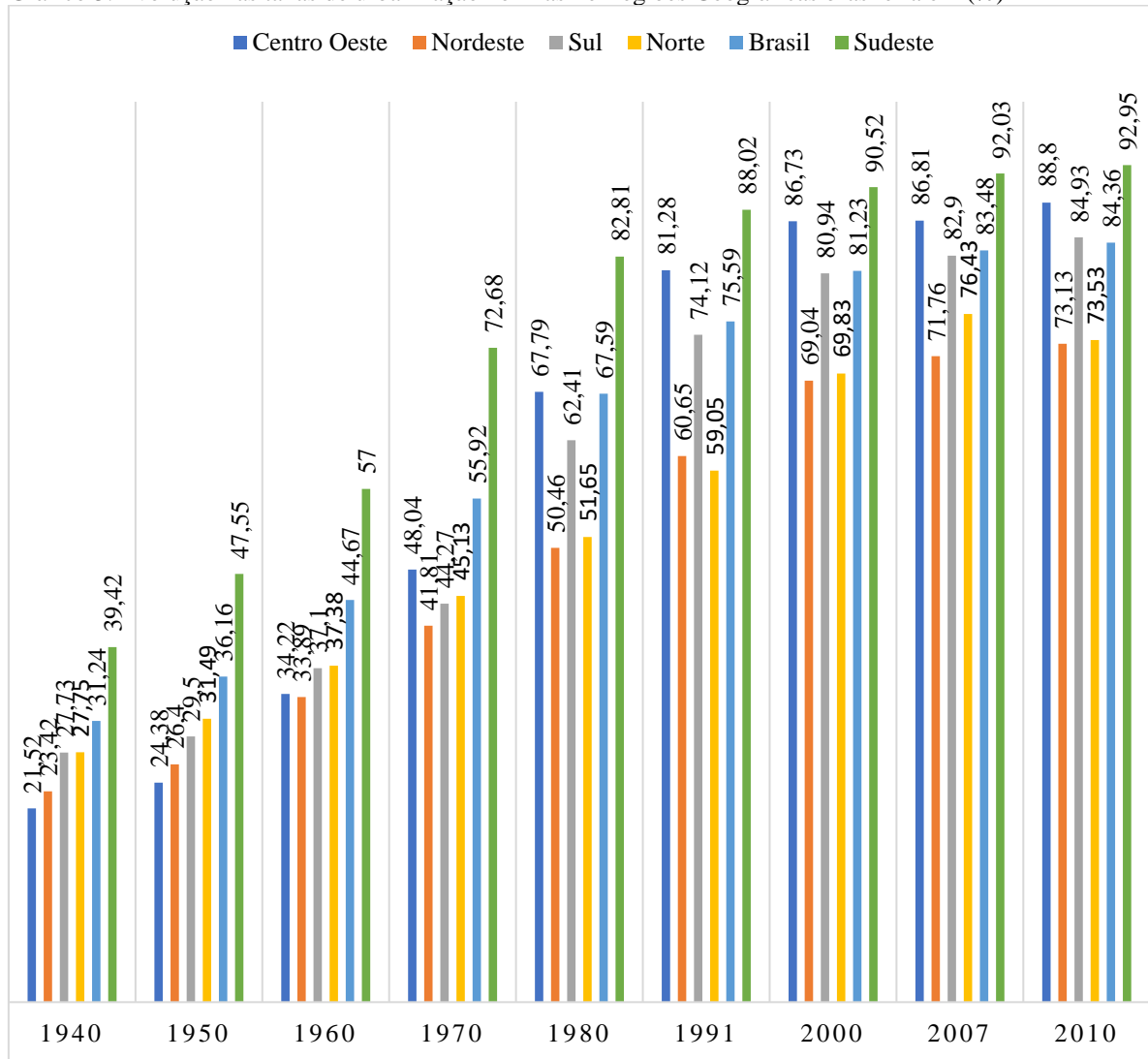


Fonte: CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. 2014. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos Santos

Embora a Região apresente indicadores econômicos crescente, ainda são fortes os traços da desigualdade, para Moreira e Fusco (2015, p. 1), o Nordeste configura-se lócus da pobreza nacional. Isto porque 59,1% dos pobres brasileiros (9,6 milhões dos 16,3 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza) se localizam na região.

De acordo com Santos (1993, p. 29), a verdadeira inversão do lugar de residência da população brasileira ocorre entre os anos de 1940 e 1980. A população urbana do país salta de 10.891.000 para 83.013.000 e já em 1991 residiam nas cidades do Brasil 115.700.000. O crescimento demográfico da população urbana do Nordeste deu-se em um ritmo mais lento em relação a outras regiões do Brasil conforme ilustrado no gráfico 3:

Gráfico 3. Evolução nas taxas de urbanização no Brasil e Regiões Geográficas brasileira em (%)



Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Não se pretende neste trabalho analisar todos os fatores relacionados ao crescimento demográfico da população urbana nordestina, nosso objetivo é tão unicamente identificar a distribuição espacial desta população na conjectura atual, visto que esta distribuição reflete a própria dinâmica do território. Outrossim, tamanho e crescimento urbano são elementos importantes na diferenciação dos centros urbanos.

Assim, ressaltamos importantes aspectos da dinâmica populacional do Nordeste. Entretanto, não poderíamos deixar de pontuar que anterior aos anos 80 eram intensos os fluxos migratórios dos nordestinos em direção as regiões Sul e Sudeste, de modo que, essa movimentação contribuía para o crescimento demográfico destas regiões.

Com base no censo demográfico de 2010, no Nordeste está concentrada a segunda maior população do Brasil, seus 53.081.950 habitantes, representara 27,8% do total nacional, o primeiro lugar desse ranking é ocupado pela região Sudeste, que com 80.364.410 habitantes, representara 42,1% da população brasileira, conforme tabela 3.

Tabela 3. Nordeste – População segundo situação do domicílio – 1970/2010

Ano	Total	Urbana	Em (%)	Rural	Em (%)
1970	28.675.110	11.980.937	41,78	16.694.173	58,22
1980	35.419.156	17.959.640	50,71	17.459.516	49,29
1991	42.470.225	25.753.355	60,64	16.716.870	39,36
2000	47.693.253	32.929.318	69,04	14.763.935	30,96
2010	53.081.950	38.821.246	73,13	14.260.704	26,87

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Quanto a localização espacial da população do Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará concentram a maior parte da população, um quadro que até o momento não se alterou conforme exposto na tabela 4:

Tabela 4. Região Nordeste e Unidades da Federação – Localização espacial população total – 1970/2010

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Nordeste	28.675.110	35.419.156	42.470.225	47.693.253	53.081.950
Maranhão	3.037.135	4.097.231	4.929.029	5.642.960	6.574.789
Piauí	1.734.894	2.188.150	2.581.215	2.841.202	3.118.360
Ceará	4.491.590	5.380.432	6.362.620	7.418.476	8.452.381
Rio G. do Norte	1.611.606	1.933.126	2.414.121	2.771.538	3.168.027
Paraíba	2.445.419	2.810.032	3.200.677	3.439.344	3.766.528
Pernambuco	5.253.901	6.244.275	7.122.548	7.911.937	8.796.448
Alagoas	1.606.174	2.011.875	2.512.991	2.819.172	3.120.494
Sergipe	911.251	1.156.642	1.491.867	1.781.714	2.068.017
Bahia	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1970/2010. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Assim, conforme ilustrado na tabela 4, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Maranhão ocuparam as primeiras posições em termos de crescimento populacional entre 1970 e 2010, paralelamente, a Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia apresenta as menores taxas incremento demográfico.

Pode-se falar em redistribuição espacial da população, sobretudo, a partir dos anos 80, quando de acordo com Santos (2005, p.60) é possível identificar o fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização, visto que as cidades grandes e as cidades médias vivem simultaneamente um período de incremento demográfico, segundo o autor, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território.

Ocorre que, no Nordeste ao mesmo tempo em que observamos o crescimento econômico da região, em razão da modernização do território e dos esforços para integra-lo à economia nacional, há também, o crescimento da população, sobretudo da população urbana, entretanto, esta população encontra-se redistribuída no espaço. Ao analisar o crescimento urbano nordestino entre 1950/60 e 1960/70, Fany (1977, p.42) explica: “que a urbanização não se refere apenas ao incremento populacional de grandes cidades ou ao fluxo migratório para uns poucos pontos; ao contrário, mostra-se difusa, abrangendo numerosas localidades pequenas”.

Preliminarmente, pode se concluir que a urbanização do Nordeste tem uma relação muito forte com o processo modernização urbana do Brasil no qual o poder público intensificou os investimentos para a reformulação das estruturas urbanas visando integrar o território nacional para atender às demanda do processo produtivo capitalista e para assegurar a circulação dos agentes e dos produtos.

1.4.2 A Rede Urbana do Nordeste: uma análise a partir do REGIC 2007

Antes de abordarmos as especificidades da rede urbana do Nordeste, faremos uma breve consideração acerca das contribuições de Roberto Lobato Correa e Milton Santos, cujos estudos foram influenciados pela teoria das localidades centrais de Christaller¹ (CHRISTALLER, 1966), como suporte teórico-conceitual para compreendermos os processos que influenciam na formação e transformação da rede urbana.

¹ CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1966. Teoria do “lugar central” que são aqueles mais elevados hierarquicamente. Christaller busca explicar a importância funcional dos lugares (espaços) para demonstrar existência de um sistema na qual a posição de cada uma delas e na qual quantidade e variedade de bens centrais e de serviços que estas ofertam determinariam o seu grau de centralidade.

Para Corrêa (1989, p. 6-7) é preciso a combinação de três elementos para se ter uma Rede Urbana de fato, a saber:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente.

Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo.

A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realize-se plenamente, atingindo os mercados consumidores.

A rede urbana, em síntese, de acordo com Corrêa (1989, p. 50) é um reflexo dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, introduzem na cidade e no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos.

Santos (2006, p. 176) questiona o que é uma rede? e afirma que há duas grandes matrizes teóricas que buscam responder esta proposição, uma que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social. Assim, a rede pode ser compreendida por meio da análise de sua infraestrutura, mas, conforme conclui o autor “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração”.

Outrossim, explicando os fatores principais que determinam a formação e transformação das redes Santos (2008, p. 171-172) escreve:

Três elementos de base constituem a própria substância da organização das redes: as massas, os fluxos e o tempo.

As massas se decompõem em massa de população, sua densidade e sua distribuição; massa da produção, sua distribuição e seu valor; massa da poupança; massa do consumo e sua localização; massa do equipamento, especialmente do equipamento de transportes.

Os fluxos: “O poder não pertence aos organismos que dirigem as massas e sim aos que dirigem os fluxos”. Por natureza, as “redes urbanas” não são expressão dos fluxos de população, das produções agrícolas e industriais e dos fluxos monetários de informação e de ordens. Em particular, a população não é somente uma massa, mas principalmente um fator gerador de fluxos, fato que convém ser ressaltado.

O tempo: é uma noção fundamental em geografia, que pondera dois critérios; fundamentalmente explica os fenômenos de disparidade e faz sentir-se no domínio de equipamento, pelo grau de arcadismo da infraestrutura agrícola, industrial, dos transportes e dos serviços, segundo as regiões, assim como pelo nível cultural da população, encardido em sentido amplo.

Compreendendo que massa, os fluxos e o tempo determinam a formação e transformação das redes urbanas, Santos (2008, p. 173) afirma: “a rede urbana é resultado do equilíbrio instável

de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam diferentes formas de organização e domínio do espaço pelas aglomerações”.

De acordo com IPEA (2002, p. 20) a rede urbana do Brasil pode ser compreendida da seguinte forma:

A rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura.

A ascensão do capitalismo, o esforço dos países subdesenvolvidos para atender às demandas do capitalismo globalizado, trouxeram transformações que resultaram na reorganização do espaço. A formação e as modificações destas redes, bem como, o aumento do número de centros urbanos integrados a ela, estão entre os efeitos destas transformações.

Um marco histórico presente nas literaturas geográficas que se referem a dinâmica territorial do Brasil é a década de 70, período que deveras, pode ser considerado um divisor de águas, em razão das intensas transformações estruturais, sociais e econômicas ocorridas a partir desta década. Período onde pode se observar o fortalecimento do processo de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos. De acordo com IPEA (2002, p. 23) este processo pode ser compreendido como reflexo e como suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento.

Nos estudos regionais para a configuração da rede urbana desenvolvido pelo IPEA (2002) foram considerados os seguintes critérios e indicadores:

- Classificação dos centros urbanos das grandes regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional - posição dos centros urbanos a partir do estudo Regiões de influência das cidades (REGIC), desenvolvido pelo IBGE;
- Porcentagem da PEA urbana;
- Total da população em 1980, 1991 e 1996;
- Taxa de crescimento da população no período 1991-96;
- Porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96;
- Densidade demográfica em 1996;
- E análise de agrupamento dos centros urbanos.
- A presença de processo de conurbação e/ou periferização entre os centros;
- A presença de espaços urbanos descontínuos quando apresentavam articulação econômica e complementaridade urbana;

- O tamanho populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996;
- O crescimento do município- núcleo e da periferia nos períodos de 1980-91 e 1991-96;
- Indicadores referentes às peculiaridades regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

Para qualificar a posição dos centros urbanos, consideraram o grau de importância dos centros urbanos como centros decisórios, bem como, suas relações com outros centros de âmbito internacional; a presença nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial, o grau de diversificação do setor terciário e funções urbanas específicas tais com centro administrativo, turístico e outros.

Considerando estes critérios, a estrutura rede urbana Nordeste apresenta cinco níveis de centros urbanos: aglomerações urbanas metropolitana; aglomerações urbanas não-metropolitanas; centros urbanos regionais; centros que configuram novas territorialidades; e os demais centros urbanos da região. Na tabela 5 tem-se a definição destes centros urbanos:

Tabela 5. Classificação dos centros urbanos – IPEA

NÍVEIS DE CENTROS URBANOS	DEFINIÇÃO
Nível 1: aglomerações urbanas metropolitanas	Têm um papel de primazia na rede urbana nordestina, em decorrência da grande concentração populacional (acima de 2,5 milhões de habitantes), da elevada participação da PEA em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade máxima registrada no REGIC 2007, estudo do IBGE.
Nível 2: aglomerações urbanas não-metropolitanas	População do conjunto dos municípios entre 200 mil e 1 milhão de habitantes que foram agregadas em três ordens, de acordo com a participação da PEA nas atividades administrativas. No interior de cada ordem, a hierarquia obedeceu à posição que cada uma dessas aglomerações ocupa no que se refere à sua região de influência (centralidade).
Nível 3: centros urbanos regionais	Municípios com 50 mil a 280 mil habitantes.
Nível 4: centros que configuram novas territorialidades	Localidades que despontam com grande potencial de gerar novas centralidades.
Nível 5: demais centros urbanos	conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em 1991.

Fonte: IPEA 2002. ELABORAÇÃO: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

No que se refere a hierarquia dos centros urbanos, de acordo com o IPEA (2002, p. 79) a rede urbana do Nordeste tinha um total de 1.509 municípios sendo que três eram as metrópoles - Recife, Salvador e Fortaleza, estas três metrópoles contavam com 32 aglomerados urbanos metropolitanos. Contava ainda com 53 aglomerações urbanas não metropolitanas, 82 centros urbanos regionais, 7 novas territorialidades e outros 1.332 municípios estavam no nível demais centros urbanos. De modo que, em 1996, 11,7% dos centros urbanos da rede urbana do Nordeste

estavam entre os níveis 1 e 4 e 88,3% no nível 5. Neste caso, verifica-se que a rede urbana do Nordeste se caracterizava pela acentuada presença de pequenos centros urbanos.

Em 2007 o IBGE publicou as Regiões de Influência das Cidades, resultado de uma pesquisa atualizada sobre a rede urbana do país, demonstrando a hierarquia da rede e as regiões de influência dos centros urbanos. Na metodologia de classificação da hierarquia destes centros foram utilizados os seguintes elementos: a Área de Concentração de População² e a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços.

De acordo com IBGE (2007, p. 3): “hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.”, assim, na estruturação da hierarquia dos centros urbanos, considera-se também, os fluxos da população para a aquisição de bens e serviços nos centros urbanos.

Destarte, considerando a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro e as diferenciações regionais as cidades, o IBGE classificou as cidades em cinco grandes níveis, subdivididos e hierarquizados da seguinte forma:

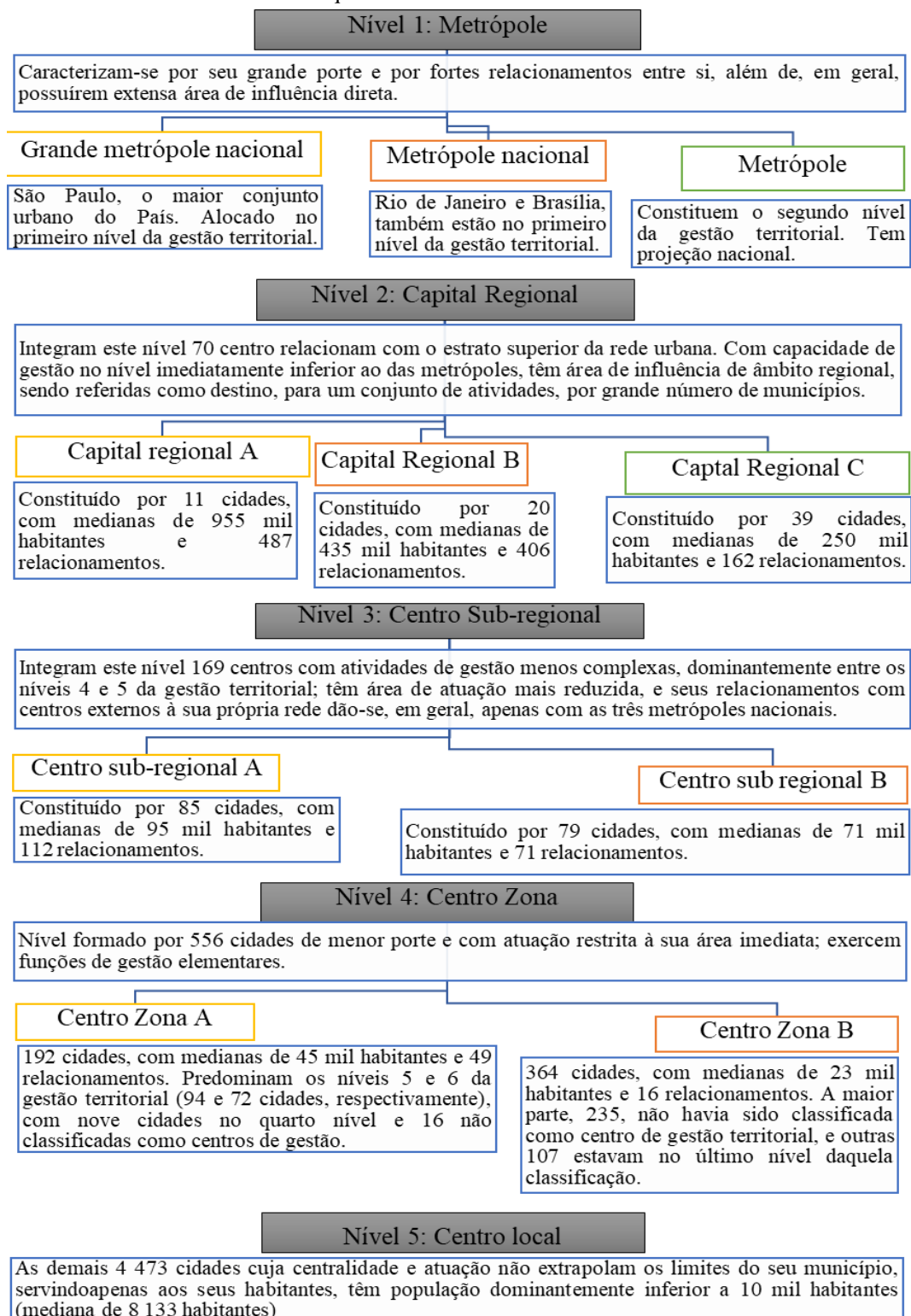
- **Nível 1. Metrôpoles**, subdividida em Grande metrópole nacional (São Paulo), Metrópole nacional (Rio de Janeiro e Brasília) e Metrópole (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre);
- **Nível 2. Capital regional**, subdividida em Capital regional A, B e C;
- **Nível 3. Centro sub-regional**, subdividido em Centro sub-regional A e B;
- **Nível 4 Centro de zona** subdividida em Centro de zona A e B;
- **Nível 5 Centro local**.

A metodologia adota pelo IBGE para classificar o nível de centralidade das cidades considera os níveis de centralidade jurídica, administrativa e econômica. Atividades como o comércio e serviços, atividades financeiras, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo também são critérios adotados para identificar e classificar

² Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas subáreas. As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. IBGE (2007, p.9).

o nível hierárquico das cidades. Considerando estes critérios, conjuntamente, o IBGE identificou os centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência destes e chegou a hierarquização dos centros urbanos conforme demonstramos no gráfico 4.

Gráfico 4. Níveis Urbanos – Hierarquia dos Centros Urbanos - REGIC 2007



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades, 2007. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila L. Santos

Nota-se, não se trata de uma classificação que considera apenas dados quantitativos, mas, há uma análise que considera a qualidade e função dos serviços que cada cidade oferece no conjunto da rede urbana. Assim, tais critérios também são importantes para pensarmos as cidades médias, sobretudo, para diferencia-las de uma cidade de porte médio.

Na referida pesquisa foram identificadas 12 redes urbanas comandadas pelas metrópoles, definidas como de primeiro nível, cuja principal ligação externa destas Metrôpoles se dá com as Metrôpoles Nacionais. O IBGE destaca que estas redes apresentam de tamanho, organização e complexidade distintas e interpenetram-se devidas à ocorrência de vinculação a mais de um centro, resultando em dupla ou tripla inserção na rede. Destas 12 redes, 3 encontram-se no Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador), nelas há poucas as opções de centros de nível intermediário, assim estes centros urbanos exercem forte polarização em suas áreas, é o caso de Campina Grande, Petrolina-Juazeiro, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha e Mossoró. Outrossim, as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços.

A rede de Fortaleza tem 7 Capitais Regionais das quais 3 Capitais Regionais A são elas: São Luís, Teresina e Natal e 4 são Capitais Regionais C: Imperatriz, Mossoró, Juazeiro do Norte-Crato Barbalha e Sobral. Conta com 21 Centros sub-regionais, dos quais 12 são Centros sub-regionais A, Bacabal, Caxias, Pinheiro, Santa Inês, Floriano, Parnaíba, Picos, Caicó, Pau dos Ferros, Crateús, Iguatu, Quixadá; e 8 são Centros sub-regionais B de Balsas, Açu, Chapadinha, Pedreiras, Presidente Dutra, Campo Maior, São Raimundo Nonato, Currais Novos e Itapipoca. Há também 86 centros zonas e um total de 786 municípios. Alcança ainda os estados do Ceará, Piauí e Maranhão e compartilha a área do Rio Grande do Norte com Recife.

Já a rede de Recife, alcança os estados do Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Exerce influência ainda no Rio Grande do Norte juntamente com Fortaleza e em razão da divisão da área de Petrolina-Juazeiro com Salvador, também avança ainda sobre a Bahia. A rede é composta por 8 Capitais Regionais das quais 3 são Capitais Regionais A: João Pessoa, Maceió e Natal; 1 é Capital Regional B: Campina Grande e 4 são Capitais Regionais C: Arapiraca, Caruaru, Mossoró e Petrolina-Juazeiro. Conta ainda com 18 Centros Sub-regionais dos quais 8 são Centros Sub-regionais A: Caicó, Pau dos Ferros, Cajazeiras, Guarabira, Patos, Souza, Garanhuns e Serra Talhada e 10 são Centros Sub-regionais B: Açu, Currais Novos, Itaporanga, Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Palmares, Vitória de Santo Antão, Santana do Ipanema e Senhor do Bonfim. Conta ainda com 54 Centros Zonas, um total de 666 municípios.

Quanto a rede urbana de Salvador, esta, além da Bahia alcança o estado de Sergipe, divide o comando de parte do oeste da Bahia com Brasília. Tem 6 Capitais regionais das quais 1 é

Capital regional A: Aracaju; 3 são Capitais Regionais B: Feira de Santana, Ilhéus–Itabuna e Vitória da Conquista e 2 são Capitais Regionais C Barreiras e Petrolina–Juazeiro. Conta com 16 Centros Sub-regionais, destes, 6 são Centros Sub-regionais A: Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Santo Antônio de Jesus e 10 são Centros Sub-regionais B: Itabaiana, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Senhor do Bonfim, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal e Valença. Ainda compões esta rede 41 Centros Zonas e o total de 486 municípios.

Outrossim, é importante pontuar que além de evidenciar as características da rede urbana nacional os estudos do IBGE (2007) buscou também demonstrar as ligações/relações das redes e apontar as principais mudanças ocorridas entre os anos 1966 a 2006, e para tal, adotou eixos de análises que confirmaram a coexistência de redes hierárquicas e redes não hierárquicas que possuem interações, complementaridades, especializações e sobreposições. Assim o IBGE utilizou quatro níveis de interação dos centros metropolitanos para demonstrar a centralidade e as ligações destes centros urbanos, a saber: I) Gestão Federal, II) Gestão empresarial, III) Ligações aéreas e IV) Ligações de transporte coletivo.

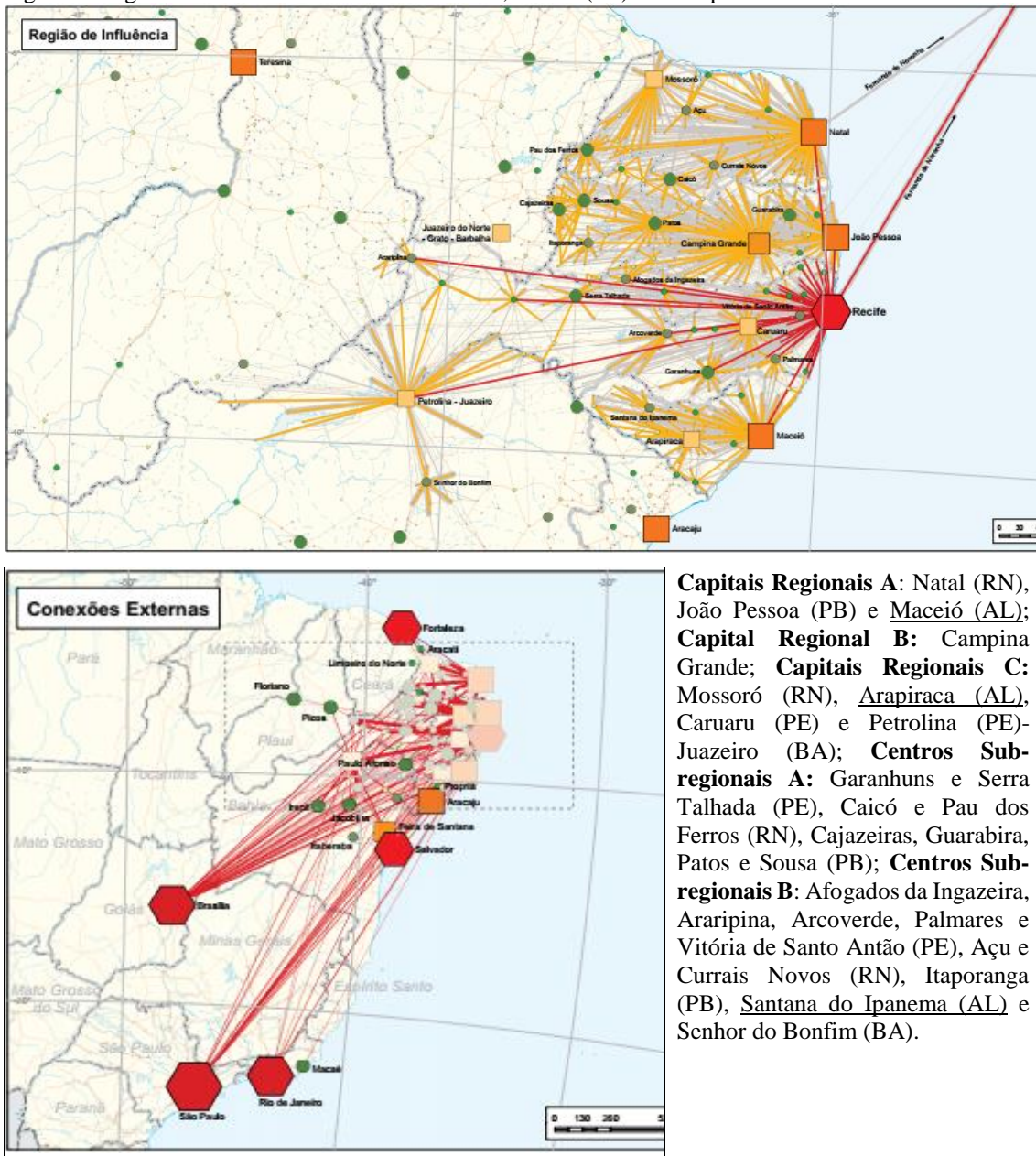
Considerando os níveis de interação acima mencionado, constatou-se que Fortaleza, Recife e Salvador constituem fortes ligações que o IBGE define como padrão de associação regional. No mais, observou-se que São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Manaus e Goiânia também tem ligações com as metrópoles nordestinas. São padrões de interações hierárquicos e horizontais, depende se o fluxo envolvido é de comando, econômico-financeiro e/ou de pessoas.

No que se refere as mudanças ocorridas na rede urbana do Nordeste no período estudado, o IBGE destacou que alguns Centros sub-regionais ascenderam ao nível de Capitais regionais, são os casos de Imperatriz (MA), Barreira (BA). O caminho inverso também aconteceu, centros urbanos que estavam no 2º nível foram para o 3º nível, são os casos de Garanhuns (PE), Floriano (PI) e Jequié (BA). Também houve alteração no alcance das redes ocorrida em razão da combinação de três fatores importantes, são eles: adensamento e/ou emergência de redes, fortalecimento do papel das capitais estaduais e o surgimento de novos centros intermediários que provocaram a subdivisão de áreas de influência dos grandes centros.

O IBGE pensa a rede a partir de duas dinâmicas, uma é o sistema de localidades centrais que comanda a sua hinterlândia e a outra é sob a ótica do sistema de cidades articuladas em rede. Identificando assim os pontos do território de onde são emitidas decisões e de onde é exercido o comando em uma rede de cidades, o estudo considerou como critérios para classificar os níveis superiores a combinação de três elementos: gestão federa, gestão

empresarial e a adoção de equipamentos e serviços. Assim, nestes estudos, constatou-se que até terceiro nível da hierarquia dos centros urbanos tem atividade de gestão relevante. Na rede urbana do Nordeste os centros de mais alto nível presente são: Metrôpoles, Capitais regionais A e Capitais regionais B. Os resultados desta análise foram ilustrados em dois modelos de mapas, um onde é demonstrado a Região de Influência e o outro as Conexões externas. A figura 2 retrata a Região de Influência e as Conexões externas de Recife.

Figura 2. Região de Influência e conexões externas; Recife (PE) - Metrôpole

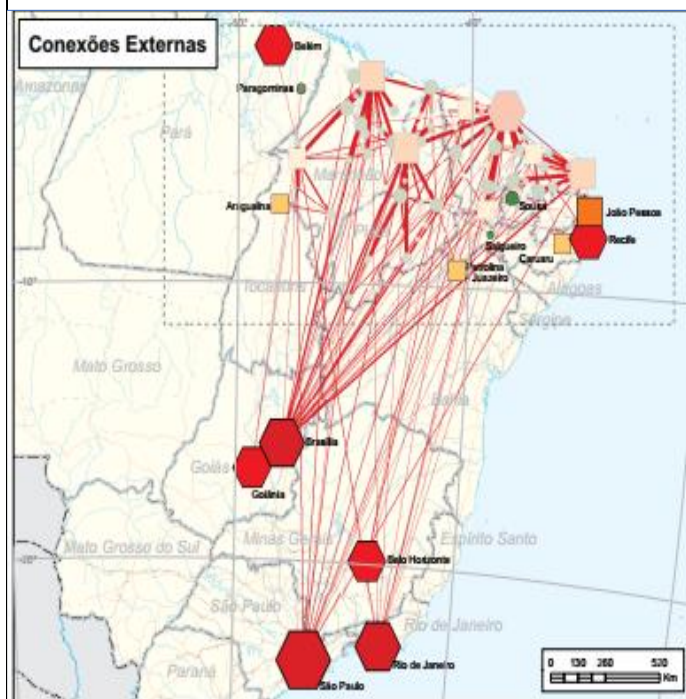
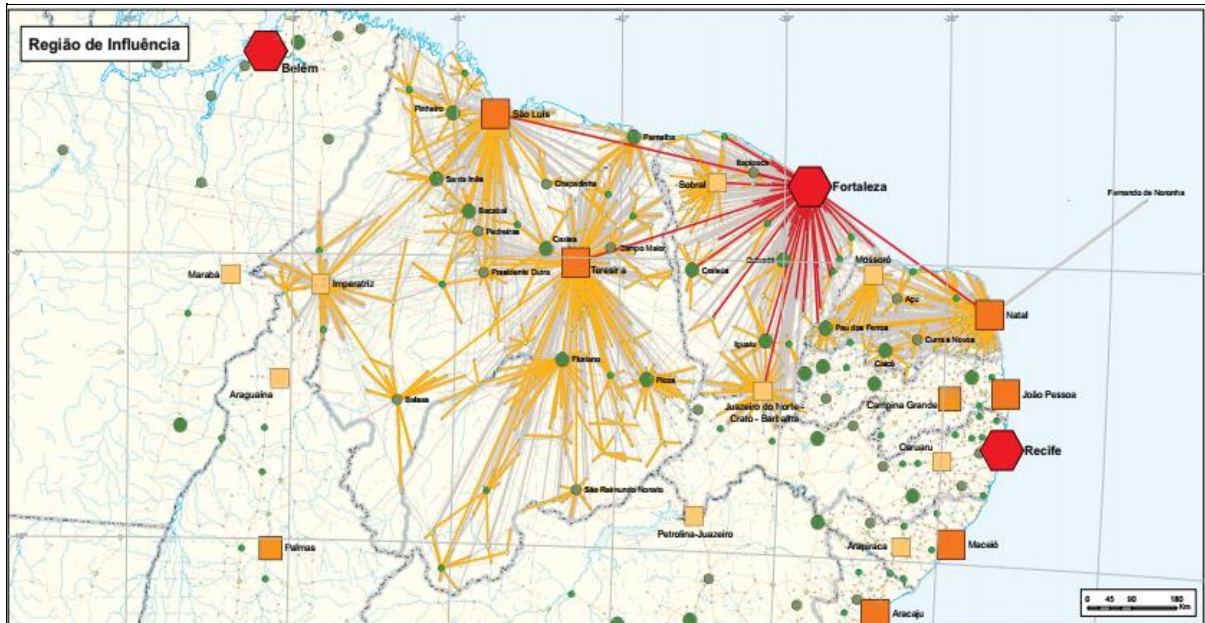


Fonte: REGIC 2007.

Área de Influência, destaca a estrutura da rede, indica as conexões diretas do centro principal e as conexões medidas por um centro secundário. Nela também estão representados a

hierarquia dos centros pertencentes a rede e os adjacentes e são demonstradas todas as ligações dos centros acima do nível local relativos a busca de bens e serviços. A figura 3 retrata a Região de Influência e as Conexões externas de Fortaleza.

Figura 3. Região de Influência e conexões externas; Fortaleza (CE) - MetrÓpole



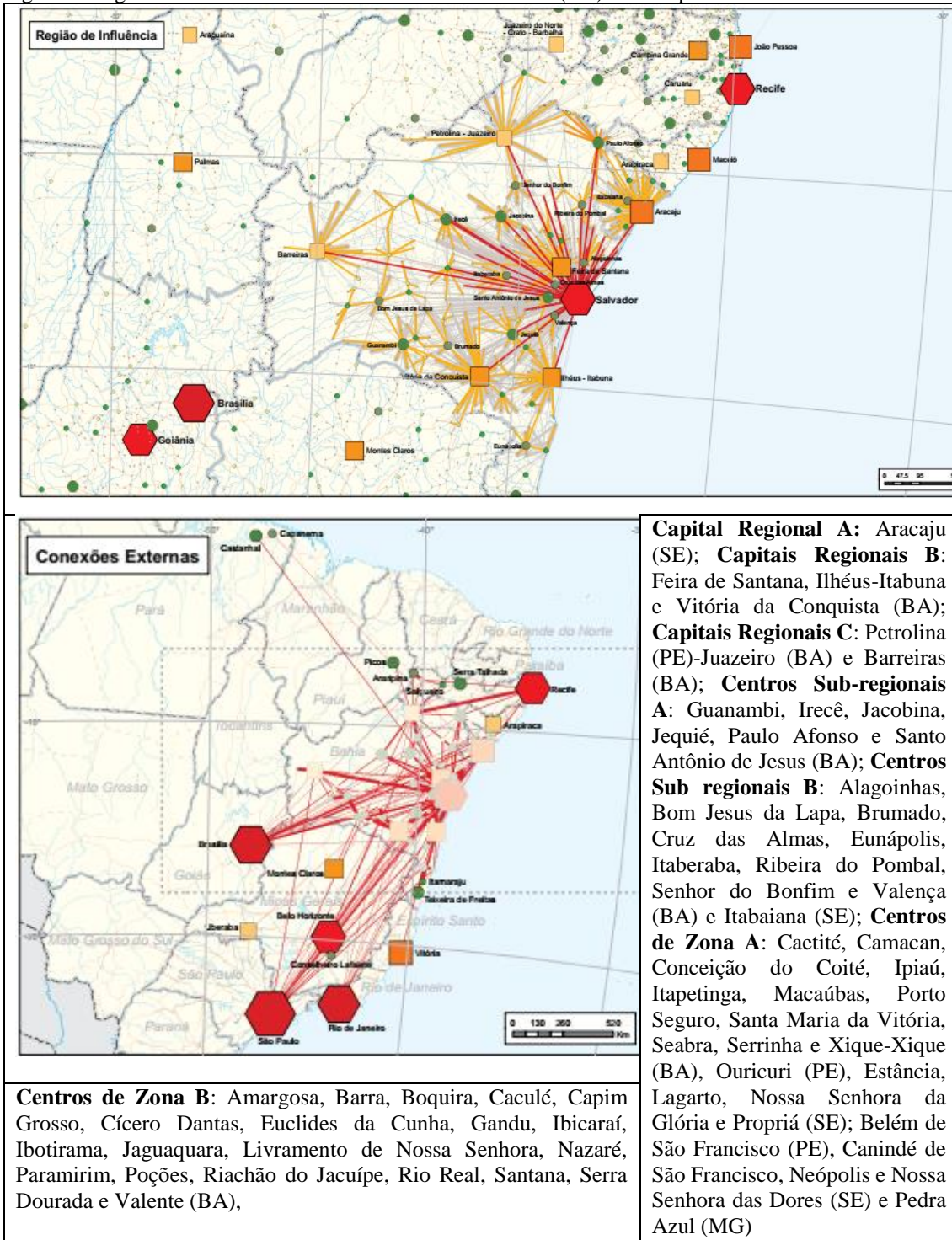
Capitais Regionais A: São Luís (MA), Teresina (PI) e Natal (RN); **Capitais Regionais C:** Juazeiro-Crato-Barbalha e Sobral (CE), Imperatriz (MA) e Mossoró (RN); **Centros Sub-regionais A:** Crateús, Iguatu e Quixadá (CE), Bacabal, Caxias, Pinheiro e Santa Inês (MA), Floriano, Parnaíba e Picos (PI), Caicó e Pau dos Ferros (RN); **Centros Sub-regionais B:** Itapipoca (CE), Balsas, Chapadinha, Pedreiras e Presidente Dutra (MA), Campo Maior e São Raimundo Nonato (PI), Açu e Currais Novos (RN); **Centros de Zona A:** Acaraú, Aracati, Canindé, Icó, Limoeiro do Norte, Russas (CE), Açaílândia, Barra do Corda, Codó, Cururupu, Governador Nunes Freire (MA), Bom Jesus, Corrente, Esperantina, Oeiras, Piri-piri (PI), João Câmara, Macau (RN); **Centros de Zona B:** Brejo Santo, Camocim, Cruz, Guaraciaba do Norte, Ipu, Iracema, Itapagé, Jaguaribe, São Benedito, Senador Pompeu, Tauá (CE), Araguaatins (TO), Alto Parnaíba, Araioses, Brejo, Coelho Neto, Colinas, Esperantinópolis, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú, Lago da Pedra, Maracaçumé, Mirinzal, Pio XII, Presidente Juscelino, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, São Bento, São João dos Patos, Tutóia, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca (MA).

Centros de Zona B Água Branca, Alto Longá, Amarante, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Canto do Buriti, Caracol, Castelo do Piauí, Curimatá, Fronteiras, Gilbués, Jaicós, Luzilândia, Paulistana, Pedro II, Piracuruca, São João do Piauí, São Miguel do Tapuio, Simplicio Mendes, União, Uruçuí e Valença do Piauí (PI), Alexandria, Apodi, Canguaretama, Parelhas, Passa e Fica, Patu, Santa Cruz, Santo Antônio, São Miguel, São Paulo do Potengi e Umarizal (RN) e São Bento (PB).

Fonte: REGIC 2007.

Os mapas que retratam as conexões externas, apresentam as quatro principais ligações de cada um dos centros da rede acima do nível local, estas ligações representam o conjunto da intensidade de ligações empresariais e da subordinação administrativa federal. A figura 4 retrata a Região de Influência e as Conexões externas de Salvador.

Figura 4. Região de influência e conexões externas: Salvador (BA) - MetrÓpole



Fonte: REGIC 2007.

Refletindo a partir das contribuições do REGIC 2007, é possível compreender que Alagoas ainda mante fortes laços com Pernambuco. As duas cidades de níveis hierárquicos mais elevados do estado (Maceió e Arapiraca) estão sobre a área de influência de Recife. Outrossim, o Nordeste está sobre influência da região Sudeste, mesmo com o desenvolvimento de suas cidades e a ampliação de sua força produtiva, permanece sobre influência da referida região porque dela emana decisões que influenciam todo o território nacional.

CAPÍTULO 2. A REDE URBANA DE ALAGOAS E A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA: UMA INTERPRETAÇÃO TEMPORAL

2.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DE ALAGOAS

Alagoas está entre as áreas por onde os europeus iniciaram a ocupação do Brasil, no entanto, durante dois séculos (1500-1706) era apenas uma porção do território da Capitania de Pernambuco, quando em de outubro de 1706 foi elevada à condição de comarca de Pernambuco, tendo como seu primeiro ouvidor José de Acunha Soares, iniciando assim a relativa autonomia político-administrativa alagoana. De acordo com Carvalho (2016, p. 109) “a razão primeira para a elevação de Alagoas à condição de comarca era dividir o espaço pernambucano para melhor administrá-lo” visto que este era um território com expressivo crescimento demográfico e econômico.

Conforme explica Carvalho (2016), o desenvolvimento de Alagoas estava vinculado à atividade canavieira que exigia uma administração capaz de acompanhar a produção mais de perto, entretanto, o primeiro Ouvidor-Geral chega a Alagoas apenas em 1712. A princípio, a sede administrativa fora instalada na Vila Alagoas do Sul, atual Marechal Deodoro, em razão de sua posição geográfica central.

Os engenhos ocupavam o litoral da comarca, a população seguia crescendo e a forte relação com a sede da Capitania de Pernambuco permanecia, pois, era pelos portos pernambucanos que a produção da comarca de alagoana seguia para a Europa. As mudanças ocorriam sutilmente no interior da comarca, a pecuária incentivava a ocupação da zona da mata e do sertão e, de acordo com Carvalho (2016, p. 116), no início do século XIX o território alagoano estava organizado da seguinte forma:

No início do século XIX, com modelo colonial (latifundiário, monocultor, escravocrata e agroexportador) estabilizado, o território estava totalmente povoado, justificando a existência de catorze freguesias e seis vilas: as três mais antigas (Alagoas do Sul, Penedo e Porto Calvo) mais Atalaia, Poxim (hoje pertencente a Coruripe) e Anadia. As vilas tinham representação política organizada nas Câmaras.

Mas, a autonomia político-administrativa da comarca ainda era relativa, visto que, dependia das orientações e decisões da Metrópole, em Lisboa e de sua representação em Salvador, ou da sede da Capitania, em Olinda e Recife. Assim permaneceu organizada político-administrativamente por um longo espaço de tempo. As modificações se davam com maior intensidade no âmbito socioeconômico. A extração de madeira, o cultivo do algodão e do fumo

dinamizavam a economia da comarca e incentivavam o adensamento populacional do Agreste e do Sertão. Em 1711 a comarca possuía três vilas: Penedo, Porto Calvo e Alagoas do Sul e, os povoados seguiam crescendo, assim, novas freguesias foram criadas como as freguesias de Ipioca, Maragogi, Poxim, Traipu, Porto Real, Atalaia, Palmeira dos Índios e Anadia. O crescimento econômico e populacional de Alagoas durante as primeiras décadas do século XVIII ainda não eram o bastante para assegurar o fim da subordinação a Pernambuco. Assim, Alagoas foi evoluindo desde das formas mais simples de administração até chegar à sua completa autonomia.

Mesmo na condição de comarca (1706-1817) as bases da organização política do território estavam sendo fundadas. O desenvolvimento econômico foi estimulado pela expansão dos produtos de exportação como o açúcar, a madeira, o fumo e o algodão. A pecuária e agricultura seguiam os traçados do baixo Sertão e do Agreste, o adensamento populacional influenciava na ocupação do espaço alagoano. Os grupos oligárquicos locais assumiam o controle político e sentiam-se cada vez mais motivados a pleitear a independência de Alagoas.

É durante esse período que o desenvolvimento regional impulsionava a esperança de que a autonomia política não tardaria. As hidrovias, ao passo que ligava as vilas e traziam consigo novos moradores, também, colaborava para o crescimento econômico dos senhores de engenho, grupo social que dominariam a política local. Os rios, lagos e engenhos tão importantes para o desenvolvimento da comarca, influenciaram na fluidez e na dinamização das atividades econômica e, continuaram influentes na fase em que houve o desmembramento do território pernambucano.

Espindola (1871)³, Brandão (1909)⁴, Lima (1965)⁵ e Carvalho (2016)⁶ afirmam que o desenvolvimento social, econômico e político de Alagoas, sobretudo, no período que corresponde a organização territorial e da ocupação do espaço alagoano esteve fortemente ligado tanto a produção do açúcar e como a presença dos rios por onde a vida alagoana se movimentava. Assim, desde o princípio é possível constatar a influência e a importância desses elementos no processo de urbanização e desenvolvimento socioeconômico alagoano.

A emancipação política ocorreu em 1817, quando D. João VI assinou o Alvará Régio no qual emancipava a comarca de Alagoas e nomeou Sebastião Francisco de Melo e Póvoas governador da nova capitania. Dentre as primeiras medidas administrativas do novo governo

³ ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geografia Alagoana ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas**. 2ª Ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

⁴ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo/AL: Editora Artes Geographica Typ. e Pautação, 1909.

⁵ LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1965.

⁶ CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Formação Histórica de Alagoas**. 4ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

estava a instalação da Junta de Arrecadação da Real Fazenda, a alfandega do açúcar e do algodão, bem como, se iniciou o processo de organização da vila de Maceió, que posteriormente tornar-se-ia a sede do governo. Para Brandão (1909, p. 48) a preferência de Melo e Póvoas por Maceió se dava em virtude de ser esta a vila “mais acessível às embarcações, com uma topografia sumamente favorável à criação de uma grande capital” e por causa da sua esplendorosa natureza no qual Melo e Póvoas enxergava uma grande aptidão para o progresso.

Ainda de acordo com Brandão (1909), enquanto Melo e Póvoas esteve à frente da administração de Alagoas, ele investiu na organização da fiscalização das rendas e na construção de estradas que facilitariam a comunicação com o interior, além disso, buscou desenvolver os mecanismos de defesa militar da capitania.

Em suas considerações sobre a autonomia da capitania, Brandão (1909) afirma que esta teve um duplo significado, o primeiro de recompensa e o segundo de punição. Foi uma forma de recompensar os alagoanos pela lealdade à corte portuguesa quando por não aderirem ao movimento republicano pernambucano de 1817. Para Carvalho (2016, p. 148) “a revolução pernambucana de 1817 gerou um quadro favorável para que as forças monarquistas de Alagoas dessem um passo adiante em sua autonomia política”.

Se para Alagoas foi uma recompensa, para os pernambucanos foi uma ríspida resposta, uma punição por confrontarem os portugueses, conforme explica Brandão (1909, p. 42): Visando enfraquecer Pernambuco, amesquinhando-lhe a vastidão territorial, e galardoar os serviços prestados por Alagoas na debelaração do movimento de 1817, o rei D. João VI resolveu-se a separar a antiga comarca da indômita capitania, dando-lhes foros de independente. Em 1821 por decisão da corte portuguesa as capitanias foram substituídas por províncias, neste período a situação econômica de Alagoas, não era a das mais propícias e brilhantes, entretanto, era uma região que marchava em direção ao progresso.

A Alagoas do século XIX florescia e prosperava guiada pelos cursos de seus rios e lagos, principais instrumentos de comunicação entre as vilas e cidades alagoanas, o comércio local era abastecido pelas inúmeras embarcações que navegavam pelos rios e lagos da região. Espindola (1871, 56-57) revela o quão importante eram os rios ao descrever, por exemplo, como o rio São Francisco fazia prosperar a jovem província nordestina:

O rio S. Francisco, como se tem visto, se não oferece ao observador paisagens deslumbrantes, como as do Rheno com os seus castelos feudais colocados de atalaia aqui e ali em ambas as suas margens com os seus ricos e elegantes jardins e soberbas cidades: se ao formar a cachoeira de PAULO AFONSO não oferece o aspecto encantador de S. Lourenço no Niaydra espraiando-se por sobre os terrenos adjacentes; todavia, hora murmurando por entre serras e penhascos alcantilados, ora estendendo-

se por sobre verdejantes prados, orlados por baixas e verdoengas colinas, nas quais pastam rebanhos de toda a espécie, guarnecidos de sítios, engenhos de fabricas de açúcar, fazendas de criar, povoados diversos, embora pequenos e pobres, bordados de feiteiras e encantadoras ilhas, atravessados nas proximidade da CACHOEIRA de quando em vez por nuvens de pombas brancas, de papagaios e periquitos, que fazem continuada e fanhosa algazarra, e sulcados por grandes canoas de 60 a 70 palmos de comprimento, 8 a 10 de largura, por lanchas, sumacas, chalupas, hiates e pequenos vapores, oferecem paisagens que não deixam de ser assás pitorescas.

A navegação a vapor, pelas águas do rio São Francisco, ligava o leste alagoano, Penedo, ao sertão, Piranhas. Pequenos povoados foram fixados em suas margens, a expansão da pecuária também seguiu o curso do rio em direção ao sertão. Espindola (1871) afirma que os 13 rios da província de Alagoas, fez prosperar suas vilas e cidades que dependiam de suas águas não só para a prática da agricultura e da pecuária, mas também, para o desenvolvimento do comércio. Assim, a priori, podemos observar a divisão do território alagoano quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas. O Leste alagoano dominado pelos engenhos e o sertão, bem como agreste, dedicados à pecuária e a agricultura.

De acordo com Carvalho (2016, p. 157), entre 1831 e 1832 o território alagoano estava organizado da seguinte forma; foram criadas três novas vilas, a saber: Imperatriz (União dos Palmares), Assembleia (Viçosa) e São Miguel dos Campos e existiam quatro comarcas: Alagoas, que incluía São Miguel dos Campos e Santa Luzia do Norte; Maceió, incorporando Porto de Pedras e Porto Calvo; Atalaia, com Assembleia (Viçosa) e Imperatriz (União dos Palmares); e Penedo, que incluía Poxim e Anadia.

Em 1838, sob às ordens do governo imperial, Agostinho da Silva Neves, então presidente da província, transfere a sede do governo para Maceió, entretanto, membros da câmara de Alagoas exigiram a renúncia do presidente e o fez prisioneiro na própria sede do governo. Em resposta, o vice-presidente da província João Lins Vieira Cansanção Sinimbu declarou Maceió como sede do governo e solicitou a interceptação do navio que transportava Agostinho da Silva Neves para a capital do império. As lideranças, contrárias à transferência da sede do governo, foram presas e assim, em 1839, estava consolidado a transferência da sede do governo para Maceió. Pesaram para esta decisão a infraestrutura do porto de Jaraguá que facilitava as relações comerciais internacionais e a melhor localização desta para exercer o papel de capital da província.

Conforme Carvalho (2016, p. 192) “estabilizada na condição de capital, Maceió começa a se alargar geograficamente”, dito isso, nota-se que a cidade passa exercer um papel central no desenvolvimento do território alagoano, tornando-se, naturalmente por sua condição de capital, núcleo das atividades comerciais e das decisões políticas, além de se tornar uma referência para

a população alagoana, que ao sentir os efeitos da crise no setor açucareiro, buscavam na capital alternativas para retomar a vida, visto que, muitos engenhos foram fechados. No entanto, ainda carecia de melhorias, conforme explica Carvalho (2016, p. 194), a nova posição (referindo-se à condição de Maceió enquanto capital) exigia a entrada de novas preocupações públicas como os melhoramentos urbanos: calçamento, dessecação dos pântanos, iluminação e abastecimento d'água.

O espaço urbano da capital seguia sendo estruturado e organizado de modo que fosse capaz de corresponder ao seu novo status. No centro da cidade foram instaladas a câmara municipal, a assembleia, o quartel, a cadeia, mercado público, o hospital e a catedral. O bairro do Jaraguá, onde ficava o porto da cidade, recebeu as instalações correspondentes às atividades comerciais como escritórios, alfandegas, trapiches e armazéns. Para Carvalho (2016) estas eram as duas áreas mais dinâmicas de Maceió até 1869. Brandão (1909) afirma que dentre as melhorias realizadas na província, a instalação do telegrafo e das linhas férreas foram as que mais contribuíram para o avanço do desenvolvimento da região. O primeiro lugar a ter uma estação de telegrafia foi a capital, Maceió, em 1873.

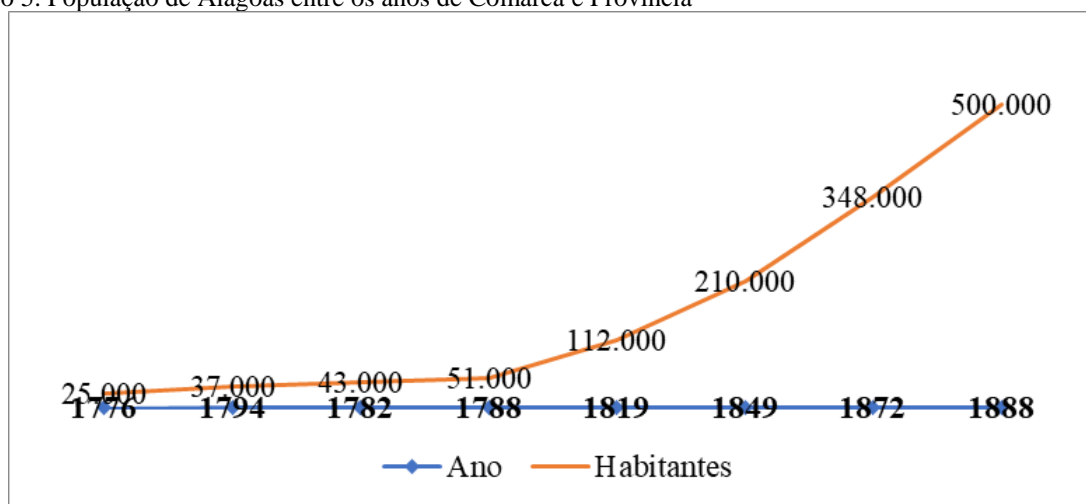
Enquanto a nova capital vivia uma fase de reorganização do seu espaço urbano e de suas funções urbanas, a antiga capital, sentia os efeitos de um abandono e esvaziamento populacional, visto que, muitas famílias migraram para Maceió. Destacamos que, Pilar e Penedo também vivenciavam uma fase de progresso. Pilar enquanto cidade que organiza o comércio local, conectando o interior com a capital e Penedo, o segundo maior núcleo urbano alagoano, até então, era nas palavras de Carvalho (2016, p. 194) “o mais importante porto fluvial, funcionando como um entreposto articulador da produção do baixo São Francisco e do sertão”.

Em 1881 a construção da ferrovia Piranhas-Jatobá, no alto sertão, integrava a rota fluvial, ligando o trecho médio ao baixo São Francisco. Outra ferrovia fora inaugurada em 1884, a ferrovia Maceió-Imperatriz, que ligava os vales do Mundaú e do Paraíba com Maceió. A ferrovia Maceió-Imperatriz fortalecia a produção açucareira do Leste Alagoano e ampliava a importância do porto de Jaraguá para o desenvolvimento econômico da capitania. Assim, as ferrovias intensificaram o processo de integração socioeconômica regional.

Cada uma dessas cidades vivenciou distintamente o desenvolvimento urbano de Alagoas, Pilar por exemplo, enquanto esteve exercendo a função de intermediar o comércio entre interior e capital despontava como uma das cidades mais influentes, até que, seu prestígio em razão desta função, diminuiu conforme foi deixando de ser o elo entre interior e capital.

Notório também foi o adensamento populacional, que para Carvalho (2016), este é um dos elementos que revelam a quão acelerada foi a ocupação do espaço alagoano. Desde a sua relativa autonomia em 1776 até o início do regime republicano no Brasil em 1889, ou seja, pouco mais de um século, a população se torna vinte vezes maior.

Gráfico 5. População de Alagoas entre os anos de Comarca e Província



Fonte: Carvalho (2016)

Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos

Durante o período em que esteve na condição de comarca a população duplicou, o movimento da pecuária em direção ao Sertão, ampliou a ocupação do território.

Juntamente com a pecuária, a agricultura, sobretudo, quando diversificada também incentivou a ocupação de novas áreas e o aumento da população, como afirma Carvalho (2016), o cultivo do coco, do arroz, da banana, do algodão e do fumo, da laranja e do café espalharam-se pelo território.

No litoral o coqueiro, a banana e a laranja na região norte, o arroz no baixo São Francisco, nas áreas de transição entre a mata e o Sertão o café era cultivado.

No Agreste o fumo movimentava a economia e por todo espaço agrícola era possível encontrar também o cultivo do algodão.

Ainda de acordo com Carvalho (2016), a medida em que a população se dispersava pelo Litoral, Agreste e Sertão a economia ganhava novos contextos, tornando-se mais dinâmica e complexificada. Outro fator importante desse período é o aumento do número de freguesias que dava, então, os contornos dos centros urbanos que se desenvolveriam com tempo.

De acordo com Espindola (1871) a população de Alagoas ocupava vinte e oito (28) freguesias no ano de 1860, conforme ilustrado na tabela 6.

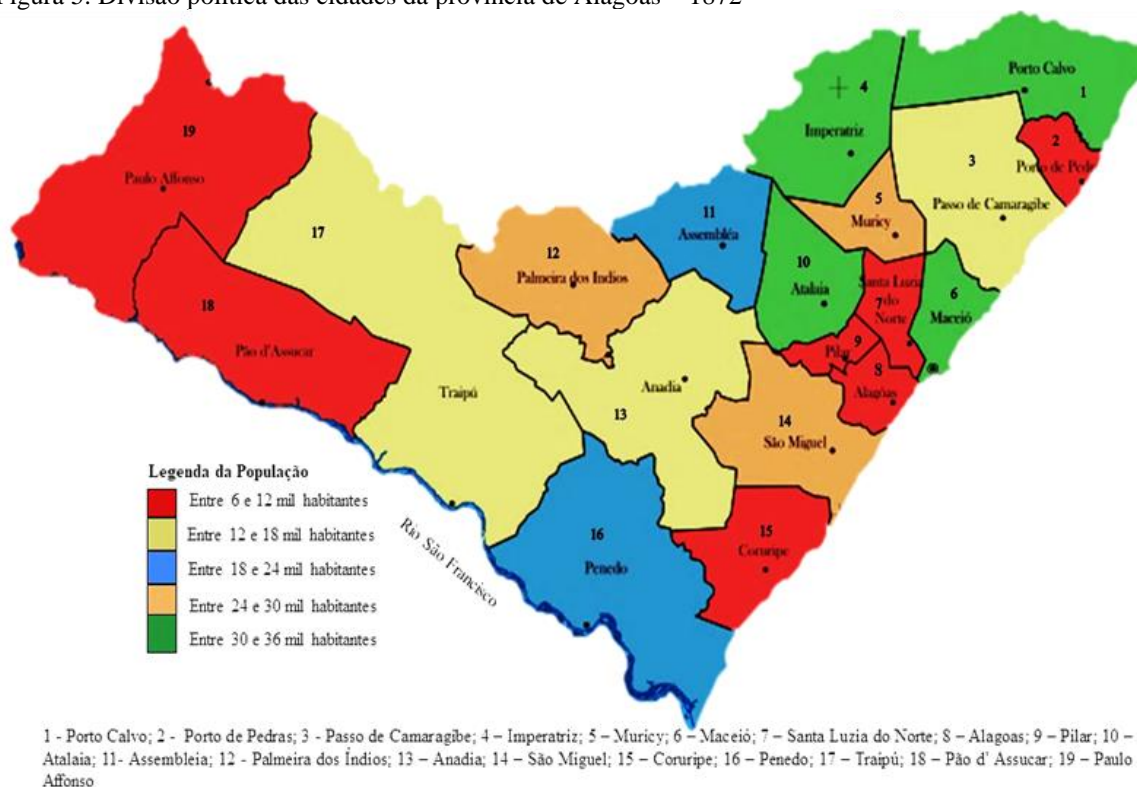
Tabela 6. Distribuição da população de Alagoas - 1860

Freguesias	Livres	Escravos	População Absoluta
Maceió	11.176	1.160	12.336
Jaraguá	1.962	336	2.298
Santa Luzia do Norte	10.742	3.817	14.559
Pióca	10.668	3.326	13.994
Passo de Camaragibe	18.337	3.376	21.713
Porto de Pedras	17.222	4.887	22.109
Porto Calvo	6.887	2.294	9.181
S. Bento	8.298	3.840	12.138
Alagoas	12.695	3.685	16.380
Pilar	6.952	2.050	9.002
S. Miguel	10.291	2.472	12.763
Atalaia	10.502	1.515	12.017
Imperatriz	12.193	928	13.121
Murici	11.082	918	12.000
Assembleia	10.111	880	10.991
Quebrangulo	3.936	591	4.527
Anadia	10.633	987	11.620
Limoeiro	3.300	600	3.900
Palmeira	16.005	1.470	17.475
Coruripe	13.378	3.739	17.117
Penedo	13.482	2.000	15.482
Piassabussú	4.590	410	5.000
Colegio	6.806	647	7.453
Traipu	10.599	812	11.411
Sant´Anna	4.133	570	4.703
Pão d´Assucar	4.644	610	5.254
Água Branca	5.661	340	6.001
Paulo Afonso	5.484	556	6.040
Total da População			310.585

Fonte: Adaptado de Espindola (1871).

Em 1872, com 348 mil habitantes, Alagoas tinha seu território organizado em dezenove cidades: Paulo Afonso, Pão d'Assucar, Traipu, Palmeira dos Índios, Anadia, Penedo, Coruripe, Atalaia, Pilar, São Miguel, Alagoas, Imperatriz, Muricy, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Porto Calvo, Santa Luzia do Norte, Assembleia e Maceió, conforme figura 5:

Figura 5. Divisão política das cidades da província de Alagoas – 1872



Fonte: Adaptado por SANTOS, Poliane Camila Lima. dos, a partir de: Divisão política de Alagoas de 1872. Disponível em: www.dados.al.gov.br/ru/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial

No final do século XIX, Alagoas contava com uma rede de transporte formada por hidrovias e ferrovias. As lagoas Mundaú e Manguaba, o Rio São Francisco, as ferrovias Piranhas-Jatobá e Maceió-Imperatriz formavam esta rede, que por sua vez, permitiam a fluidez do território alagoano.

Em 1889 os marechais alagoanos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, encabeçaram o movimento que instituiu a Proclamação da República e, a província foi transformada em estado e novos fatores reorganizam o espaço urbano alagoano. Para Lima (1965 p.179-180) o desenvolvimento de Alagoas estava relacionado a evolução industrial que ganha novos rumos a partir da substituição dos engenhos de açúcar por usinas, do aperfeiçoamento da indústria têxtil e a instalação de fábricas de produtos alimentícios. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento industrial fora acompanhado pela dinamização da agricultura, que além da

produção da cana e do algodão, sente o crescimento da produção do feijão, do milho, da farinha de mandioca e do coco. Na pecuária, a produção do leite também estimulava o crescimento da indústria alagoana em *pari passu* com o crescimento da criação bovina e suína.

O século XX inicia-se com intensas modificações no contexto urbano, a capital, Maceió, firmada como tal, centraliza os investimentos públicos e privados e recebe intenso fluxo migratório da população vinda do interior do estado, resultando no que Corrêa (1992) identifica em hipertrofia demográfica.

Em 1992, o professor Roberto Lobato Corrêa publicou um artigo na revista Terra Livre – AGB, intitulado A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução, no qual analisa todo o processo de desenvolvimento da rede urbana de Alagoas, desde sua gênese até o contexto de 1960, observando principalmente a importância dos meios de transporte para desenvolvimento da rede e para o processo de urbanização de Alagoas. Dada a significativa contribuição do referido autor, consideramos importante trazer sua discussão para nossa pesquisa.

2.2 INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS: DESENVOLVIMENTO URBANO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Corrêa (1992) associa o desenvolvimento urbano de Alagoas a evolução do seu sistema de transporte e, que as cidades tiveram suas funções estimuladas e/ou desestimuladas a cada novo sistema de transporte inseridos no território alagoano. Seu trabalho é importante porque retrata a vida urbana de alagoas até meados do século XX.

Antes de nos aprofundarmos nas contribuições de Corrêa (1992) cabe mencionarmos uma importante preleção de Lima (1965, p. 204) sobre a gênese dos centros urbanos de Alagoas que segundo o autor dependeram de uma série de fatores históricos, geográficos e econômicos-sociais:

A escolha do lugar para a fundação de uma cidade nem sempre ocorre de modo premeditado, porque a necessidade dos grupos humanos passa a considerar determinados núcleos urbanos, sempre na utilização espontânea dos que instalaram engenhos ou fazenda de gado, e até mesmo aldeias catequéticas e pontos de pousada. Uma classificação pode ser feita em relação às zonas onde se encontram as principais urbes alagoanas. Dentro deste critério podemos apresentar outros mais, como sejam: cidades desenvolvidas às margens de rios, no pés-de-serras, nas manchas úmidas e isoladas no sertão, nas áreas de mais desenvolvida agricultura, nas de indústria açucareira ou tecidos e pecuária, e cidades surgidas por necessidades estratégicas.

Trouxemos a fala de Lima (1965) para este momento do texto porque, tal como ele, Corrêa (1992) destaca que muitos núcleos urbanos de Alagoas surgem já vinculados à função e/ou funções da dinâmica econômica e social do território alagoano.

Com base no texto de Corrêa (1992, p. 94 e 96) foi possível formular o quadro 1, onde comparamos as características espaciais das cidades das duas zonas regionais.

Quadro 1. Zonas regionais: Litorânea/Mata e Agreste/Sertão

Litorânea e Mata
<ul style="list-style-type: none"> • Economia predominante: agroindústria açucareira, muitos centros urbanos desta região são aglomerados surgidos em função de engenhos; • Centros urbanos ligados à agroindústria açucareira: Pilar, São Luiz do Quitunde, Passo do Camaragibe e Rio Largo, São Miguel dos Campos, Murici; • Maceió, 150.000 habitantes, exerce o comando político-administrativa além de outras funções como o controle da produção canavieira, é centro industrial, sobretudo do setor têxtil, e possuía uma função portuária. Sua elevada população correspondia muito mais à presença de excedentes demográficos do campo, do que a vitalidade ou reforço de suas funções; • Centros de área de economia agrária diversificada: Viçosa, São José da Lage; • cidades que desempenharam um certo papel na organização urbana no passado: Marechal Deodoro, Pilar e Viçosa; • Crescimento demográfico urbano: decrescentes em algumas cidades como Pilar, Rio Largo e Marechal Deodoro, crescente, porém em ritmo lento em outras cidades como Penedo e Viçosa, e o maior adensamento de Maceió que, juntamente com União dos Palmares e Murici que eram os principais destinos da população rural. • Três cidades tinham população entre 10-20.000 habitantes: União dos Palmares, área de economia diversificada pela presença de lavouras canavieira, de algodão e de lavoura de subsistência, além da atividade pastoril; Rio Largo a um centro industrial com 2 fábricas de tecidos e; Penedo centro urbano de certa importância regional.
Agreste e Sertão
<ul style="list-style-type: none"> • Economia predominante: agropecuária; • Marcada pela atuação de determinados centros no comando na vida regional e numerosos pequenos centros locais e com a presença de um centro industrial (Delmiro Gouveia com 15.000 habitantes); • As três cidades maiores eram: Palmeira dos Índios com 15.000 habitantes, Arapiraca com 19.000 habitantes e Santana do Ipanema com 8.000 habitantes; • Crescimento da população: ritmo crescente em todos os centros urbanos, entretanto, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Arapiraca eram os principais destinos da população rural, entretanto, o crescimento da população também está relacionado a ampliação quantitativa e qualitativa das funções destas cidades; • Estes, eram então, centros regionais que estendem sua ação aos municípios próximos devido ao desenvolvimento de suas funções de serviços nos setores do comércio varejista, atacadista, serviços para a economia agropastoril, estabelecimento de crédito, de ensino e hospitalar; • Em Arapiraca predominava o cultivo do fumo, cidade que exercia a função de comando da produção fumageira do Agreste.

Fonte: Corrêa, 1992. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

O referido autor destaca quatro características dos núcleos urbanos de Alagoas de meados do século XX. A primeira característica é o seu baixo grau de urbanização; a segunda, é hipertrofia demográfica de Maceió que tinha 150mil habitantes depois dela vinham cidades

cerca de 20mil habitantes; a terceira característica é a maior importância das cidades do Agreste e do Sertão e, a quarta, era a diversidade de ritmo de crescimento das cidades das duas zonas Agreste/Sertão e Litoral/Mata.

A priori, preeminência de algumas cidades estavam relacionadas ao fato de serem centros de áreas agrícolas importantes e por comandarem áreas maiores em razão do favorecimento adquirido pela relação com as vias de transportes. Nesse interim, as influências das vias de transporte refletem em cada cidade de maneira distinta. À época, Maceió, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Penedo eram os principais organizadores da dinâmica territorial alagoana.

Logo, para compreendermos a organização do espaço urbano de Alagoas, o autor pontua que é preciso reconhecermos que o estado vivenciou três períodos diferentes de organização espacial comandada pela evolução dos meios de transportes e, em cada um desses houve mudanças significativas. A primeira fase foi a da navegação fluvial e marítima, na qual destacaram-se as cidades do litoral, a segunda fase refere-se ao desenvolvimento das ferrovias na qual emergiram as cidades "ponta de trilhos" são os casos de União do Palmares, Santa Luzia do Norte e União do Palmares e, a terceira fase corresponde ao período em que foram construídas as rodovias promoveu o desenvolvimento das cidades "nós rodoviários" e tornaram ainda mais dinâmica a relação entre as cidades. Conforme explica Corrêa (1992, p. 98): "o papel exercido por esses centros urbanos, em cada uma das três fases, ficou estampada na paisagem das cidades, na organização de seu espaço urbano e na vitalidade ou obsolescência de suas funções."

Destarte, quando nos referimos ao desenvolvimento da rede urbana de Alagoas associado à modernização dos seus sistemas de transportes, é uma forma de entender que a medida em que tal fenômeno se intensificava, novas relações eram constituídas e outras eram reforçadas e, até mesmo novos aglomerados urbanos surgiam e complementavam esta rede. Assim, as mudanças e/ou permanências da rede urbana local puderam ser constatadas a partir da análise da integração do território pelas vias da evolução do seu sistema de transporte, visto que, os avanços deste sistema proporcionaram a maior fluidez dos fluxos produtivos e de pessoas.

Há de se reconhecer também que, a evolução do sistema de transporte não assegurou o desenvolvimento por igual das cidades da rede, de modo que, em alguns casos a medida que o sistema de transporte era modificado, a cidade passava por um processo de letargia enquanto outras vivenciavam fases de crescimento, daí a importância de analisarmos aqui cada uma dessas fases.

No que se refere a primeira fase, Corrêa (1992, p.116) explica que esta fase expressa a importância das velhas cidades litorâneas, cujo povoamento ocorreu baseado, essencialmente, na lavoura canavieira. Para o autor os traços de sua antiguidade estão presentes na organização de seu espaço urbano e em suas funções. São notórios os contrastes dos velhos sobrados, as igrejas barrocas e prédios com arquiteturas do fim do século XIX e início do XX e a coexistentes com postos de gasolina, oficinas mecânicas e os hotéis sempre cheios, marcam as mudanças na vida urbana de Alagoas.

Os rios e as lagoas desempenharam papéis fundamentais na organização do espaço alagoano, em seus primórdios. Ao longo destes, desenvolveu-se toda a ocupação humana e organizaram-se os mecanismos de comércio, os trapiches e armazéns que impulsionaram a vida econômica do estado. Os engenhos evoluíram de um *habitat* agroindustrial para um *habitat* urbano situavam-se em locais onde era possível o contato entre a navegação fluvial e a navegação marítima, ou, os transportes terrestres e a navegação marítima e, como explica Corrêa (1992, p. 96), “num litoral retilíneo e abrupto estes portos se localizariam no fundo das embocaduras dos rios açucareiros, ou, então, à margem das lagoas, próximos à costa.”

Da possibilidade de ser navegável e de suportar ancoradouros importantes no comando da produção açucareira, às margens das lagoas do Norte e Manguaba, Porto Calvo, no baixo curso do rio Manguaba e Alagoas (atual Marechal Deodoro) na margem direita da Lagoa Manguaba (rio da paraíba do Meio fechada por uma restinga) foram os primeiros centros a se desenvolver. Penedo, embora com posição semelhante, inicialmente guarda a função de ser um ponto defensivo, para se garantir a posse do vale.

O autor explica que no início, quando surgem as primeiras cidades, estas não mantinham de relações direta entre si, cada uma dependia diretamente de Recife, que era então o grande centro exportador do açúcar produzidos nestas cidades. Um cenário que mudou as relações urbanas nas primeiras décadas do século XIX em decorrência da concentração da produção açucareira no porto do Jaraguá e que depois fora conectado diretamente com a Europa.

Próximo ao porto de Jaraguá, no entorno do engenho Maceió, desenvolveu-se um pequeno aglomerado urbano, no qual se viu crescer a atividade comercial que superou a atividade agropastoril e possibilitou o aparecimento de uma classe burguesa rica e posteriormente esta classe reivindicou a transferência da capital para Maceió em razão da sua estrutura portuária e do seu desenvolvimento comercial.

Assim, evoluindo de um engenho para um aglomerado urbano com intensas atividade portuária, e posteriormente a capital da província onde concentravam-se as funções político-

administrativa, Maceió tornou-se a cidade com maior influência local. Conforme Corrêa (1992, p. 100):

A vida urbana se desenvolveria, Maceió comandando grande parte da zona canavieira alagoana, pois dela dependeriam as vilas de Santa Luzia do norte, Marechal Deodoro, Atalaia, São Miguel dos Campos e, mesmo, um pequeno centro no Sertão, Palmeira dos Índios, situado na rota para o Sertão e em contato com o agreste pernambucano. Os centros situados ao norte, Porto Calvo e Porto das Pedras, continuariam ainda na dependência direta de Recife. A força polarizadora da capital pernambucana reduzia desde logo, nesse setor, a área de influência de Maceió.

Assim, as primeiras relações entre as cidades alagoanas eram constituídas sobre as bases da produção do açúcar, embora outras práticas econômicas também se desenvolvessem juntamente com o desenrolar da vida urbana de Alagoas. O algodão por exemplo, que estimulado pela expansão da indústria têxtil, também exerceu forte influência na relação das cidades. Em *pari passu* com o desenvolvimento econômico, desenvolviam-se também os sistemas de transportes que ligavam as cidades, estes diversificavam-se e tornavam o território cada vez mais fluído, acompanhando assim às demandas do mercado externo.

Durante o período em que o predominava o sistema de transporte de navegação fluvial e oceânica, além da capital, outros centros urbanos destacavam-se por suas funções urbanas, é o caso de Pilar, localizada ao fundo da lagoa Manguaba, para ela convergia a estrada do vale do Paraíba do Meio que estava ligada ao Sertão de Alagoas. Pilar recebia mercadorias que chegavam do interior do estado em tropas de burro e as remetia à capital em barcaças. Assim, Pilar era então, centro de transbordo de mercadorias.

Piranhas e, mais intensamente Penedo, também eram importantes centros que urbanos que mediavam a relação entre o interior e a capital. Em Penedo, a exportação do algodão foi intensificada a partir da construção da rede ferroviária (em 1881-83), tornou-se assim, zona de influência em razão de sua posição privilegiada, que interligava transportes marítimos às vias terrestres de acesso ao interior.

Assim foi a vida urbana de Alagoas do século XVI até o início da penúltima década do século XIX. Houve durante esse tempo, a predominância das velhas cidades do litoral, cuja influência estava relacionada a importância da navegação fluvial e oceânica ao lado da precariedade dos transportes terrestre.

O interior do estado ainda vivenciava os efeitos de estar longe do principal centro econômico e administrativo do estado, pesava-lhe o lento ritmo de desenvolvimento em termos de infraestrutura e econômico.

Esta realidade compõe a primeira fase da vida urbana de Alagoas, conforme nos ensina Corrêa (1992, p. 101), imagem 2:

Imagem 2. Rotas fluviais em Alagoas 1871

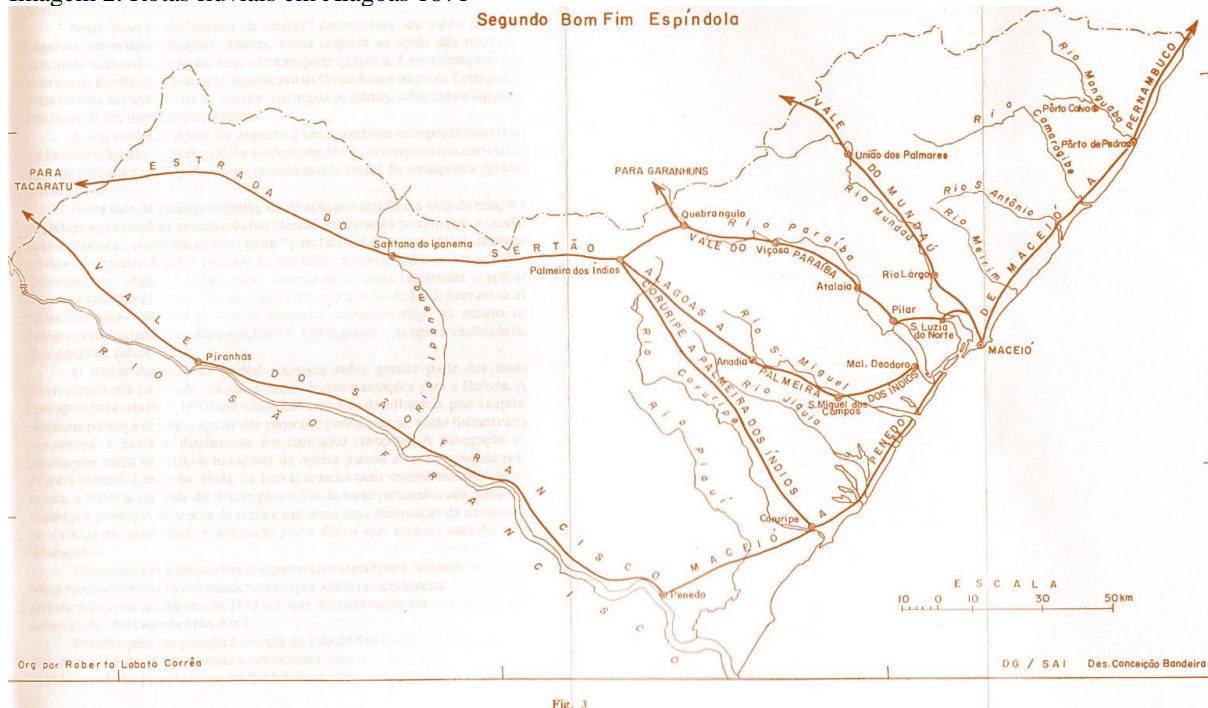


Fig. 3

Fonte: Corrêa, 1992.

A segunda fase da vida urbana de Alagoas fora marcada pela construção das ferrovias a que penetrava através dos dois principais vales açucareiros, o Mundaú e o Paraíba do Meio e seguia em direção a Maceió. Novos aglomerados urbanos surgem e/ou se desenvolvem em detrimento da construção da ferrovia, as quais Corrêa (1992) intitula “cidades ponta de trilho”. Outros conheciam um processo de letargia, em decorrência de perderem suas funções de integrar o interior com a capital, é o caso da cidade de Pilar e Santa Luzia do Norte que exerciam a função de transbordo de mercadorias. Estes centros recebiam as mercadorias do interior do Sertão que chegavam em tropas de burro e encaminhava-as para Maceió.

No vale do Mundaú a única cidade beneficiada como "ponta de trilhos" foi União dos Palmares (1884-1894), oriunda da vila Imperatriz. Entretanto, quando o ramal ferroviário foi ligado a linha pernambucana, o ritmo do seu desenvolvimento desacelerou de tal modo que esta passou a compor a área de influência de Recife.

No ramal que subia o rio Paraíba do Meio surgiram duas cidades "ponta de trilhos", a primeira foi Viçosa, que se tornou local de atração para o algodão o cultivado a montante, e para o gado e, também viu crescer em importância a sua feira semanal. Entre 1891-1911, em

razão da construção da ferrovia, seu crescimento tornou-se expressivo. Porém, quando esta prosseguiu vale acima, o ritmo de expansão da cidade estagnou.

A segunda cidade "ponta de trilhos" do ramal do Paraíba do Meio foi Quebrangulo, conforme explica Corrêa (1992, p. 105): "inúmeras lavouras de algodão se desenvolveram no município. Quebrangulo conheceria grande expansão, durante os anos de 1912 a 1930, quando quinze "vapores" beneficiavam o algodão, sobretudo aquele vindo do Sertão."

Palmeira dos índios, localizada entre o Agreste e o Sertão era então centro urbano influente sobre estas áreas, absorveu a função comercial de Quebrangulo. Corrêa (1992, p. 105), afirma que sua diferença em relação às outras cidades "ponta de trilho" é que mesmo com construção da ferrovia seguindo em direção ao Sertão, Palmeira dos Índios não perdeu função de ligar o Sertão a capital alagoana em razão do desenvolvimento desta pois; "a passagem do livre pastoreio para uma agricultura de pequenos estabelecimentos e o desenvolvimento de fumicultura em Arapiraca, possibilitaram uma notável expansão do comércio e dos serviços de Palmeira dos índios".

Arapiraca e Porto Real do Colégio também eram centros que apresentaram crescimento socioeconômico no mesmo período em que houve a expansão da ferrovia no estado, porém, a razão do desenvolvimento destes aglomerados urbanos não foi exatamente a presença das ferrovias. Arapiraca deve seu desenvolvimento à produção do fumo e Porto Real do Colégio as relações que mantinha com Penedo e com Propriá (cidade ponta de trilho localizada nas margens do rio São Francisco).

Penedo também sentiu os efeitos da construção das ferrovias, visto que ela exercia um certo o domínio sobre o escoamento dos produtos das cidades ribeirinhas de Propriá e Porto Real do Colégio. Embora, Penedo não tenha deixado de ser um centro influente na dinâmica urbana de Alagoas, pouco a pouco sentia enfraquecer sua função de centro de distribuição da produção do algodão e outras mercadorias oriundas do interior do estado.

Corrêa (1992), afirma que na fase em que do desenvolvimento da vida urbana de Alagoas estava sobre influência das ferrovias, duas cidades se descavam no comando da rede, Palmeira dos Índios e Maceió. Claro que Maceió de forma mais intensa, tanto por ser a capital do estado como pelo fato de que o destino das ferrovias era ela. Palmeira dos Índios por ser um importante centro influente no Sertão e no Agreste alagoano.

Entretanto, de acordo com o referido autor, Recife, com um porto mais equipado e com rodovias que se estendiam por todo o Nordeste, firmava-se como metrópole regional. Enquanto isso, o porto de Maceió já não oferecia suporte para receber os navios maiores, sentia os efeitos

do desaparecimento ferroviário. Assim, Recife estendia sua influência sobre a rede urbana de Alagoas.

A terceira fase do desenvolvimento da rede urbana de Alagoas corresponde ao período da expansão das rodovias pelo estado entre os anos de 1940-1960. Período no qual destacam-se as cidades “nós rodoviários”. A implantação das rodovias facilitou a ampliação das relações urbanas entre as cidades alagoanas, ao mesmo tempo em que intensificou o entrosamento da rede destas com o centro de comando da rede urbana nordestina comandada por Recife. Outrossim, elas também reforçaram as ligações das cidades alagoanas com os grandes centros influentes na dinâmica territorial nacional como o Rio de Janeiro e São Paulo.

As rodovias tornaram-se o principal veículo regionais e inter-regionais de Alagoas. A rede urbana alagoana tornou-se menos dependente de Maceió, visto que, estas colocaram as cidades alagoana sob influência de grandes centros urbanos.

Nesse interim, as cidades “nós rodoviários” foram as que tiveram seu progresso favorecido com a chegada das rodovias. É o caso de Palmeira dos Índios, já influente na rede urbana alagoana, porém, beneficiada por sua posição geográfica. Segundo Corrêa (1992, p. 107):

Dela irradiassem diversas rodovias, seja para o sul, em direção a Arapiraca e o São Francisco, seja no sentido Leste-Oeste, de Maceió para o sertão, em grande parte aproveitando o velho caminho do Sertão. Sua função fundamental é de redistribuição dos produtos que recebe. Envia-os seja para o Agreste alagoano (Igaci, Arapiraca, Limoeiro de Anadia, Quebrangulo) seja para o sertão (Cacimbinhas, Major Isidoro). Para o norte, sua penetração continua tolhida pela proximidade relativa de Garanhuns. Palmeira dos índios recebe, contudo, de áreas sertanejas alagoanas mais longínquas, seus produtos agrícolas, enviando-os sobretudo para o Recife. Com Maceió suas ligações, apesar da estrada asfaltada, são inferiores àquelas mantidas com Recife, devido à importância da força polarizadora desta.

Conforme elucida Corrêa (1992), Arapiraca intensificou suas relações com a Bahia, sobretudo em razão da produção fumageira. Viveu durante este período a ascensão da produção do fumo e tornou-se polarizadora desta atividade na Região Fumageira do Agreste.

Outro “nó rodoviário” que se destacou foi Santana do Ipanema, de acordo com Corrêa (1992, p. 109), tratava-se do meio do caminho entre o Agreste e a ponte de Paulo Afonso, o que o tornou um importante centro de comunicação, pois “ela de muito se beneficiou com a construção de um ramal rodoviário que da ponte permite atingi-la, colocando-a assim em contato com a BR-12, verdadeiro prolongamento da Rio-Bahia”.

Assim, ao mesmo tempo em que a rodovia BR 12, intensificava as relações das cidades alagoanas do Agreste e do Sertão com o estado da Bahia, a rodovia BR-11, que de Maceió

alcança Recife, atraiu os centros da parte norte da Mata alagoana mais ainda para a influência da capital pernambucana.

Concluiu Corrêa (1992, p. 109), “Maceió apesar de ser o ponto inicial da estrada para o Sertão, devido às condições de seu porto e à fraqueza de seu comércio bem como de sua indústria, sofrerá cada vez mais fortemente a influência do Recife”.

A realidade da rede urbana de Alagoas em 1960, evidenciava um baixo nível de urbanização, e que está não era mais do que uma das malhas que compõem a rede urbana Nordestina, comandada por Recife.

A evolução dos meios de transportes exerceu uma função integradora do território, trouxe consigo a possibilidade de diversificar a economia regional e ampliar os alcances das cidades Alagoana, garantiu o melhor entrosamento de Alagoas com as demais cidades da rede nordestina.

Quanto a hierarquização dos seus centros mais importantes, destacavam-se Maceió, por sua função político-administrativa, seus serviços e comércio; Palmeira dos Índios comandando o Agreste e parte do Sertão onde também se destacava influência de Santana do Ipanema; Penedo no baixo São Francisco teria o seu hinterlândia paralela ao rio São Francisco.

Outra característica importante deste período é o aumento do número de centros urbanos no sentido Leste-Oeste, seguindo uma direção contrária ao início da urbanização alagoana que se concentrava no litoral, cujas suas áreas de influência eram ditadas pelo sentido Norte-Sul.

2.3 A ESTRUTURA DA REDE URBANA DE ALAGOAS E A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

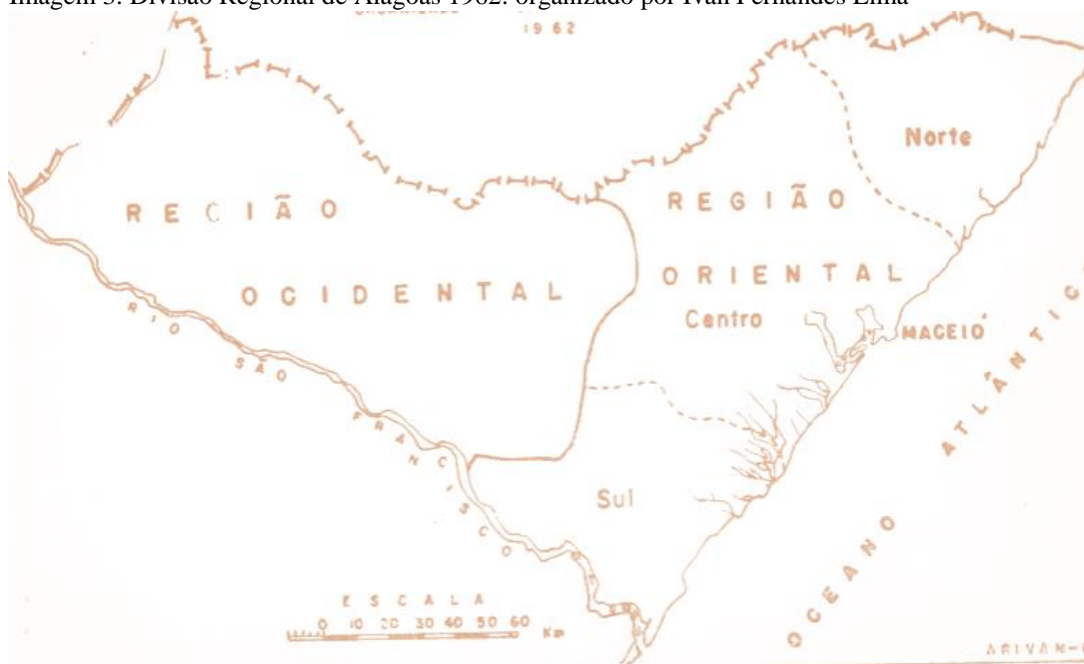
A periodização é uma importante ferramenta que o geógrafo utiliza para evidenciar crescimento, expansão e/ou estagnação socioeconômica e territorial espaço objeto de sua pesquisa. Em nosso caso especificamente é uma análise que nos permite compreender o fortalecimento e a representatividade dos núcleos urbanos que a compõe a rede urbana alagoana. Destarte, entendemos a periodização como uma forma de apreender os fatores histórico-geográficos produtores do que é Alagoas na atualidade.

Visto que a análise de Roberto Lobato Corrêa contribuiu para compreendermos a estruturação da rede urbana alagoana até 1960, retomaremos aqui algumas referências das últimas quatro décadas do século XX, porém, centralizaremos nossas discussões na dinâmica da rede de Alagoas no século XXI.

Uma leitura fundamental para se compreender a formação dos centros urbanos de Alagoas é obra de Lima (1965), Geografia de Alagoas. Na referida obra, o autor aborda, dentre outras questões, os processos relacionados ao desenvolvimento das cidades do estado de acordo com sua proposta de Divisão Regional. Portanto, seu trabalho constitui-se uma contribuição essencial para os objetivos desta pesquisa.

Em 1962, Conselho Nacional de Geografia publicou a seguinte divisão regional: Oriental-Norte, Centro-Sul e Ocidental, conforme imagem 3.

Imagem 3. Divisão Regional de Alagoas 1962: organizado por Ivan Fernandes Lima



Fonte: LIMA, Ivan Fernandes, 1965.

Entretanto, o autor considerou que divisão realizada pelo Conselho Nacional de Geografia não correspondia à realidade fisiográfico-humana, o autor sugeriu a seguinte divisão: Litoral da Mata, Mata, Agreste, Sertão, Sertão do São Francisco, Baixo São Francisco e Delta.

Na Zona Litoral da Mata dentre as atividades humanas destacavam-se a exploração do coco-da-praia, a pesca com jangadas, redes e currais, além de uma fraca agricultura, porém, está era ainda mais atuante do que a pecuária. No início da década de 60, já se encontravam instaladas na região as fábricas de tecido Alexandria e Saúde. Nela, as principais cidades eram: Maceió, Maragogi, Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel e Marechal Deodoro. Na parte da mata, pertencente a esta Zona, predominavam os engenhos de açúcar e as cidades fundo-de-estuários. As cidades que integravam esta área eram: Porto Calvo, Passo de Camaragibe, São Luiz do Quitunde, Santa Luzia do Norte, Pilar, São Miguel dos Campos e Coruripe. Destaca-se também a presença das usinas de produção do açúcar Santana, Cachoeira

Mirim, Sinimbu e Coruripe e das fábricas de tecido Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, Vera Cruz, São Miguel.

A Zona Mata era a região onde se concentrava grande parte das indústrias de Alagoas, usinas de açúcar e fábricas de tecido de algodão. Nas áreas cujo o solo foi desgastado pelo cultivo da cana estavam sendo utilizada para a criação do gado. Na agricultura o destaque são os cultivos do feijão, da fava, do arroz, do milho e do algodão. As cidades que mais se destacavam eram: Colônia Leopoldina, São José da Lage, União dos Palmares, Murici, Capela e Viçosa.

Quanto a Zona Agreste, esta é uma área de transição entre a Mata e o Sertão, tal condição permite que esta seja subdividida em Agreste da Mata ou úmido e Agreste do Sertão ou sub-úmido. Na agricultura as plantações de fumo eram centralizadas por Arapiraca. Outra cidade de importante era Palmeira dos Índios, conforme já mencionado anteriormente esta era um importante centro de comunicação entre as cidades do Agreste e do Sertão. Também eram cultivados nesta região o feijão, o milho, o algodão e palma forrageira e a pecuária encontrava-se em ascensão.

Zona Sertão, caracterizado pelo cultivo da palma forrageira e pelas plantações de milho e feijão. Além da agricultura, a pecuária também é intensiva e extensiva, sobretudo, a criação do gado, que deu origem a “bacia leiteira”. As principais cidades eram Santana do Ipanema, Batalha e Mata Grande.

Zona do Sertão do São Francisco, de acordo com Lima (1965) esta zona pode ser dividida em dois trechos. O primeiro corresponde a fronteira no Moxotó até Pão de Açúcar e daí segue até os limites do Baixo São Francisco. O segundo trecho corresponde ao percurso de Pão de Açúcar até São Brás. Nela a atividade agrícola era responsável pelo desenvolvimento local, entretanto, as cidades tradicionais apresentavam traços de decadência e as novas cidades apresentavam aspectos estacionários. Estas cidades não desenvolveram atividades industriais, também não eram centros comerciais. Assim, a chegada das rodovias foi importante para ampliar a capacidade de fluxo da produção agrícola. A pesca foi uma atividade importante, sobretudo, para o abastecimento da população local. O comércio com outras cidades era mantido seguindo o curso do rio São Francisco e ligava as cidades alagoanas com as sergipanas. As principais cidades eram: Pão de Açúcar, São Brás, Piranhas e Delmiro Gouveia.

Zona do Baixo São Francisco e Delta, segundo Lima (1965) esta é uma Zona dividida em duas partes, a primeira é continental e a segunda é a fluvial marinha que identifica o Delta. A parte continental marca a transição da Mata para o Agreste. Suas áreas de várzeas eram utilizadas para o cultivo do arroz. A pecuária também representava uma atividade importante

para o desenvolvimento desta área. Quanto as cidades, Lima (1965) as definem como amplas e dispersas, uma vez que a população se concentrava mais para a produção agrícola. Outrossim, a parte continental era composta pelas cidades de Penedo, Igreja Nova e Porto Real do Colégio.

A parte Delta é composta pelos municípios de Piaçabuçu e Feliz Deserto. Nesta área o cultivo do arroz também foi importante para o seu progresso, porém o cultivo do milho e do feijão também intensificavam a produção agrícola.

Com base nas contribuições de Lima (1965), elaboramos o quadro 2 onde destacamos as cidades mais influentes de acordo com as Zonas.

Quadro 2. Regiões e as respectivas cidades mais influentes de Alagoas - 1960

Zona Litoral da Mata		Zona da Mata		Zona Agreste	
Barra de Santo Antônio		Atalaia	Matriz de	Parte úmida	Parte sob-úmida
Barra de São Miguel		Boca da Mata	Camargibe	Anadia	Arapiraca
Coqueiro Seco		Coqueiro Seco	Messias	Belém	Campo Grande
Coruripe		Campo Alegre	Murici Novo	Limoeiro do Anadia	Coité do
Japaratinga		Capela	Lino	Maribondo	Noia
Maceió		Chã Preta	Pindoba	Paulo Jacinto	Craíbas
Maragogi		Colônia	Porto Calvo	Quebrangulo	Feira Grande
Marechal Deodoro		Leopoldina	Rio Largo	Tanque d'Arca	Igaci
Passo de Camargibe		Flexeiras	São José da	Taquarana	Girau do
Pilar		Ibateguara	Lage		Ponciano
Porto de Pedras		Joaquim	São Sebastião		Lagoa da
Roteiro		Gomes	Santana do		Canoa
São Luiz do Quitunde		Jacuípe	Mundaú		Palmeira dos Índios
Santa Luzia do Norte		Jundiá	União dos		
São Miguel dos Milagres		Junqueiro	Palmares		
São Miguel dos Campos		Mar Vermelho	Viçosa		
Satuba					
Zona Sertão		Zona Sertão do São Francisco		Zona Baixo São Francisco e Delta	
Água Branca		Belo Monte		Baixo São Francisco:	Delta
Batalha		Delmiro Gouveia		Igreja Nova	Piaçabuçu
Cacimbinhas		Olho d'Água do Casado		Penedo	Feliz
Canapi		Olho d'Água Grande		Porto Real do	Deserto
Carneiros		Pão de Açúcar		Colégio	
Dois Riachos		Piranhas			
Inhapi		São Brás			
Jacaré dos		Traipu			
Homens					
Jaramataia					
Major Isidoro					
Maravilha					
Minador Negrão					
Mata Grande					

Fonte: Adaptado de Lima (1965, *passim*).

A partir da leitura de Lima (1965), observamos que um grande número das cidades alagoanas se desenvolveu a partir das relações locais e vinculadas a produção agrícola e a pecuária. A função comercial e industrial concentrava-se nas cidades tradicionais das zonas do Litoral da Mata e Mata como Maceió, Penedo, Coruripe, União dos Palmares e outras.

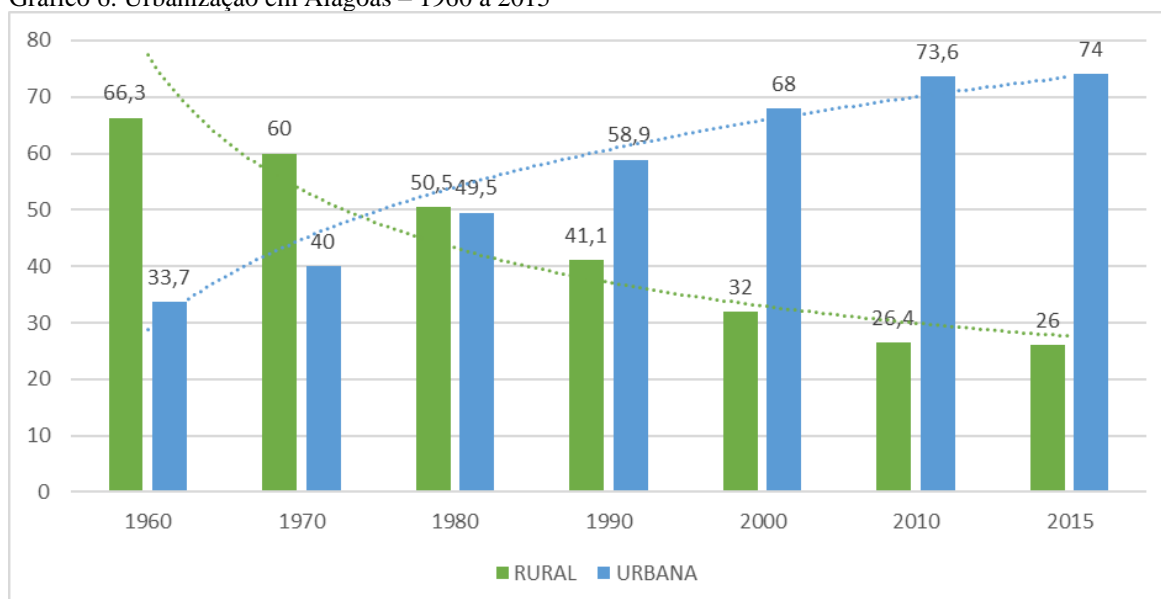
Nas zonas Agreste e Sertão, as cidades mais influentes eram Palmeiras dos Índios, Piranhas e Santana do Ipanema, a função destas cidades era principalmente escoar a produção agrícola e da pecuária para os demais centros comerciais do estado.

Quanto a Arapiraca, Lima (1965) refere-se a ela como polo da produção fumageira do agreste alagoano, entretanto, seu principal vínculo é a cidade de Salvador/BA, para onde se destinava a produção do fumo. Assim, é possível notar que até a década de 1960, Arapiraca era tão somente um centro urbano em ascensão.

A partir dos anos 1970, o Estado intensificou os investimentos no desenvolvimento do Nordeste conforme já pontuamos anteriormente. Alagoas vivenciou modificações importantes, sobretudo, no que se refere ao desenvolvimento econômico. Estas modificações refletiram na dinâmica urbana do estado, novos centros polarizadores surgiram e outros perderam suas funções mais importantes. Arapiraca, até meados dos anos 1960 era um centro urbano dependente da agricultura.

A modernização social e econômica de Alagoas na transição do século XX para o XXI, foi caracterizada por modificações em sua infraestrutura, ampliação da rede rodoviária e pelo desenvolvimento desigual de seus aglomerados urbanos. Novas espacialidades se constituem a partir destas transformações como a expansão da atividade agropecuária pelo Agreste e Sertão e a presença da indústria de alimentos no interior do estado. É um estado de economia dinâmica que não depende mais exclusivamente do cultivo da cana do açúcar, aliás, conforme BGE (1959, p. 12) já não é desde as últimas quatro décadas do século XIX. É um estado que a população urbana só supera a rural a partir dos anos 1990.

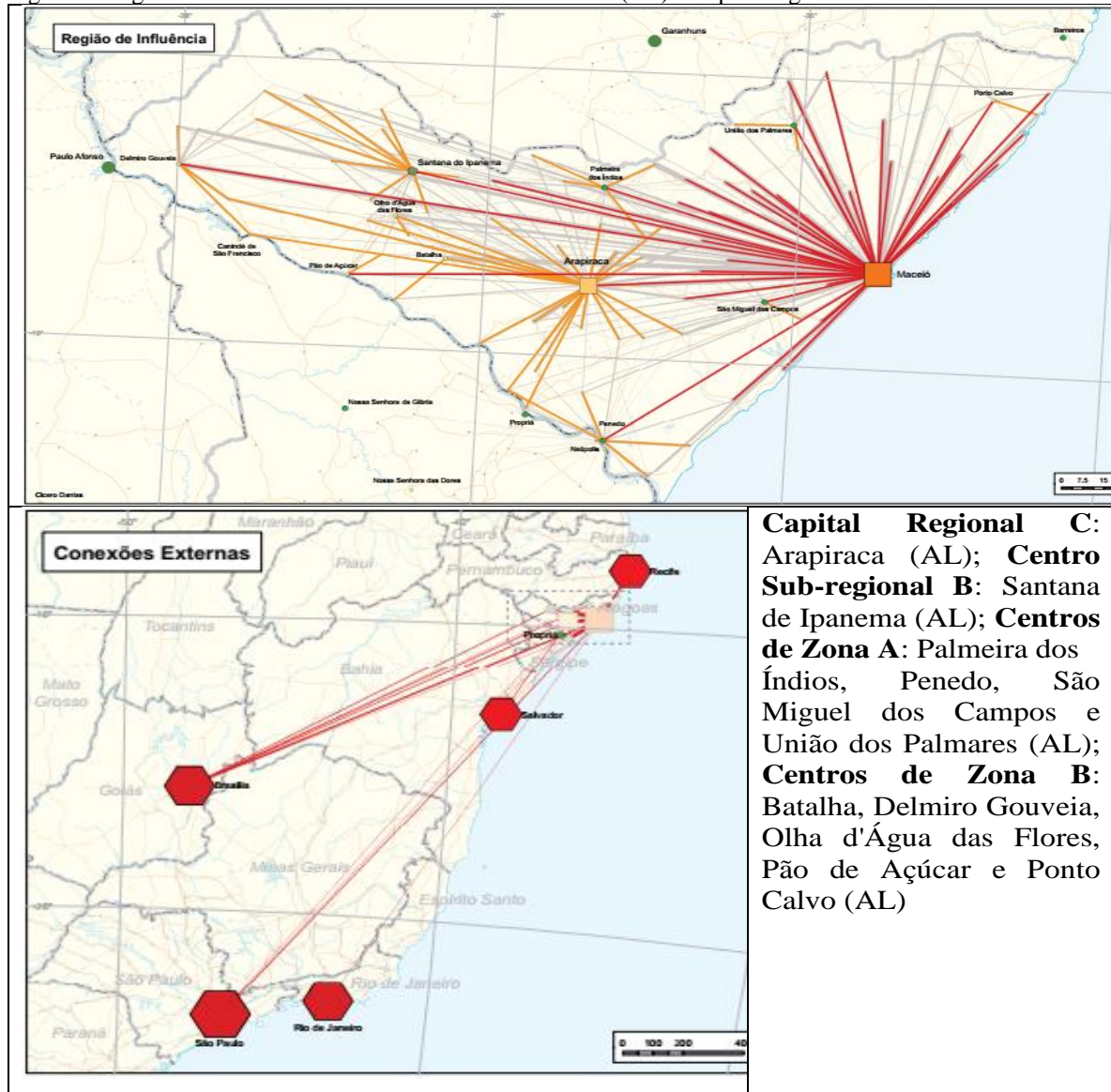
Gráfico 6. Urbanização em Alagoas – 1960 a 2015



Fonte: IBGE. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

No REGIC 2007, novas constatações podem ser feitas, principalmente no que diz respeito as cidades mais influentes. A figura 6, por exemplo, mostra Arapiraca como a segunda cidade de maior alcance na rede urbana de Alagoas.

Figura 6. Região de influência e conexões externas - Maceió (AL) - Capital regional A



Fonte: REGIC, 2007.

Na divisão regional de 2017 divulgada pelo IBGE, A rede urbana de Alagoas apresenta a seguinte estrutura: duas (02) Regiões Geográficas Intermediárias, Maceió e Arapiraca e onze (11) Regiões Geográfica imediatas, Maceió, Porto Calvo -São Luís do Quitunde, Penedo, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Atalaia, Arapiraca, Palmeiras dos Índios, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Pão de Açúcar-Olho d'Água das Flores-Batalha. Os outros municípios não receberam classificação. As transformações que Alagoas viveu no fim do século passado possibilitou a reestruturação do território.

CAPÍTULO 3. A EXPRESSÃO DE ARAPIRACA NO PRESENTE

3.1 ARAPIRACA: A TRANSIÇÃO PARA A CONDIÇÃO DE CIDADE MÉDIA

Amparados pelos já mencionados teóricos, iniciamos esta pesquisa trabalhando Arapiraca enquanto cidade média. Tivemos suporte teórico para tal reflexão, entretanto, duas perguntas passaram a pulsar em nosso trabalho conforme a pesquisa ia ganhando corpo. A primeira é o que marca a transição de uma cidade pequena para média? A segunda, mais especificamente direcionado ao nosso objeto de estudo é, quando Arapiraca deixou de ser uma cidade pequena e tornou-se média?

Assim, nos primeiros parágrafos deste terceiro capítulo, nos propomos a responder tais questões. Fato é que as cidades médias são cidades que passaram por mudanças quantitativas e qualitativas de ordem socioespacial e econômica. Os próprios processos metodológicos que dizem respeito aos estudos sobre as cidades médias nos conduzem ao reconhecimento dos fatores que indicam quando uma cidade deixa de ser pequena e torna-se média.

As cidades médias diferem-se das cidades de porte médio (aquelas que têm tamanho demográfico médio), e das cidades pequenas. De forma objetiva, podemos compreender que as cidades médias são cidades que na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes. Tais cidades polarizam uma região e exercem o papel de nó de comando da rede urbana juntamente com as metrópoles e capitais estaduais, porém com menor grau de intensidade.

Outro fator a ser considerado é a organização do espaço intraurbano, visto que, uma das características importantes das cidades médias é o fato de serem espaço capazes de exercer as seguintes funções: ofertar atividades comerciais mais complexas, acolher indústrias e ofertar serviços especializados à população, as três funções podem ser ofertadas concomitantemente ou não.

Daí já podemos responder a primeira pergunta, o que marca a transição de uma cidade pequena para média são extensão do seu papel na dinâmica da região a qual pertence. Ou seja, dentro de sua rede urbana ela deve ser uma cidade polarizadora e intermediadora nas relações urbanas das cidades da rede. A partir das modificações quantitativas e qualitativas em seu espaço intraurbano e em sua conjectura funcional urbana, na qual ela adquire funções mais complexas ela deixa de ser uma cidade pequena e torna-se média. Está reflexão é importante também para compreendermos que cidade de porte médio e cidade média, embora, ambas sejam cidade com maior adensamento populacional de uma determinada região, a primeira não desempenha as funções que constam na segunda.

Nesse interim, os estudos sobre cidades médias não se restringem à uma discussão referente ao tamanho da cidade, é preciso que este se estenda a uma análise das redes e hierarquias urbanas. Assim, quando nos deparamos diante do desafio de estudar Arapiraca enquanto cidade média entendemos que era necessário pensa-la em diferentes níveis geográficos. Entende-la enquanto cidade que compõe a rede urbana do Nordeste e de Alagoas e, pensar a própria cidade, seu desenvolvimento urbano, as modificações socioeconômicas que com o tempo a conduziram ao status de cidade média.

Embora não seja possível apontar uma data específica da transição de Arapiraca de cidade pequena para cidade média, é possível situarmos uma década na qual suas funções foram ampliadas de forma em que ele se tornou uma cidade polarizadora, um nó da rede urbana alagoana e uma cidade com espaço urbano capaz de atender à algumas exigências do mercado capitalista global. No início dos anos 1960 Arapiraca já era uma das mais importantes cidades do interior do Estado, destacando-se como grande centro comercial da região.

Conforme demonstramos nos capítulos anteriores, até meados da década de 1980, Arapiraca era uma cidade que embora vivenciasse um crescimento populacional e econômico contínuo, ainda não exercia determinadas funções essenciais para ser considerada como cidade média. A relação com a cultura do fumo, o fato de ter se tornado polo da produção fumageira foram essenciais para que esta começasse a ser uma cidade influente na dinâmica do estado.

Para Nardi (2010, p. 62) Arapiraca vive entre os anos 1960 e 1980 um período expressivo para tornar-se uma cidade influente no estado de Alagoas, conforme explica o referido autor:

A cidade tiraria proveito da fama de circulação de riqueza, lugar de oportunidade (fumo e feira livre) e se transformaria em polo regional durante esses 20 anos. Ela seduzira essencialmente, “gente de fora” do Estado de Alagoas, sobretudo de Sergipe e Pernambuco, modificando o seu substrato social autenticamente arapiraquense.

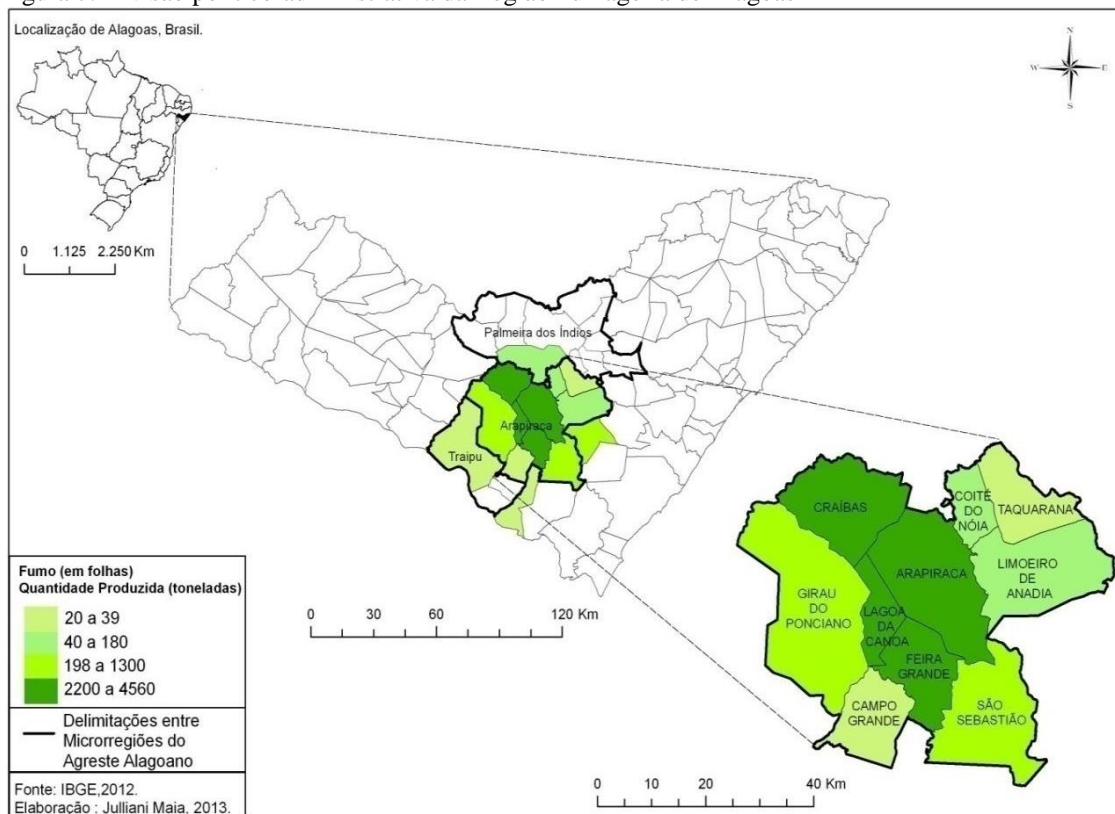
Em 1991, quando a cultura do fumo já se mostrava em esgotamento, Arapiraca continuou a exercer um papel de centralidade no interior alagoano. Oliveira (2007) afirma que o município no início do século XXI era polarizador de diversos serviços da mesorregião do Agreste Alagoano, visto que, em seu território estavam 94,27% das pequenas e médias empresas e 95,58% do setor de serviços e 87,66% do comércio do Agreste. De tal modo que podemos ressaltar que outros setores, que não a agricultura, passou a ser o “motor” econômico da cidade que hoje é compreendida pelo povo alagoano como a capital do interior.

Com isso não estamos afirmando que a cidade não sentiu os efeitos negativos do colapso da produção fumageira, pois como explica Nardi (2010, p.62) a cidade vivenciou um período de queda no crescimento econômico em 1996, em razão da crise da produção fumageira.

Entretanto, quando Arapiraca perdeu sua principal atividade econômica as modificações ocorridas em sua estrutura urbana, em seu espaço intraurbano lhe assegurava a capacidade de viver uma transição econômica, na qual deixou de ser dependente do cultivo do fumo e passou a ser uma opção para as empresas e indústrias que tinham Alagoas como destino. Os setores de serviço e de comércio assumiram o papel do fumo no desenvolvimento econômico de Arapiraca.

Durante o período em que a produção fumageira representava o item mais importante da economia do Agreste alagoano (1960-1980), a centralidade exercida por Arapiraca baseava-se, no fato de ser ela a cidade que concentrava a maior parte da produção do fumo de Agreste Ala e, por ser a cidade com melhor infraestrutura para receber a indústria do fumo. Conforme Alagoano, conforme explica Teodoro dos Santos (2014, p. 70), Arapiraca localiza-se em uma área privilegiada no centro do estado alagoano, o que facilita suas relações com as demais cidades de Alagoas e com outros estados do Nordeste, tornou-se também referência na compra de suprimentos, principalmente por ter em seu território uma das feiras livre mais importante para o comércio regional e por tratar-se de um município onde o cultivo do fumo era intenso.

Figura 7. Divisão político-administrativa da Região Fumageira de Alagoas

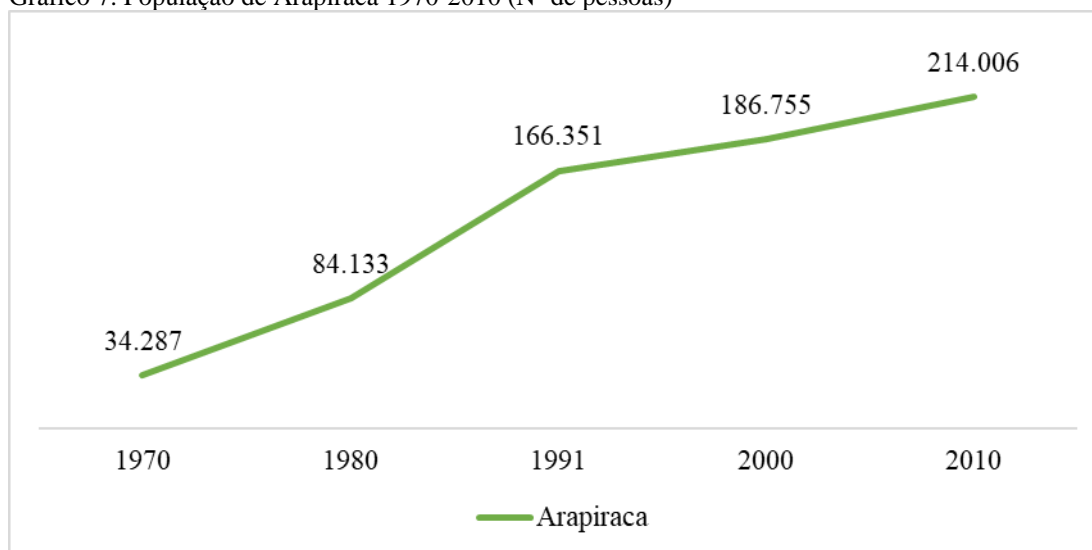


Fonte: IBGE. Elaboração cartográfica por: MAIA Julliani. Organização dos dados: TEODORO DOS SANTOS Ana Paula, 2013.

Assim, a medida em que a cidade expandia sua área de influência e exercia o papel de centralidade na dinâmica do Agreste alagoano também iria perdendo característica de uma cidade pequena. Deste modo, a crise do setor fumageiro, embora trazendo impactos negativos, também é um marco histórico para Arapiraca no sentido em que evidenciou a expressão desta no contexto regional alagoano. Conforme demonstraremos, a cidade seguiu como um importante centro urbano do estado, tanto em seus aspectos econômicos quanto sociais, conforme demonstra seus indicadores socioeconômicos.

Conforme explica Nardi (2010, p. 63), entre 1996 a 2007 a crise do fumo provocou a transferência da população dos municípios vizinhos e da área rural, para a cidade de Arapiraca. Durante esse período, a cidade ganhou 25.465 novos habitantes. Ou seja, durante o auge da produção do fumo, conforme demonstramos no gráfico 7, Arapiraca era o destino da migração da população que vinham em busca de oportunidade para trabalhar na produção fumageira, e mesmo com a crise do setor, permaneceu como destino da mão-de-obra que ficou ociosa no campo.

Gráfico 7. População de Arapiraca 1970-2010 (Nº de pessoas)



Fonte: IBGE. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos

Em síntese, a cultura do fumo possibilitou o suporte socioeconômico para o desenvolvimento do município. O aumento da população no final do século XX esteve relacionado à possibilidade de ocupação e renda que muitos imigrantes encontravam nas destaladeiras e nas lavouras de fumo, conforme afirma Andrade (2005, p. 146):

Os assalariados das regiões vizinhas afluem para a área fumicultora durante a colheita. [...] É o fumo uma lavoura que exige cuidados especiais, adubação e tratamento demorado antes que seja lançado no mercado; daí serem as áreas onde é cultivado de alta densidade demográfica e ser o salário do trabalhador rural mais elevado.

E quando o fumo declinou, outras funções surgiram em razão dos benefícios em infraestrutura urbana que o legado da produção fumageira deixou. Obviamente que os trabalhadores assalariados sentiram negativamente a baixa das oportunidades de emprego, no entanto, Arapiraca, dentro do contexto regional alagoano, ainda representava uma esperança de prosperidade, sobretudo, porque começavam surgir novas empresas que atuavam no setor de alimentos e/ou prestação de serviços como comércio atacadista.

A presença da indústria e o desenvolvimento do comércio de Arapiraca motivou o aumento da população a partir da chegada de imigrantes vindos de municípios vizinhos, ocasionando sobretudo, o crescimento da população urbana, conforme podemos observar nas tabelas 7 e 8.

Tabela 7. População geral – Alagoas e Arapiraca 1991,2000 e 2010

Unidade geográfica	Área Territorial Km ²	População		
		1991	2000	2010
Alagoas	27.848	2.514.100	2.822.621	3.120.494
Arapiraca	346	166.351	186.755	214.006

Fonte: IBGE; Ministério da Integração Nacional; Banco do Nordeste do Brasil. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Tabela 8. População residente por situação do domicílio e unidade geográfica - 1991, 2000 e 2010

Unidade geográfica	População Urbana			População Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alagoas	1.482.033	1.919.739	2.297.860	1.032.067	902.882	822.634
Arapiraca	130.963	152.354	181.481	35.388	34.401	32.525

Fonte: Fonte: IBGE; Ministério da Integração Nacional; Banco do Nordeste do Brasil Elaboração: SANTOS, Poliane. Camila. Lima. dos

Entendemos que Arapiraca continua sendo um importante destino onde muitos buscam por emprego, lazer, educação de base e formação profissional de nível superior e técnico, saúde e outros serviços especializados.

Ela faz parte do conjunto de cidades que passou por transformações ocorridas na urbanização brasileira nas últimas décadas do século XX, adquirindo no decorrer do tempo, principalmente entre os anos de 1990 a 2000, novas funções e características que asseguraram a esta uma nova posição na hierarquia entre as cidades da rede urbana alagoana e da Macrorregião Nordeste.

O grupo Coringa, por exemplo, iniciou suas atividades em Arapiraca, no final dos anos de 1960 com beneficiamento do fumo para cigarros feitos à mão, no entanto, dez anos depois,

já estava atuando no setor de alimentos por meio do processamento da farinha de milho, café e corantes.

A fábrica do Grupo Coringa instalada em Arapiraca não só sobreviveu a crise do setor fumageiro, como também reforçou sua importância para a economia alagoana. Atualmente está entre as indústrias que com o maior número de postos de emprego formal da cidade.

As atividades desenvolvidas pelo grupo na fábrica de Arapiraca intensificam a relação da própria desta com cidades de outros estados do Nordeste e com Norte do país.

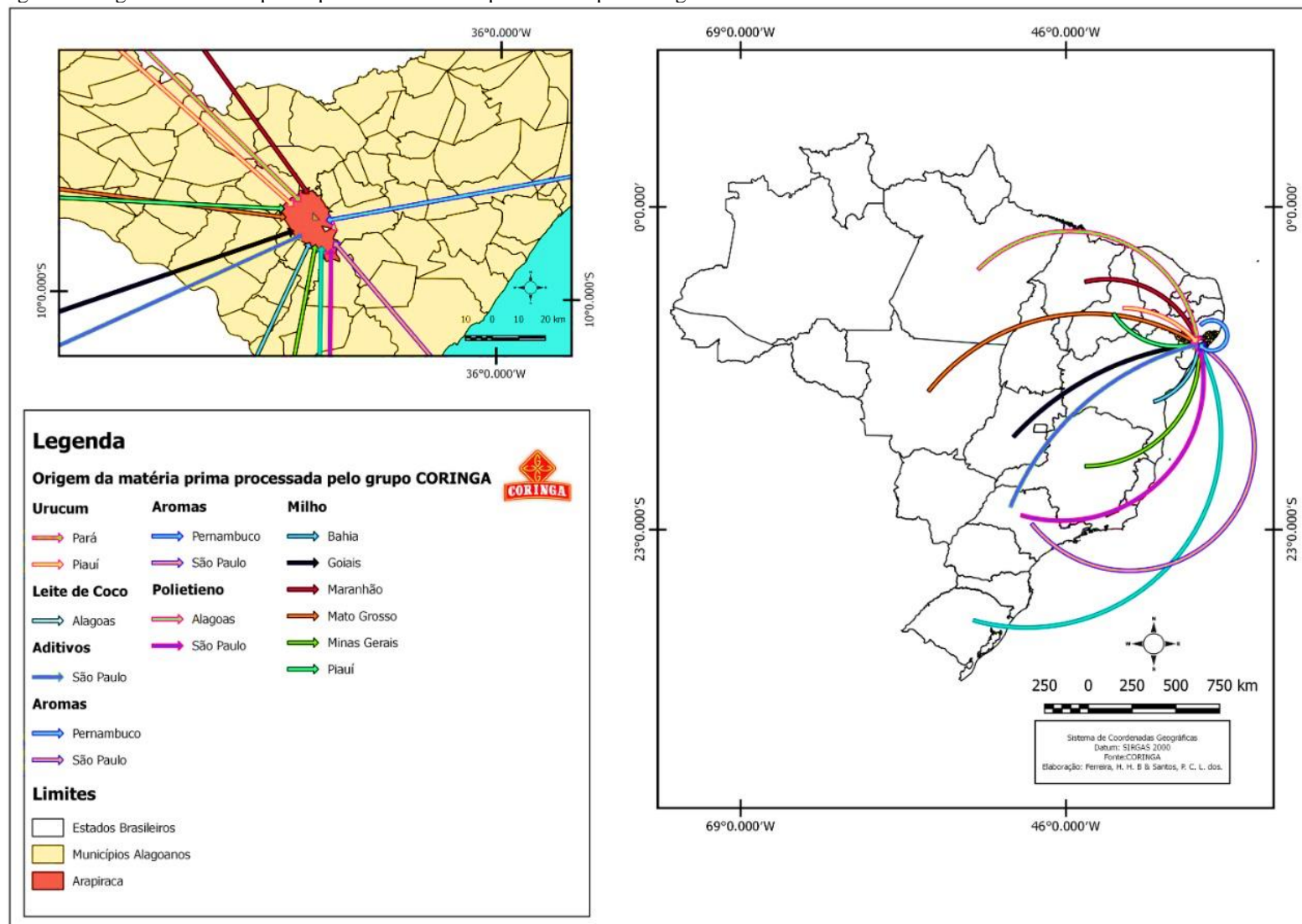
Milho utilizado principalmente na produção da farinha para cuscuz é comprado dos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Bahia.

O arroz tem sua origem no Rio Grande do Sul e em Alagoas. O polietileno, uma parte é comprada no estado de Alagoas e a outra em São Paulo. Enquanto os aromas vêm do estado São Paulo e Pernambuco.

Os aditivos alimentares são comprados de São Paulo. O Leite de Coco, no próprio estado de Alagoas. O urucum, utilizado para a produção do coloral são comprados dos estados do Pará e Piauí.

Com base nas informações disponibilizadas pela coordenadora de comunicação e publicidade, da unidade de Arapiraca Kilma Marques. Elaboramos dois mapas que ilustram os alcances desta indústria por meio da compra da matéria prima e da venda dos produtos industrializados. Assim a figura 8 ilustra a origem da matéria-prima processada na unidade da cidade.

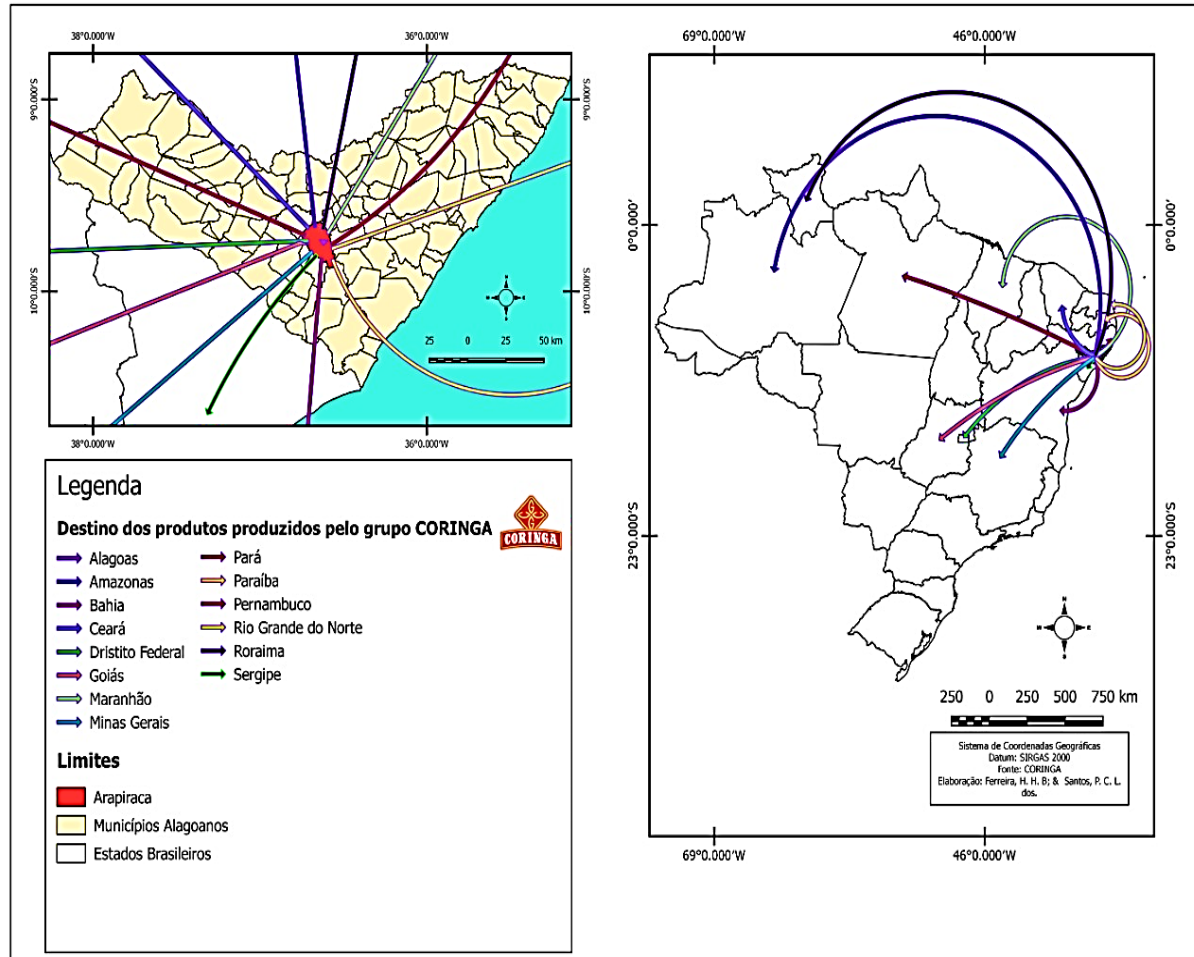
Figura 8. Origem da matéria-prima processada em Arapiraca - Grupo Coringa



Fonte: Grupo Coringa. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

Na figura 9, apresentamos o destino (cidades, estados) dos produtos industrializados processados na fábrica do Grupo Coringa na unidade de Arapiraca.

Figura 9. Destino dos produtos da processados na fábrica de Arapiraca – Grupo Coringa



Fonte: Grupo Coringa. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

Na unidade de Arapiraca são produzidos: Flocos de Milho (Flocão); Floquinhos de milho (Cuscuz); Fubá de Milho; Flocos de Milho com Fibras; Canjica Mungunzá; Amido de Milho; Canjiquinha de Milho; Mingau de Arroz Corilon; Mingau de Milho Corilon; Mingau de Chocolate Corilon; Mingau de Morango Corilon; Mingau de Multicereais Corilon; Mingau de Banana Corilon; Cremosina Chocolate; Cremosina Morango; Cremosina Baunilha; Cremosina Tradicional; Cremosina Banana; Flocos de Arroz; Temperos: Colorau 100 e 500g; Café tradicional; Café Expresso; Café à vácuo; Derivados de Coco: Leite de coco 200 e 500ml; Fábrica de embalagens em diversas estruturas plástico; Fumo: Comércio de Fumo em corda; Fumo desfiado; Refresco em pó em 10 sabores distintos; Ração: Gérmen de Milho; Farelo de Arroz. Na prática, o Grupo Coringa representa a capacidade de inovação e de adoção de uma nova prática econômica daqueles que se dedicavam a produção do fumo.

A presença dessas indústrias no Agreste alagoano foi incentivada pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (PRODESIN) instituído pela Lei 5.519, de 20 de julho de 1993, administrado pela Secretaria da Indústria e Comércio - SEIC, através da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Alagoas – CODEAL. O programa destinado a promoção de meios e ao oferecimento de estímulos voltados para a expansão, o desenvolvimento e a modernização das indústrias alagoanas, inclusive as de base tecnológica e as de micro e de pequeno porte oferece incentivos financeiros, técnico – administrativos, creditícios, locacionais, fiscais de infra – estruturais e à interiorização. Novas empresas foram incrementando o setor de serviços e a indústria de Arapiraca.

Em maio de 1996 chega em Arapiraca a Asa Branca Industrial Comercial e Importadora Ltda, para atuar no setor no atacado. Na tabela 9 descrevemos os produtos com os quais a empresa trabalha.

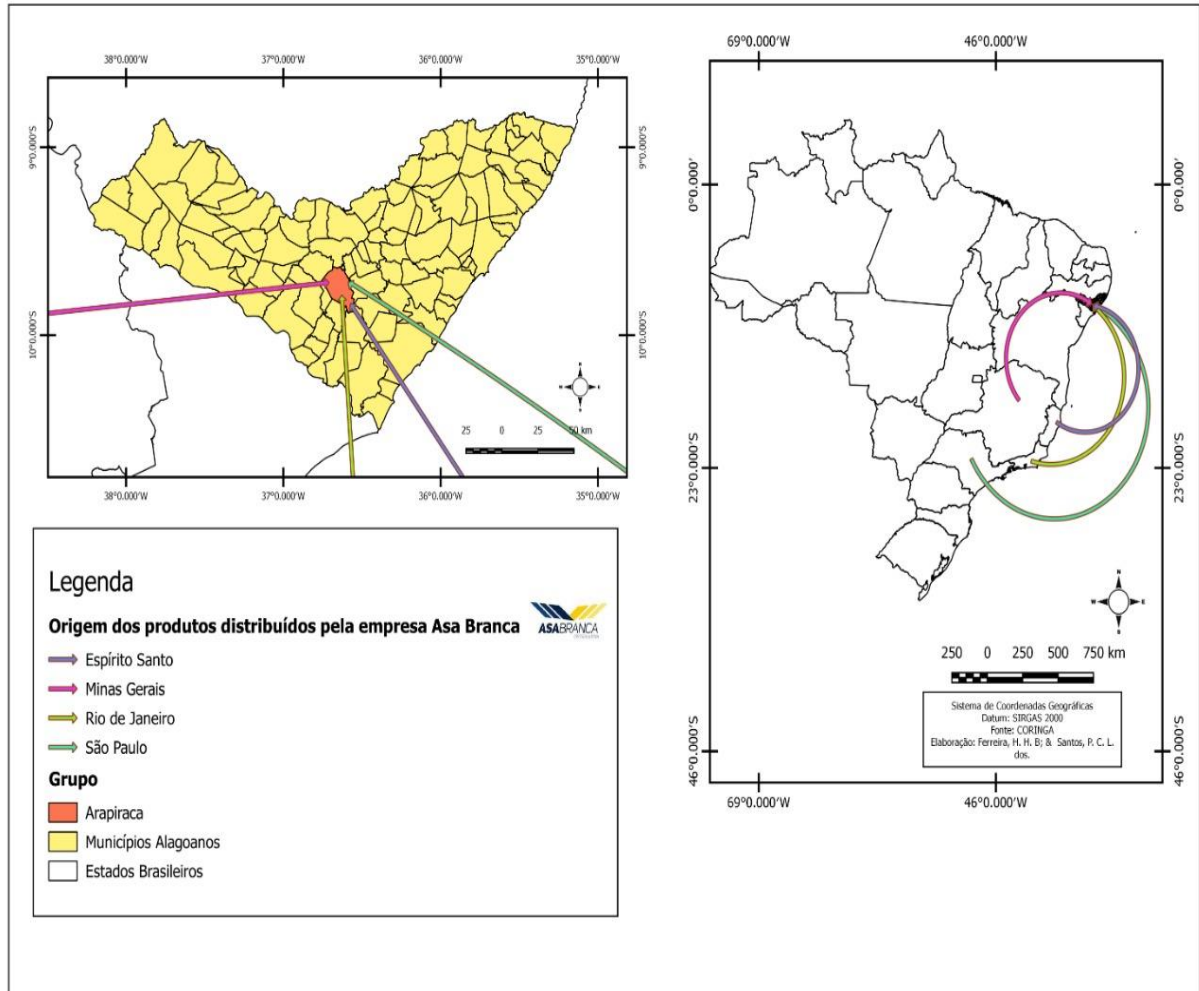
Tabela 9. Produtos comercializados pela Asa Branca Distribuidora

CATEGORIAS E PRODUTOS				
Alimentos	Bebidas	Eletrônicos	Higiene e Beleza	Limpeza
Achocolatado	Bebidas Alcolólicas	Lâmpadas	Absorvente	Amaciante de Roupa
Aveias	Energético	Lanterna	Barbear	Banheiro
Azeites	Sucos / Refrescos	Pilhas	Creme Hidratante	Desodorizado de
Barras de Cereais		Baterias	Creme para pentear	Ambientes
Cereais			Cuidado com o bebê	Detergente Líquido
Conservas			Cuidado com os pés	Limpeza Geral
Crems / Purês			Cuidados com o bebê	Limpeza Móveis
Doces			Depilação	Piso
Enlatado			Desodorante	Produtos para
Farinhas			Fraldas	calçados
Grãos			Higiene Bucal	Repelentes
Iogurte			Preservativos	Inseticidas
Leite			Protetor Solar	Tira Manchas
Massas			Shampoo /	
Molho /			Condicionador	
Condimentos			Tratamento Capilar	
Molhos /				
Condimentos				
Nutrição Infantil				
Pães				
Requeijão				
Salgadinhos				

Fonte: Asa Branca Distribuidora. Produtos. Disponível em: <http://www.asabranca.ind.br>

Na figura 10 ilustramos a origem dos produtos que a distribuidora Asa Branca comercializa a partir de Arapiraca.

Figura 10. Origem dos produtos comercializados pela Distribuidora Asa Branca

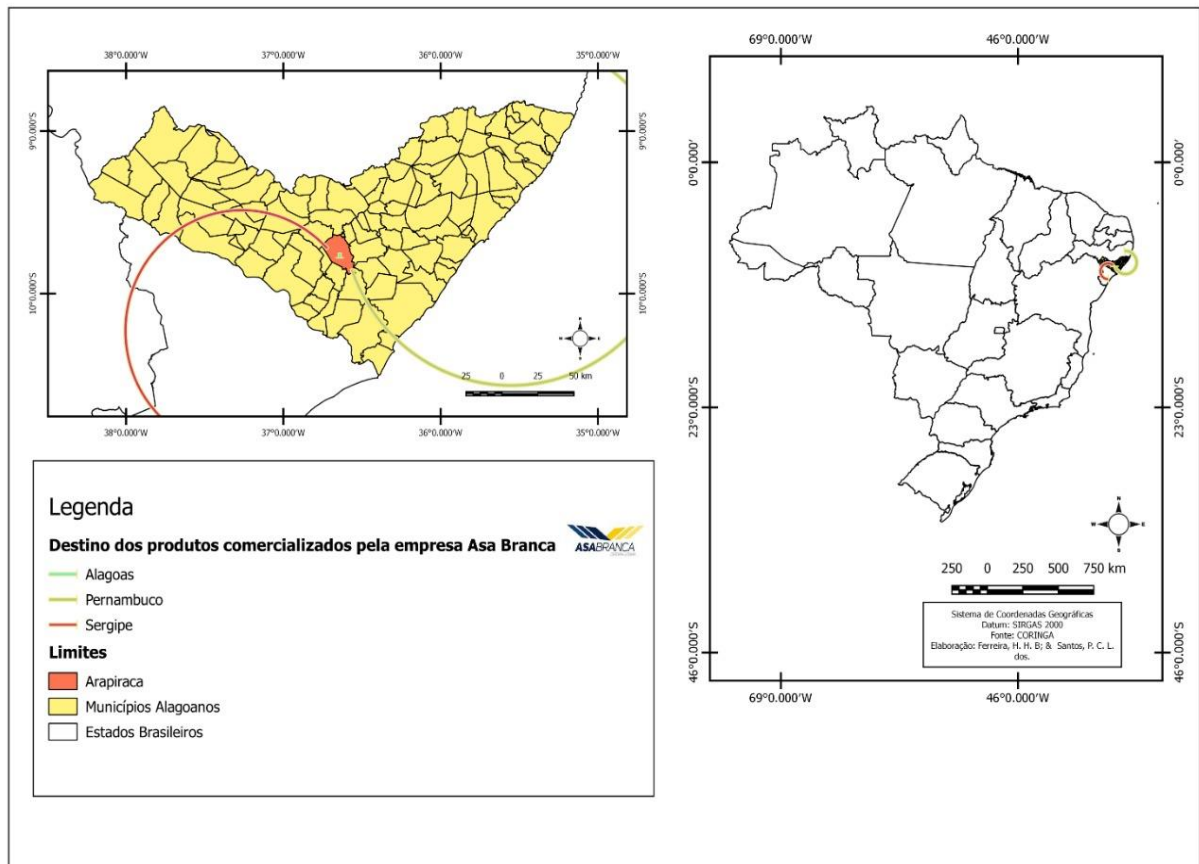


Fonte: Asa Branca Distribuidora, pesquisa de campo, outubro de 2018. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

Os produtos importados e grande maioria do centro industrial das regiões Sul e Sudeste. Dentre seus fornecedores estão: Adega de redondo, Ajinomoto, Aurora, Bosco Balera, Catupiry, Concha Y Toro, Copacol, Costa Sul, Danone, Danone Baby Nutrition, Duracell, Ebba, Estrella Galicia, Ferrero, Grano, Grupo Peña Flor, GSK, Heinz Brasil S.A, P&G, Parmalat e outros.

Na figura 11, destacamos os destinos destes produtos.

Figura 11. Destino dos produtos comercializados pela Asa Branca Distribuidora



Fonte: Asa Branca Distribuidora, pesquisa de campo, outubro de 2018. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

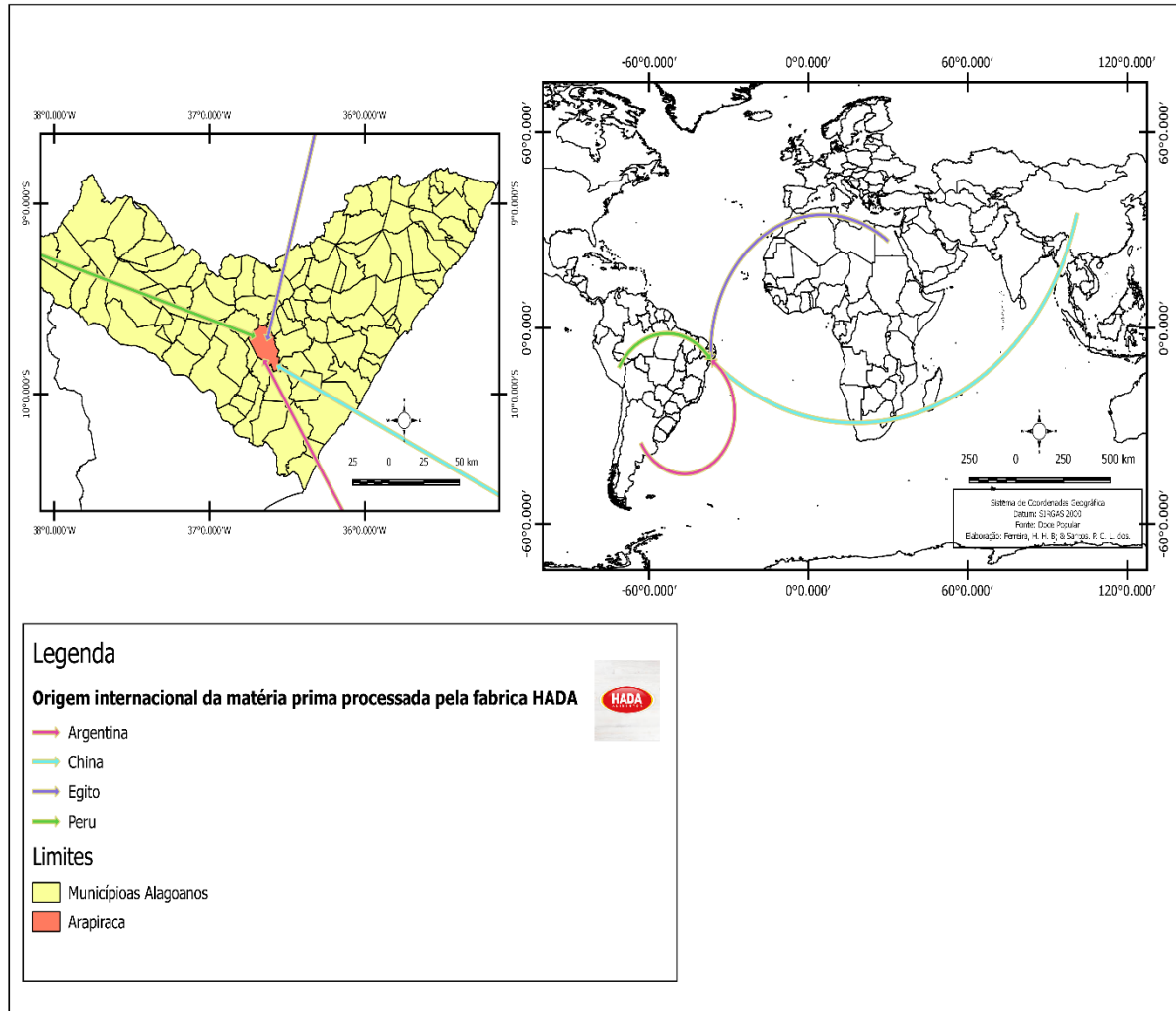
O destino destes produtos são principalmente os estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Em 2008 a empresa ampliou sua área de atuação e, instalando em Arapiraca uma fábrica do setor alimentícios, cujos produtos levam a nome da marca Hada Alimentos. Assim, além do setor atacadista, atualmente a Asa Branca integra o grupo de indústrias do setor de alimentos.

Dentre os produtos processados na fábrica de Arapiraca estão o presunto cozido em fatias, apresuntado fatiado, salame em fatias, mortadela em fatias, mortadela bolonha em fatia, queijo mussarela em fatias, queijo mussarela em pedaços, apresuntado em pedaços, presunto em pedaços salaminho em fatias, queijo prato em fatias, carne salgada resfriada de bovino, miúdos salgados resfriados de suíno, miúdos cozidos salgados resfriados (sabor defumado), bacon em fatias; peixe salgado sardinha, peixe salgado espalmado e eviscerado, peixe salgado seco tipo bacalhau, peixe congelado em posta, file de peixe congelado, peixe congelado inteiro/eviscerado. O destino desses produtos são os estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco. A matéria-prima para a produção desses itens tem origem nacional e internacional.

Na figura 12 ilustramos a origem internacional dessa matéria-prima processada na fábrica Hada Alimentos de Arapiraca.

Figura 12. Origem internacional da matéria-prima processada na fábrica Hada Alimentos - Arapiraca



Fonte: Asa Branca Distribuidora. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

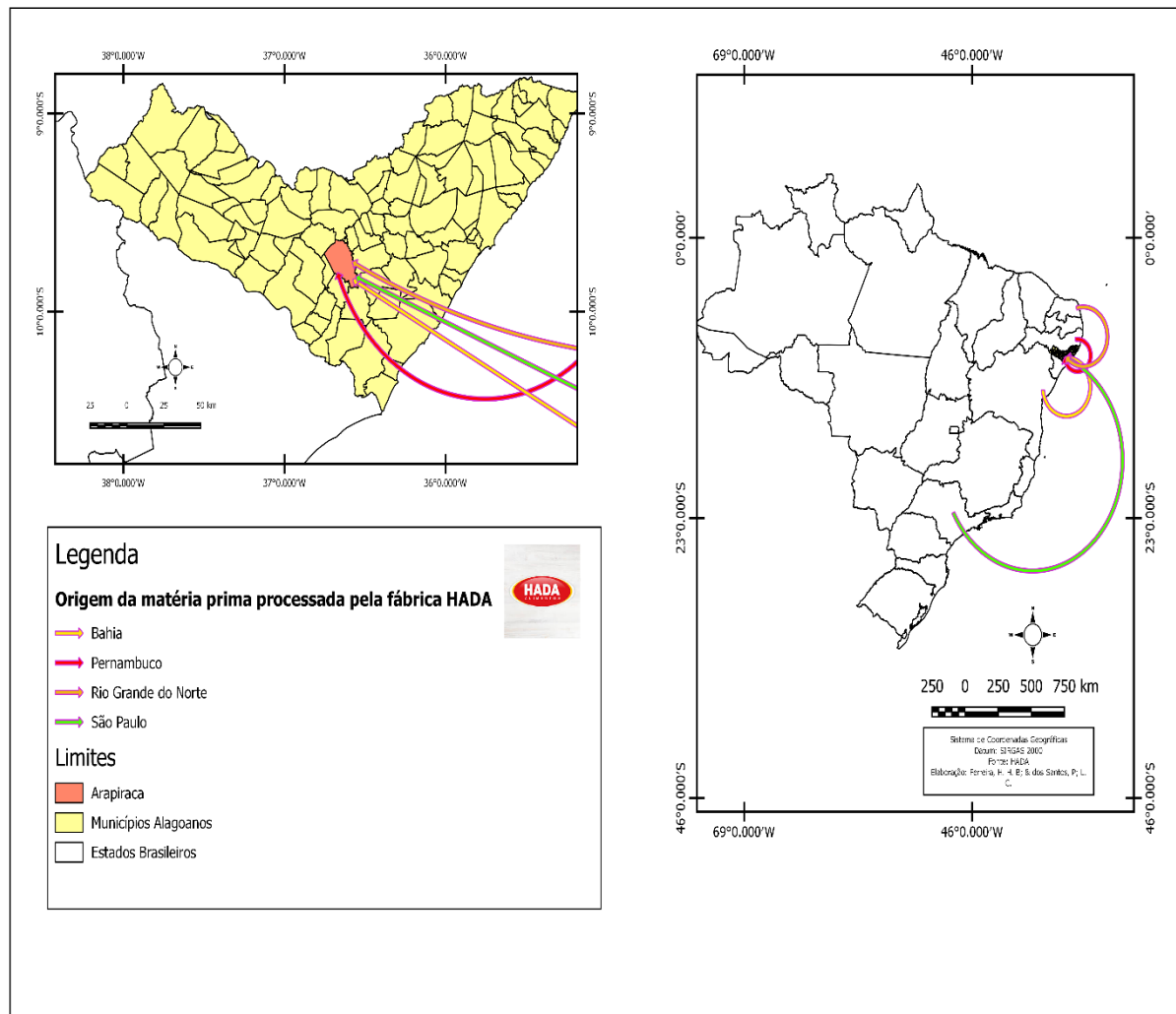
Segundo o gerente industrial da Asa Branca Distribuidora, Flavio Moreno, as cidades de origem dessa matéria-prima podem variar conforme cotação no momento da compra.

A empresa também compra matéria-prima de origem nacional, em sua maioria, ela vem dos estados de Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

É justamente essa relação que o meio de produção estabelece com outras cidades de diferentes escalas geográficas, seja para vender seus produtos, ou, comprar matéria-prima, que demonstram as interações espaciais de Arapiraca.

Na figura 13 ilustramos a origem nacional dessa matéria-prima processada na fábrica Hada Alimentos de Arapiraca.

Figura 13. Origem nacional da matéria-prima processada na fábrica Hada Alimentos - Arapiraca

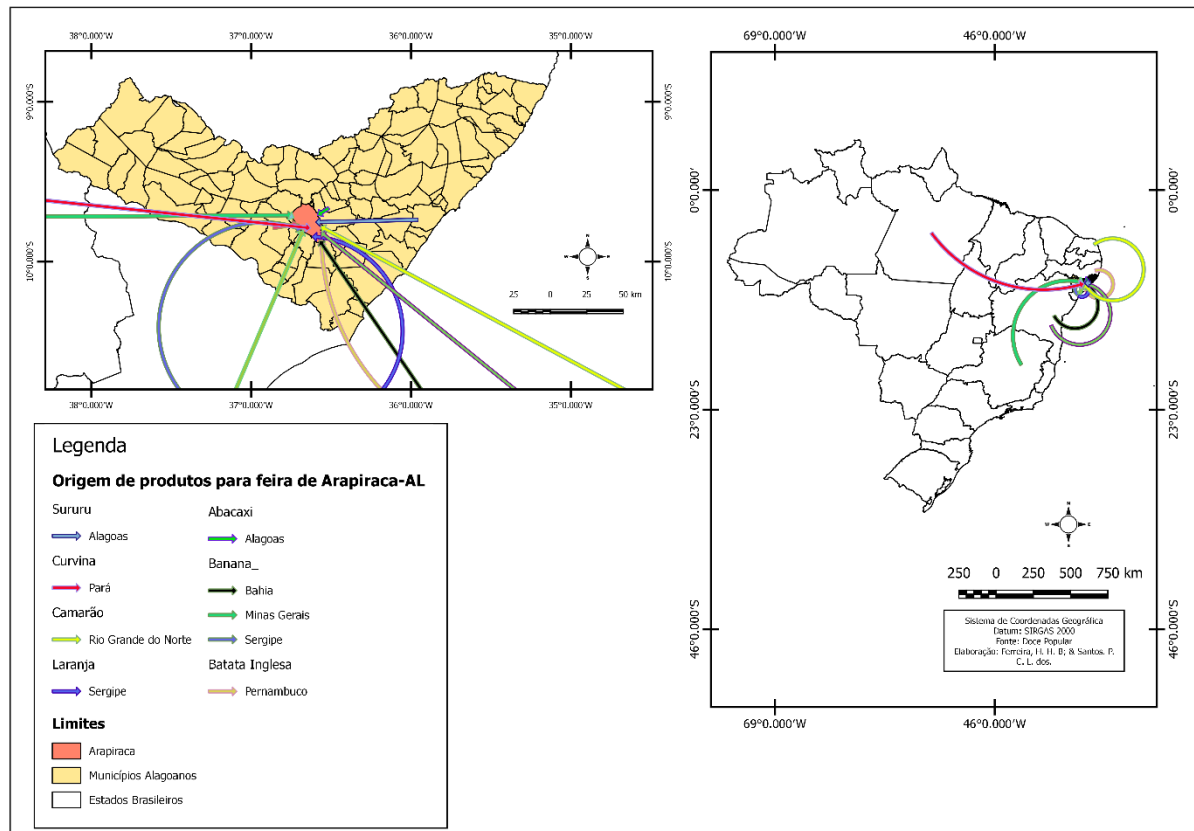


Fonte: Asa Branca Distribuidora. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

Dentre as origens da matéria-prima processada pela fábrica Hada Alimentos em Arapiraca estão: Petrolina-PE, Juazeiro – BA, São Paulo – SP, Feira de Santana – BA, Recife – PE, São Miguel dos campos – AL, Mossoró- RN, Arapiraca-AL, Coruripe-AL, La Rioja-Argentina, Mendonza-Argentina, Cairo-Egito, Guangzhou-China, Xinjiang-China e Lima-Peru.

Ainda sobre as interações espaciais de Arapiraca, não poderíamos deixar de mencionar o importante papel que feira livre exerce, presente na economia e nas relações interurbana de da cidade bem antes dela torna-se uma cidade média. Em campo, estivemos na feira livre tradicional que reúne o maior número de feirantes e consumidores da cidade, esta ocorre no primeiro dia útil da semana. Com base nas informações coletadas em campo formulamos na figura 14 demonstrando as interações desta.

Figura 14. Origem dos produtos comercializados na feira livre de Arapiraca - 2018



Fonte: Superintendência de Mercados e Feriras de Arapiraca. Elaboração: FERREIRA, Hermesson Henrique Braz. e SANTOS, Poliane Camila Lima. dos.

A feira sobrevive em meio a um período no qual novas alternativas são dadas ao consumidor e mantém viva práticas tradicionais da população arapiraquense. Ela também é responsável por absorver os produtos da agricultura familiar produzidos nos sítios próximos ao perímetro urbano de Arapiraca. No entanto, ela alcança até mesmo a região Norte, de onde vem o peixe, o camarão e outros produtos deste seguimento.

Quando buscamos responder em que momento Arapiraca se tornou uma cidade média seguimos as orientação de Corrêa (2007, p. 29), que afirma que para compreendermos o surgimento desta é preciso “considerar três elementos, compreendidos aqui como essenciais: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais”.

Sobre a elite empreendedora, constatamos aqui que está se estabelece na cidade entre os anos de 1950 e 1980, durante o auge da produção fumageira. Empreendedores ligados diretamente ao cultivo do fumo, ao comércio e a oferta de serviços especializados. É esta classe que assegurou autonomia econômica e política da cidade e a tornou um centro polarizador.

Conforme já mencionado, Arapiraca possui uma localização privilegiada, mas essa condição lhe é assegurada em razão da importância das rodovias para fluxo de pessoas, de mercadorias e serviços no estado. Essa infraestrutura, é resultado de um processo histórico que

envolveu ações do estado para integrar o território e torna-lo mais dinâmico. A cidade é interligada ao estado por meio de rodovias estaduais como a AL - 220, AL - 110, AL - 115.

Quanto as interações espaciais, é possível constatar que estas são multidirecionais, intensas, complexas e multiescalar. A presença das indústrias de beneficiamento de produtos alimentícios, das distribuidoras, das redes atacadistas e da oferta de serviços especializados na saúde lhe asseguram essa condição.

Estas características são notavelmente mais intensas a partir dos anos 1990-2000, quando Arapiraca firmou-se na condição de segunda mais influente cidade na economia alagoana; tornou-se área de concentração de serviços públicos e privados especializados, consolidou-se como uma cidade polo atrativo da população do Agreste e do Sertão de Alagoas.

Certamente não poderíamos escolher um fenômeno específico para demarcar a transição de Arapiraca para a condição de cidade média, isso seria simplificar um processo que é complexo e demanda tempo. Quando afirmamos que esta transição ocorre entre 1990 e 2000, não é porque é nesse período que ela deixa de ser uma das mais importante produtora de fumo do país, não era a dependência da fumicultura que mantinha Arapiraca na condição de cidade pequena e sim o fato de que ainda seria necessário desempenhar outras funções e adquirir novas estruturas urbanas que são específicas de uma cidade média, o que veio ocorrer durante esse período que a partir daí foram intensificados.

3.2 AS FUNÇÕES URBANAS DE ARAPIRACA

Conforme nos ensina Corrêa (2007), a análise das funções urbanas que uma cidade desempenha é fundamental para compreendermos o papel desta na rede urbana, sobretudo, no diz respeito às cidades médias, pois esta análise nos serve como elemento metodológico na identificação do alcance de suas relações e para diferencia-la de outras cidades da rede. Certamente não se trata de considerar isoladamente as funções urbanas para caracterizar uma cidade média, pois como já afirmamos anteriormente, a definição de uma cidade enquanto média ou não, depende de um conjunto de fatores como função urbana, o tamanho demográfico ou a organização do espaço intraurbano dessa cidade e, estes devem ser analisados concomitantemente.

Certo que a cidade de hoje é reflexo de diversos processos econômicos, sociais e políticos que transformaram seu espaço urbano tal como é na atualidade, devemos considerar o que Corrêa (1995) destaca: o espaço urbano é produzido por distintos agentes sociais que fazem e refazem a cidade. São os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais,

os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, agindo cada um à sua maneira, são estes que fazem a cidade.

Nesse interim a análise das funções urbanas nos permite compreender as interações espaciais da cidade e as ações de seus agentes sociais na constituição deste espaço urbano. Deste modo, neste tópico destacamos o papel de Arapiraca enquanto uma cidade nó da rede urbana alagoana que oferta serviços públicos e privados mais complexos que por sua vez não são ofertados nas cidades pequenas da rede em questão.

Para alcançarmos tal objetivo, além do trabalho de campo onde constatamos a oferta destes serviços, utilizamos como recurso o documento governamental o Plano Plurianual do estado de Alagoas (P. P. A. 2016-2019) visto que, este documento além de ser instrumento da administração pública que visa promover o desenvolvimento do estado e apresentar dados sociais e econômicos da contemporaneidade que evidenciam as cidades mais influentes na administração alagoana, apresenta a distribuição de receitas e despesas previstas para o referido período.

Iniciaremos pelas constatações observadas durante a pesquisa de campo, uma experiência que nos possibilitou um olhar não de cidadão e/ou morador da cidade, mas, sim na condição de geógrafo que busca compreender os fluxos da cidade em questão e sua função na dinâmica da rede urbana do estado.

A cidade de Arapiraca do século XXI é uma cidade que apresenta problemas comum à uma cidade que se desenvolve impulsionada por uma atividade econômica que entrou em colapso e agora busca novas formas de manter a estrutura urbana estabelecida ao longo dos “tempos dourados”. O crescimento da mancha urbana sem planejamento, e o crescimento demográfico estão relacionados com o auge e com o fim da produção fumageira, entretanto, deparam-se com uma cidade que não comporta satisfatoriamente as demandas dessa população.

Entretanto, quando ampliamos nossa análise baseados na realidade das demais cidades de Alagoas, Arapiraca apresenta funções que a torna nó da rede urbana, funções comerciais, administrativa e no desenvolvimento da indústria alagoana.

No setor do comércio, a feira livre foi pioneira na atração de investidores que viam na cidade a oportunidade de comercialização da produção do campo. De acordo com a Superintendência de Mercado e Feira (SEMS), órgão da administração pública municipal, atualmente, em Arapiraca, acontecem oito feiras livre durante quatro dias da semana (segunda-feira, quinta-feira e sexta-feira, sábado e domingo). As feiras estão distribuídas entre os bairros Centro, Primavera, Baixão, Alto do Cruzeiro, Jardim Esperança, Canafístula, Planalto e nas

Vilas Bananeira e São José. Ainda de acordo com o órgão, estão cadastrados na prefeitura 700 feirantes.

Nas feiras a diversidade e variedade de produtos encontrados evidenciam as relações desta em escala local, regional, nacional e internacional em razão da origem dos produtos. Nelas é possível encontrar produtos cultivados e produzidos dentro dos limites da área rural e urbana do município de Arapiraca e de outras regiões do país.

A maior feira livre da cidade que ocorre as segunda-feira no bairro Centro e, divide espaço com mercado público municipal José Alexandre dos Santos, ambos intensificam o movimento do centro comercial da cidade. O fluxo de feirantes e consumidores mudam a rotina do local, o trânsito fica mais intenso e comércio mais movimentado.

Roupas com origem de Caruaru (PE), moveis fabricados em Arapiraca (AL), Batata doce cultivadas em Moita Bonita (SE), peixes e camarão de criadores do Pará e grãos vendidos a granel que chegam em caminhões de diversas regiões do Brasil, estes são alguns dos itens que podem ser encontrados na mais tradicional feira de Arapiraca.

Conforme Leite (2012, p. 2) a feira foi de fundamental importância para dinamizar a economia da cidade, ao mesmo tempo que promovia interações dela com outros estados do Nordeste:

A feira livre, criada em 1884 inicialmente comercializava apenas os produtos da zona rural e vai acompanhando o crescimento da produção agrícola e das atividades comerciais, atraindo comerciantes e consumidores dos estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco devido à localização e o comércio do fumo que se expandia aliado às demais atividades que impulsionavam a economia e que proporcionavam um incremento cada vez maior à população já existente.

A diversidade de itens comercializados na feira revela que esta é dinâmica e que a cidade do Agreste alagoano mantém relações comerciais de diferentes escalas geográficas.

As imagens 4 a 9 foram registradas na feira livre acima mencionada e no mercado público municipal em outubro de 2017 durante o trabalho de campo.

Imagem 4. Mercado Público de Arapiraca: seção de frutas, verduras, legumes e hortaliças



Imagem 5. Mercado público de Arapiraca: Barraca de frutas



Algo impressiona logo que se entra no mercado público é variedade de verduras, legumes, frutas e hortaliças. Para quem conhece o Alagoas já identifica que muitos dele tem origens externas ao estado. O movimento de caminhões descarregando, com placas de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Sergipe indicam a origem desses produtos, entretanto, estes dividem espaços com veículos de porte menor com origem dos sítios das redondezas desembarcando abacaxi, farinha de mandioca e hortaliças cultivadas nas proximidades.

Imagem 6. Mercado Público de Arapiraca: seção de pescados



Imagem 7. Mercado público de Arapiraca: seção de grãos



Em meio a feira, também encontramos uma das ruas destinadas aos comerciantes móveis, estes são fabricados em Arapiraca. A carne bovina, suína e aves são repassadas aos feirantes pelos frigoríferos e avícolas situados em Arapiraca e nos municípios vizinhos.

Imagem 8. Feira Livre de Arapiraca: seção de carnes



Imagem 9. Feira Livre de Arapiraca: seção de móveis



Além das feiras, o comércio arapiraquense é movimentado pelas redes atacadistas tais como Jomart, Atacadão, Maxxi e Assaí e distribuidoras como Asa Branca e Ambev. Estes atraem comerciantes dos municípios circunvizinhos que optam por estes para comprar mercadorias para revenderem. OLIVEIRA; MORAIS; COSTA DOS SANTOS E SILVA SANTOS (2016, p. 8) explica que Arapiraca beneficiando-se de sua posição estratégica, e por seu papel de centralidade regional desde a década de 1990, domina as relações comerciais com o Agreste e o Sertão alagoano. Na transição do século XX para o século XXI a cidade passou por um processo de reestruturação no setor produtivo e comercial, hodiernamente conta com diversas empresas Atacadista/Distribuidores que utilizam Arapiraca como um elo, entre as indústrias centro sul/sudeste do país e o mercador consumidor alagoano.

Outrossim, a presença de indústrias do setor alimentício reforça a função de Arapiraca na produção alagoana. Muitas mudanças podem ser contatadas entre o final do século XX e início do século XXI, entretanto, é no setor industrial que estas mudanças são mais acentuadas, uma vez que até os anos 1980-1990, as principais indústrias estavam relacionadas ao cultivo do fumo, empresas como o Comercial Arapiraquense De Produtos Agrícolas Ltda (Capa), Universal Leaf, Souza Cruz, Danco, Incofusbom.

Atualmente os destaques são as indústrias, tais como o Grupo Coringa, Grupo Vieira, Hada, Doce Popular, Asa Branca distribuidora e, em crescimento encontram-se os setores hortifrutigranjeiros como a Luna Avícola.

Em 2014 Arapiraca foi opção escolhida pela empresa brasileira AeC, que atua nas áreas de *Contact Center*, *Consultoria*, *Software* e *Gestão em Saúde*. A unidade de Arapiraca atua no seguimento de *contact center*. Nela são realizados o atendimento à clientes de todas as regiões do Brasil da empresa Claro telefonia, Internet e Tv por assinatura. Da instalação de equipamentos a manutenção dos mesmos, tudo é solicitado aos funcionários desta unidade.

Na dinâmica do território alagoano, em 1990 o IBGE classificou Arapiraca como centro local influente na produção e interação do espaço alagoano. Nesta divisão regional de Alagoas, era ela o centro da microrregião de Arapiraca que possui relações diretas com os municípios de Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro do Anadia, São Sebastião e Taquarana.

No REGIC 2007, Arapiraca é classificada como centro urbano nível 2, caracterizado por sua influência de âmbito regional, sobretudo, por ser destino para um conjunto de atividades, de muitos municípios.

No dia 1 de dezembro de 2009, por meio da Lei Complementar 27/2009 foi instituída a Região Metropolitana do Agreste (RMA) com 20 municípios, da qual Arapiraca tornou-se

cidade polo. Em 2012, com a institucionalização da Região Metropolitana de Palmeira dos Índios, permaneceram apenas 15 municípios. Não nos aprofundaremos sobre as questões pertinentes aos critérios para institucionalização das regiões metropolitanas de Alagoas visto que este trabalho já foi discutido por Filho (2018)⁷. Assim, nos atentaremos ao significado no que se refere a gestão do território. Esta ação do legislativo estadual, reitera o papel de Arapiraca enquanto polarizadora de funções de gestão do território em escala local.

A decisão por torna-las cidade polo, pode ser compreendida quando observamos que ela se diferencia em relação aos demais municípios que integram a Região Metropolitana do Agreste em razão do seu ao desenvolvimento conforme apontamos na Tabela 10.

Tabela 10. Municípios que integram a Região Metropolitana do Agreste

Município	População	IDHM
	2010	2010
Arapiraca	214.006	0,649
Campo Grande	9.032	0,524
Coité do Noia	10.926	0,533
Craíbas	22.641	0,525
Feira Grande	21.321	0,533
Girau do Ponciano	36.600	0,536
Jaramataia	5.558	0,552
Junqueiro	23.836	0,575
Lagoa da Canoa	18.250	0,552
Limoeiro de Anadia	26.992	0,580
São Brás	6.718	0,572
São Sebastião	32.010	0,549
Tanque d'Arca	6.122	0,555
Taquarana	19.020	0,541
Traipu	25.702	0,532

Fonte: IBGE. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

No Plano Plurianual do Estado de Alagoas (P. P. A. 2016-2019), Arapiraca é apontada como um dos polos onde há centralização das atividades econômicas do estado, como um município com potencial para a instalação de um sistema Aeroviário e com uma rede de referência hospitalar em torno da estrutura estadual. E como meta para a cidade, o governo

⁷ FILHO, Cícero dos Santos. Regiões Metropolitanas de Alagoas: entre os motivos da institucionalização e a dinâmica da integração. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas. 2018.

planeja a construção de sedes próprias da defensoria pública, abrir um escritório sede da FAPEAL – Fundação de Pesquisa do Estado de Alagoas em Arapiraca, visando atender às necessidades da pesquisa com mais agilidade e eficiência no interior do estado, reformar e ampliar o prédio do IML, construção do gasoduto Penedo – Arapiraca e a implantação do aeroporto.

O documento do governo alagoano, o P. P. A. 2016-2019, nos possibilitou entender as funções urbanas de Arapiraca no que diz respeito a administração pública, sobretudo, porque nele consta as ações do estado que visam não só a oferta de serviços públicos aos moradores do município, mas também com a pretensão de atender a partir de Arapiraca a população das mesorregiões do Sertão e Agreste alagoanos. Conforme constatamos durante a prática da pesquisa, em Arapiraca estão instalados órgãos da administração pública do governo federal e estadual como a Defensoria Pública, agências do Ministério do Trabalho (MTE) e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Gerência da Regional de Educação (5ª GERE).

Assim, podemos compreender que Arapiraca possui relevância para a economia, a produção e gestão do território alagoano, sobretudo, para as cidades do interior do estado, mais distantes da capital.

3.3 UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTRA-URBANA INTERURBANAS DE ARAPIRACA

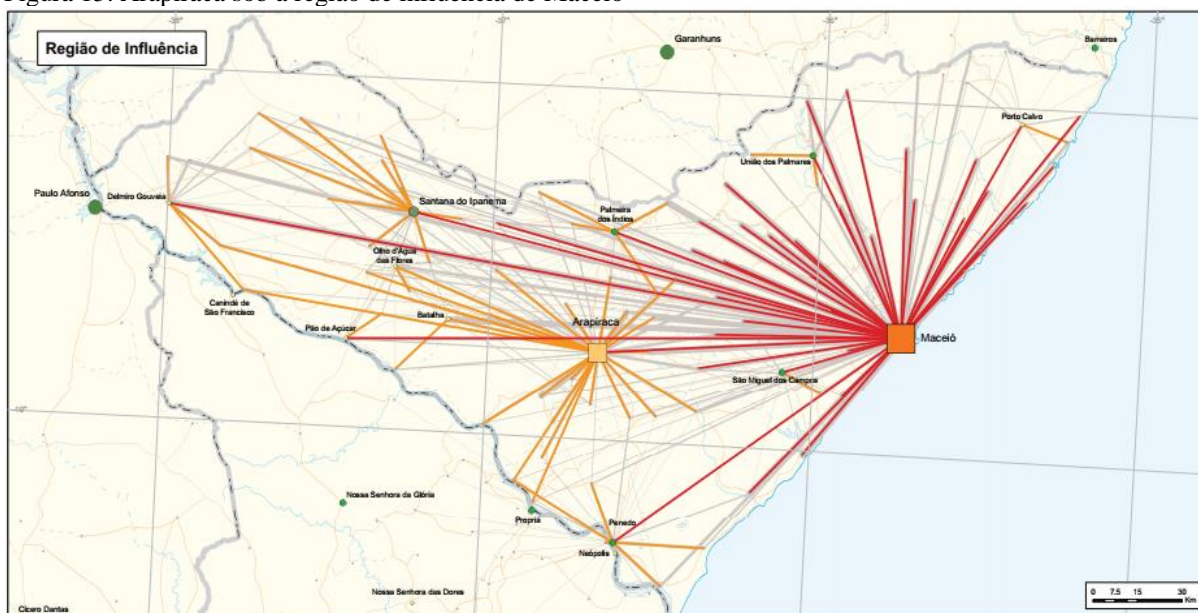
Dentre as especificidades que caracterizam as cidades médias estão as relações que elas estabelecem com o campo e com outras cidades de diferentes escalas geográficas. Destarte analisaremos as relações hierárquicas, horizontais e as transversais de Arapiraca.

Deste modo, retornaremos à caracterização e da rede urbana do Nordeste feito pelo IPEA (2002) e ao REGIC (2007) para compreender as relações hierárquicas e horizontais. Quanto as relações transversais, que são aquelas que extrapolam a rede urbana alagoana e a coloca diretamente ligadas à outras regiões do Brasil e a cidades de outros países, analisaremos os alcances das indústrias Hada, Solar, Grupo Coringa, Doce Popular e a distribuidora Asa Branca. A definição por estas empresas deu-se em razão de verificarmos seus alcances e identificar que elas evidenciam a existência das relações transversais de Arapiraca.

Na análise do IPEA (2002), Arapiraca como centro regional de ordem 1, que apresentara estrutura de apoio à produção resultando na ampliação da área produtiva, que exerce influência direta sobre 18 municípios e indireta, por meio de Penedo, sobre mais nove municípios, perfazendo 28 municípios.

Já no REGIC (2007) a definição é mais objetiva, Arapiraca encontrava-se entre os 39 municípios do Brasil classificadas como Capital Regional C. A cidade está sob a região de influência de Maceió e de Recife conforme ilustrado na figura 15.

Figura 15. Arapiraca sob a região de influência de Maceió



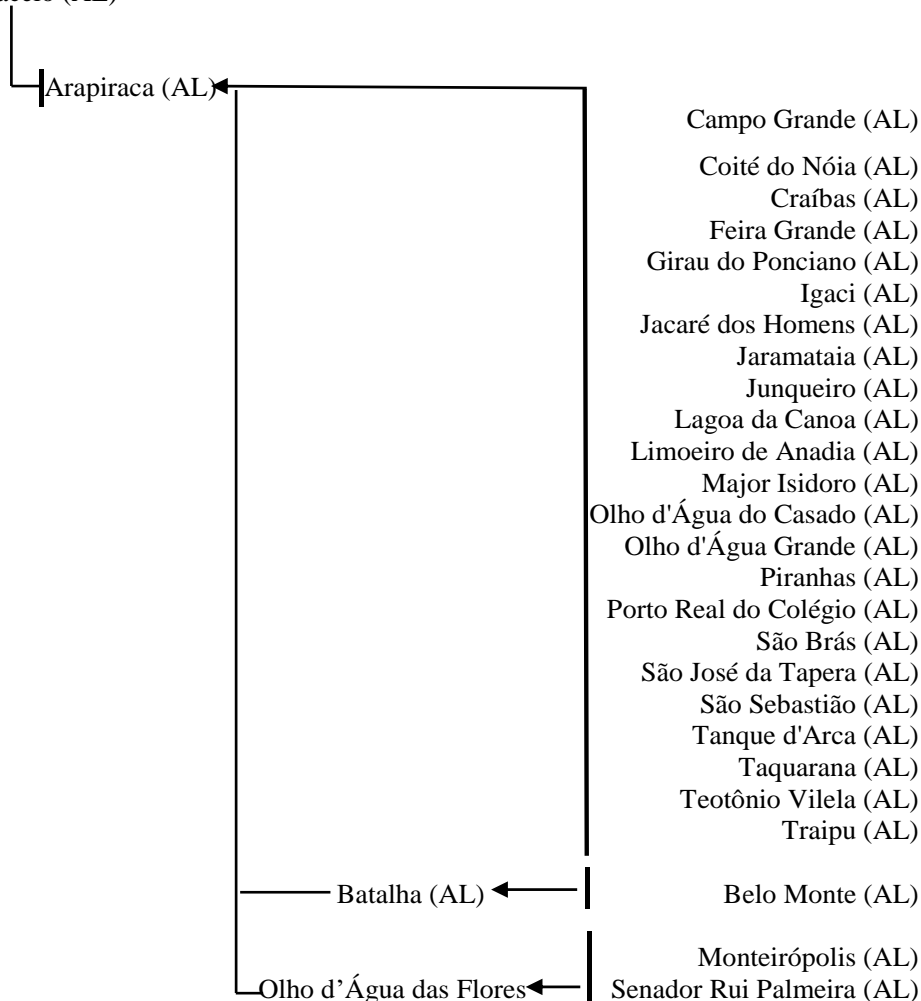
Fonte: REGIC, 2007.

Trata-se de uma Capital Regional caracterizada pela capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, por ter área de influência de âmbito regional, e por ser destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

Porém, conforme ilustramos no gráfico 8, Arapiraca é também uma cidade que exerce influência sobre outras cidade menores de Alagoas, que precisam que se relacionam com Maceió e Recife por intermédio da cidade média alagoana.

Gráfico 8. Arapiraca e os municípios de Alagoas que através dela relacionam-se com Recife.

Recife (PE) — Maceió (AL)



Fonte: REGIC, 2007. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Destarte, conforme o REGIC 2007, Maceió enquanto Capital Regional A e Arapiraca Capital Regional C encontram-se no mesmo nível urbano de acordo com a hierarquização feita pelo IBGE, entretanto, a capital ocupa o topo da hierarquia da rede urbana do estado visto que ela é o centro de gestão do território, seu relacionamento com outras cidades da região Nordeste e com outras regiões do Brasil são mais intensas e por ter o raio de influência maior.

Ainda de acordo com o REGIC 2007, pode-se contatar que Arapiraca exerce a função de centro de comando local que intermedia a conexão de outros municípios com Maceió, que por sua vez media a relação de Arapiraca com Recife.

A hierarquia da rede urbana de Alagoas completa-se com 1 Centro Sub-regional B: Santana de Ipanema; 4 Centros de Zona A: Palmeira dos Índios, Penedo, São Miguel dos Campos e União dos Palmares e 5 Centros de Zona B: Batalha, Delmiro Gouveia, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Ponto Calvo.

CAPÍTULO 4. O PAPEL DE ARAPIRACA ENQUANTO CIDADE MÉDIA

4.1 ARAPIRACA DO PRESENTE: UMA ANÁLISE DE SEUS INDICADORES

Este capítulo tem como propósito analisar a cidade do presente, pensar Arapiraca por meio de um aparato metodológico que nos possibilite compreender como os agentes sociais que constrói a cidade sentem os efeitos dessa transição. Conforme explica Villaça (2001, p.12) “a estrutura urbana está articulada a outras não territoriais como econômica, política e ideológica”, assim a “estrutura territorial é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social”. O uso de indicadores como recurso metodológico para compreender a cidade do presente é uma ferramenta que quando contextualizado histórico e geograficamente demonstra a realidade social, conforme explica Januzzi (2001, p.15):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Como no capítulo anterior demonstramos as relações de Arapiraca enquanto cidade média, com outras cidades e com a região, neste, nosso objetivo é entender como a transição de cidade pequena para média modifica a vida de seus habitantes. Assim, neste primeiro tópico, analisaremos os indicadores que revelam o crescimento, a riqueza e as desigualdades pertencentes à cidade média alagoana.

De todas as modificações, um marco muito discutido pelos autores que tem Arapiraca como objeto de estudo, é a transição econômica ocorrida entre 1990 e 2000. As transformações no setor econômico impactaram diretamente os habitantes da cidade e do campo arapiraquense. Aos agentes econômicos coube-lhes definir novos setores para investir e, aos trabalhadores coube-lhes arriscar encontrar um novo setor de trabalho, muitos dos quais não tinham sequer experiência.

Nesse interim, os resultados da População Economicamente Ativa (PEA, 2010) revela o perfil socioprofissional de uma parcela da população de Arapiraca e nos permite compreender a ocupação da classe trabalhadora. Sabemos que este é um indicador que não alcança a totalidade da população, mas é um dado importante e que não pode ser desprezado. Mesmo que seja impossível saber exatamente a ocupação da população, estes dados norteiam nossa análise.

Confrontamos os resultados da PEA 2010 com o estudo realizado por Nardi (2010)⁸, que aponta a ocupação da população arapiraquense no ano 2000. O referido autor esforça-se para compreender o destino da classe trabalhadora que vivenciou as transformações socioeconômica ocorridas em decorrência do colapso da produção fumageira. Assim Nardi (2010, p.79-80) afirma:

Em 2001, com 3.129 estabelecimentos empresariais, Arapiraca representava 8,8% da atividade econômica estadual, mas somente 4% do que dizia respeito ao número de empregados (12.549). A contribuição de município no ICMS estadual estava de apenas 3%. Estes dados ilustraria o subemprego da população arapiraquense e o pouco dinamismo da economia local. No entanto, eles se referiam apenas ao setor formal, ou seja, as empresas que pagam tributos e empregam pessoas com a carteira assinada.

A crítica de Nardi (2010) em relação ao baixo dinamismo da economia arapiraquense se faz-se com base nos dados estatísticos, entretanto o autor reconhece os altos índices de postos de trabalho informal, presentes inclusive na indústria e administração pública. Na tabela 10 ilustramos a ocupação do arapiraquense conforme Nardi (2010)

Tabela 10. Distribuição da população do município de Arapiraca por ocupação - 2000

Setores	Nº de pessoas	% sobre o total da distribuição da População Ativa
Agricultura	18.052	30,72
Indústria	2.429	4,13
Comércio	3.437	5,85
Serviços	2.167	3,69
Administração pública	3.115	5,30
Governos federal, estadual e municipal	1.568	2,67
Educação, professores e administração	594	1,01
Saúde e serviços sociais	625	1,06
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	328	0,56
Outros setores	174	0,30
Extração mineral	25	0,04
SIUP	73	0,12
Construção Civil	74	0,13
Autônomos, setor não especificado	13.300	22,63
Empregados domésticos, Trabalhadores temporários, Empregadores, Não remunerados, Sem especificações	9.000	15,32
Feirantes	2.200	3,74
Artesões	400	0,68
Moto taxistas	1.200	2,04

Fonte: Nardi 2010.Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos

⁸ NARDI, Jean Baptiste. **Acabou-se o fumo: formação socioeconômica e espacial em Arapiraca**. Maceió. Q gráfica. 2010. Na referida obra, Nardi explica a organização socioeconômica de Arapiraca a partir da distribuição socioprofissional da população no ano 2000, período em que a produção do fumo já não comandava mais a economia arapiraquense. O autor conclui que a economia não teria evoluído e, que estaria em um nível semelhante ao de décadas atrás, mas ressalta o aparecimento de outros setores. Comparados os resultados da pesquisa de Nardi com os dados da PEA 2010 é possível observar as mudanças ocorridas entre 2000 e 2010.

A tabela 11 é uma releitura da ocupação da população arapiraquense com base nos dados da PEA 2010.

Tabela 11. População Economicamente Ativa – 2010

Trabalho Principal / Seção de Atividade	Nº de Pessoas	% Sobre a seção de atividades
Administração pública, defesa e seguridade social	4.361	5,17
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	15.296	18,12
Alojamento e alimentação	2.440	2,89
Artes, cultura, esporte e recreação	650	0,77
Atividades administrativas e serviços complementares	1.216	1,44
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	641	0,76
Atividades imobiliárias	225	0,27
Atividades mal especificadas	4.250	5,03
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1280	1,52
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	22.372	26,50
Construção	6.255	7,41
Educação	5.396	6,39
Eletricidade e gás	184	0,22
Indústrias de transformação	6.016	7,13
Indústrias extrativas	44	0,05
Informação e comunicação	379	0,45
Outras atividades de serviços	2.433	2,88
Saúde humana e serviços sociais	2.538	3,01
Serviços domésticos	4.948	5,86
Transporte, armazenagem e correio	3.507	4,15

Fonte: IBGE, Censo – Amostra – Trabalho. 2010. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Destacamos os três setores que mais empregam nos dois períodos: agricultura, comércio e a indústria. A agricultura, ainda que sendo um dos mais importantes setores no que se refere a gerar emprego, no decorrer da década de 2000 a 2010 apresentou queda no número de pessoas empregadas neste setor. Paralelamente o comércio, é um setor que aumenta o número de empregados. Quanto a indústria, esta segue apresentando taxa de crescimento. A partir desta constatação podemos apreender que o próprio cotidiano do arapiraquense sofreu alterações no que se refere a suas práticas profissionais. Esta mudança consiste em atender ao mercado de trabalho, uma cidade com maiores possibilidades, uma vez que se diversificam os setores empregatícios e ou mesmo tempo exige um grau maior de instrução e qualificação profissional.

Nas discussões sobre os elementos que possibilitam entender Arapiraca enquanto cidade média está justamente as transformações que implicam no uso do seu território, não só pelos agentes econômicos hegemônicos, é preciso compreender como essas transformações implicaram na vida dos demais habitantes. Isso representa pensar a cidade para quem vive a cidade. Esta análise nos leva ao próximo indicador que é o grau de instrução da população adulta, com o qual elaboramos a tabela 12.

Tabela 12. Taxa de escolaridade da população com 25 anos ou mais de Arapiraca (em %) - 2000 e 2010

GRAU DE ESCOLARIDADE	2000	2010
Fundamental incompleto e analfabeto	37,4	28,6
Fundamental incompleto e alfabetizado	40,5	34,3
Fundamental completo e médio incompleto	8,9	13,12
Médio completo e superior incompleto	10,1	17,7
Superior completo	3,1	6,28

Fonte: Perfil - Arapiraca, AL | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Quando o espaço se torna especializado, a mão-de-obra também precisa ser especializada, precisa acompanhar o movimento que mercado de trabalho realiza. Nesse processo de transição, no qual Arapiraca ganha novas funções na rede urbana alagoana, sobretudo, no que diz respeito a produção e a prestação de serviços e a ampliação de seu comércio, além das mudanças nas relações desta enquanto cidade média, com as demais cidades da região, a forma de vivência deste espaço para quem o habita também é modificado. As novas funções, como a de polo comercial e industrial, exigem mão-de-obra apta para ocupar os postos de trabalho que estes seguimentos demandam.

O próximo indicador nos traz a percepção sobre renda, pobreza e desigualdade em Arapiraca entre 1991, 2000 e 2010, com este indicador elaborou-se a tabela 13. A definição por estas décadas para analisar estes indicadores deu-se por serem estes dois períodos distintos. O primeiro (entre os anos 1990 e 2000), correspondente a fase em que a cidade vivenciava a transição para a condição de cidade média e o segundo (2010), quando ela já apresentava-se enquanto cidade média.

Tabela 13. Indicadores sociais – Arapiraca: Renda per capita, Índice de Geni – 1991, 2000, 2010

INDICADORES	1991	2000	2010
Renda per capita	219,56	258,45	423,28
% de extremamente pobres	24,72	22,74	11,15
% de pobres	55,43	48,59	26,65
Índice de Gini	0,55	0,57	0,55

Fonte: Perfil - Arapiraca, AL | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Observando o indicador renda nos anos 1991 e 2000 a taxa média anual de crescimento foi de 1,83%, e foi justamente durante esse período que a economia arapiraquense sente os efeitos da crise na produção do fumo. Já entre 2000 e 2010 a taxa média anual de crescimento foi de 5,06%, e durante esse período Arapiraca estabelecia uma nova dinâmica econômica,

mudanças que exigiam que a cidade passasse a ser fornecedora de serviços públicos e privados especializados e até compatíveis com os ofertados na capital.

Do período da produção fumageira herdou a condição de centro nodal da rede urbana de Alagoas, daí outros processos sucederam, como a dinamização do setor de serviços na área da saúde, educação e chegada das redes atacadistas e distribuidoras como a Asa Branca Industrial Comercial e Importadora Ltda, fundada em 1996, para atender o mercado atacadista a partir do Agreste alagoano.

O indicador sobre a pobreza, ou seja, famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, apresentou queda expressiva na última década analisada. Mesmo assim o índice de Gini mostra que desigualdade de renda ainda é bastante acentuada.

Outro indicador importante que reflete a vida do arapiraquense antes e depois desta tornar-se uma cidade média é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e com ele formulamos a tabela 14.

Tabela 14. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Arapiraca – AL

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,165	0,297	0,549
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	19,59	24,17	41,97
% de 5 a 6 anos na escola	27,33	64,65	89,12
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	21,84	41,90	86,63
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	6,89	17,11	47,75
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,69	7,81	27,29
IDHM Longevidade	0,525	0,650	0,780
Esperança de vida ao nascer	56,48	64,01	71,82
IDHM Renda	0,532	0,558	0,638
Renda per capita	219,56	258,45	423,28
Evolução do IDHM	0,359	0,476	0,649

Fonte: Perfil - Arapiraca, AL | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

O fato dela ter suas funções a alcances ampliados e sua estrutura urbana modificada, obrigatoriamente, assegure melhorias na qualidade de vida da população, mesmo porque sabemos que a razão desse crescimento não é atender prioritariamente as demandas sociais e sim ao que orienta o mercado capitalista. Entretanto, a cidade é econômica, mas é também social e política e estes três processos estão imbricados no dinâmica das cidades.

O IDHM enquanto indicador analisa o desenvolvimento do município, aponta que no período de transição, de reorganização da economia arapiraquense, o município permaneceu na

classificação Muito Baixo (0.000 – 0,499), mesmo assim apresentou crescimento. Já no ano de 2010, alcança o grau de desenvolvimento Médio (0,600 – 0,699). Nos dois períodos a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para que o município apresentasse sinais de desenvolvimento.

O nível de prosperidade econômica alcançada por Arapiraca passa a demandar formação intelectual compatível com esta nova realidade. Não só em termo de ampliar a oferta da educação de base, mas também, de oferecer instituições de ensino superior. E nesse sentido podemos destacar a criação da Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC), por meio da Lei Municipal nº 719/70 que manteve a Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA) e foi estatizada pela Lei Estadual nº 5.119/1990 e cinco anos depois recebe o nome Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), por meio da Lei Estadual 5.762/1995, em 2006 passa por um processo de reestruturação e torna-se Universidade Estadual de Alagoas, pela lei 6.785/2006. Atualmente é o Campus I da UNEAL. Em 2006 é inaugurado o Campus da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e em 2010 chega a cidade o campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A nível técnico profissionalizante, destacamos as unidades do SENAI, SENAC, CEPROAL que oferecem cursos técnico em áreas administrativa, mecânica de automotores e saúde e outros.

Os agentes econômicos hegemônicos são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço, entretanto, são os grupos sociais não detentores do poder econômico ou político administrativo que vivenciam os efeitos do uso do território, adaptam-se ou sofrem os efeitos da exclusão.

Em 2007, Arapiraca recebe investimentos Programa Habitar Brasil/BID, recurso aplicado no desenvolvimento urbano e que teve como destino construção do Conjunto Residencial Jardim das Paineiras, localizado no bairro Nilo Coelho. O objetivo era promover a modernização da cidade por meio de uma intervenção urbanística e social.

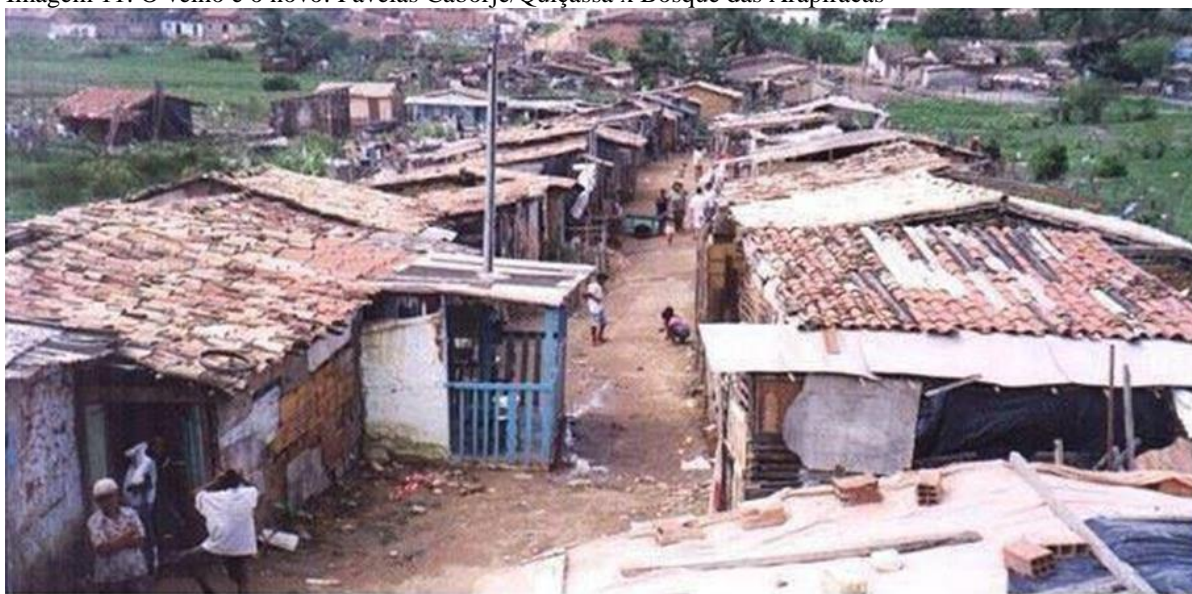
Na ocasião foram edificadas centenas de casas de alvenaria, com 40 metros quadrados, com cinco cômodos, incluindo quarto, sala, cozinha, banheiro e área de lazer para atender cerca de 583 famílias das antigas favelas do Caborje e da Quiçassa.

No espaço onde existiam as favelas foram realizadas obras de pavimentação, construídos quiosques para pequenos comerciantes, também foram instalados equipamentos para a prática de atividades físicas. Ou seja, o que antes representava as mazelas de uma cidade, que assim como tantas outras do Brasil cresceu de forma desordenada que deixa a margem do desenvolvimento econômico uma parcela significativa da população, foi transformado em uma

área de lazer onde quem por ela transita não ver nem vestígios de toda violência e pobreza que outrora ocupava aquele lugar.

A imagem 11 refere-se ao mesmo lugar, porém, em período diferente. No ano 2000 quem transitava entre o centro da cidade e os bairros Caititus e Alto do Cruzeiro, presenciava a realidade dos moradores das favelas Caborje e da Quiçassa marcadas pela precariedade e os sinais de miséria. Hoje, quem faz este mesmo percurso passa por um novo lugar, uma área de lazer destinado a prática de atividade física ao ar livre.

Imagem 11. O velho e o novo: Favelas Caborje/Quiçassa x Bosque das Arapiracas



Fonte: Cada Minuto. Antiga Favela de Arapiraca. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/240400/2014/02/20/antiga-favela-vira-cartao-postal-em-arapiraca>>

Assim, entendemos que a transição de Arapiraca para a condição de cidade média além de modificar sua relação com as demais cidades alagoanas, impactou também na vida de seus

habitantes. Certamente apresenta problemas urbanos, iremos abordar esta questão no próximo tópico, mas não poderíamos deixar de pontuar que ainda vive um processo de transição estrutural interna que repercute diretamente na relação de seus moradores com a cidade.

A cidade moderniza-se para atender ao mercado capitalista e seus indicadores dizem que a o mesmo movimento faz a população ao especializar-se. Seus gestores, com apoio do governo federal e estadual, buscam realizar melhorias estrutura urbana e ampliar a oferta de serviços públicos, reduzindo assim a necessidade de seus moradores deslocassem para a capital.

Comungamos da ideia de Lefebvre (2001, p. 55), de que a cidade pode ser associada a uma obra de arte mais do que a um simples produto material: “se há uma produção na cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. As contribuições de Lefebvre evidenciam o caráter social da cidade, que muitas vezes, em razão do demasiado peso do materialismo das mesmas, ficam contidos nas entrelinhas dos estudos sobre elas. Daí a importância analisar os indicadores socioeconômicos da cidade média fazendo uma reflexão considerando períodos históricos anteriores ao seu status atual, para compreendermos o espaço habitado.

4.2 ESPAÇO INTRAURBANO DE ARAPIRACA

O conhecimento produzido pelo campo científico sobre as transformações do território, são importantes para compreendermos os efeitos destas transformações, mas também, são decisivos para identificamos as novas demandas que surgem a partir dos resultados daquilo que que foi modificado. A cidade não só comporta vidas, ela mesma, enquanto espaço, é viva, conforme explica Campos (2002, p. 30):

A transformação espacial não vem a reboque, mas como condição da transformação da estrutura produtiva e social; o espaço não é mero receptáculo das funções de produção e consumo, ou simples cenário de representação ideológica, mas elemento integrante das configurações sociais e das atividades econômicas. Analogamente, pode-se dizer que a evolução urbana não se processa enquanto “reflexo” ou corolário da evolução socioeconômica e nem se resume à corporificação de mecanismos de controle e legitimação exigidos pelas novas configurações capitalista. Assume papel ativo, estruturado sobre uma lógica própria, que traz como elemento fundamental a intervenção deliberada dos agentes que concorrem na formação e desenvolvimento da cidade – com destaque para as políticas estatais, as iniciativas empresariais e a pressão exercida pelos diferentes setores sociais interessados na definição dos rumos dessa intervenção.

As transformações nas forças produtivas exigem também mudanças na estrutura urbana. É preciso assegurar condições para fluxo de mercadoria, de pessoas e de capital. Assim, a análise do espaço intraurbano é um recurso metodológico que contextualiza urbanização e modernização urbana com o uso do território por seus agentes sociais é um recurso fundamental

para pontuarmos em que se acentuam as especificidades de Arapiraca em relação as cidades que com possuem relações direta com esta.

Conforme nos ensina Beltrão Sposito (2007, p. 245.), “para entender como uma cidade se posiciona e se reestrutura, seria preciso ter a capacidade de verificar como se relacionam os movimentos de vários atores e como se combinam acontecimentos de diferentes importâncias”, deste modo a autora explica que há dois movimentos importantes a serem pensados articuladamente, o movimento dos atores locais residentes e atuantes na cidade média e dos atores externos a cidade média, que buscam em seus espaços urbanos serviços e bens.

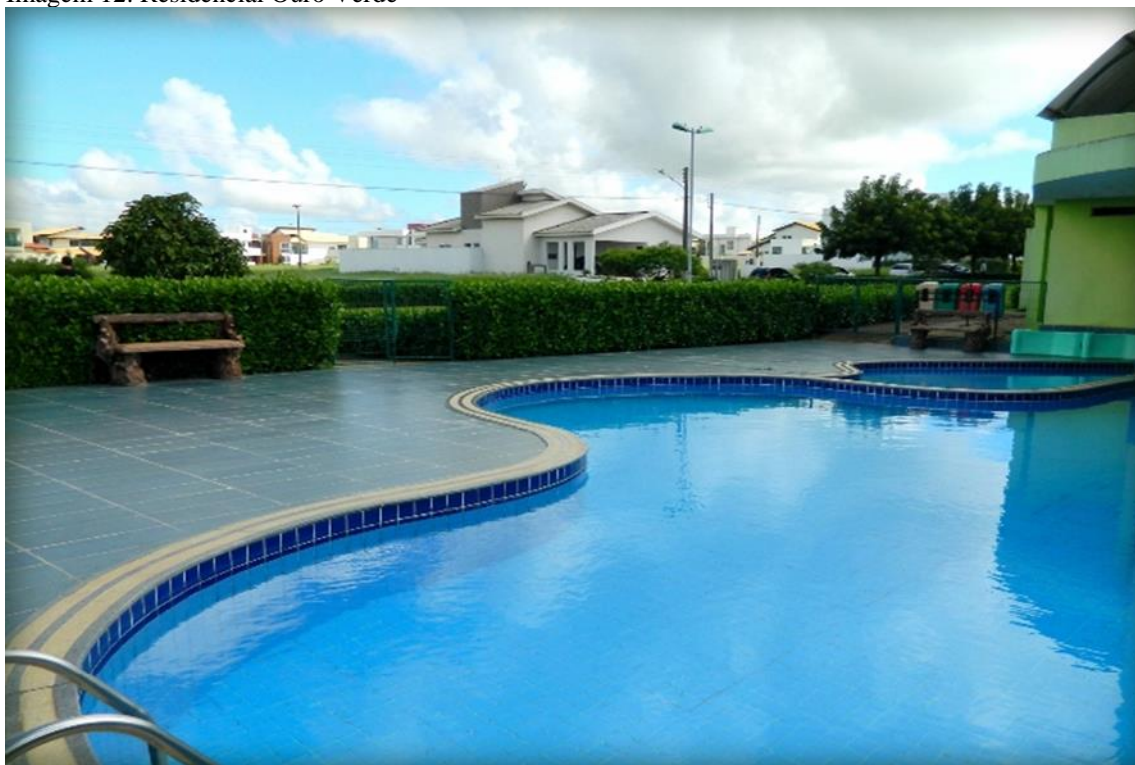
A princípio destacaremos a atuação dos agentes internos, especificamente os que atuam em prol de expandir a capacidade de oferta de bens e serviços da cidade, este seguimento é composto pelo Estado, por promotores imobiliários, proprietários industriais e comerciantes.

Dentre as mudanças ocorridas em decorrência das ações dos promotores imobiliários está a dinamização das habitações do município. Atualmente, loteamentos fechados de médio e alto padrão, as torres de apartamentos e bairros inteiros com habitações populares compõe a paisagem urbana de Arapiraca.

Tomamos como exemplo o Residencial Ouro Verde, condomínio fechado de alto padrão da cidade. Localizado as margens da rodovia AL 220, no bairro Senador Arnon de Melo, próximo ao único shopping center da cidade, de hospitais e de supermercados atacadistas. Algumas residências deste residencial superam a cifra de R\$ 1.000.000.00. Os residenciais Alto Jardim, localizado na rua Gilberto Félix de Menezes, bairro Senador Arnon de Melo e Eldorado, localizado no bairro Eldorado integram o seletto grupo de residenciais de alto padrão.

A imagem 12 é referente a uma das áreas de lazer do residencial Ouro Verde, uma referência em habitações de luxo de Arapiraca.

Imagem 12. Residencial Ouro Verde



Fonte: Universo Ouro Verde Empreendimentos. Disponível em: <http://uninvestouroverdecom.br/empreendimentos>.

Por outro lado, temos a construção dos conjuntos habitacionais de interesse social implantado na área periférica da cidade cuja construção e entrega das moradias é coordenada pela Secretaria de Assistência Social juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Caixa Econômica Federal. São os casos dos residenciais Brisa do Lago e Vale da Perucaba. Com 2.889 moradias, localizados na comunidade de Olho d'Água dos Cazuzinhas.

Estas habitações estão sendo construídas em áreas fora da mancha urbana, longe de onde são ofertados os principais serviços públicos e privados da cidade, onde é marcante a ausência do serviço de segurança pública, saúde e assistência social. Daí novos problemas surgem e tornam esses conjuntos habitacionais lócus de defasagem de serviços básicos que deveriam ser ofertados aos cidadãos.

As imagens 13 e 14 referem-se aos conjuntos habitacionais populares construídos em Arapiraca entre os anos de 2007 e 2015.

Imagem 13. Conjunto Habitacional Residencial Brisa do Lago

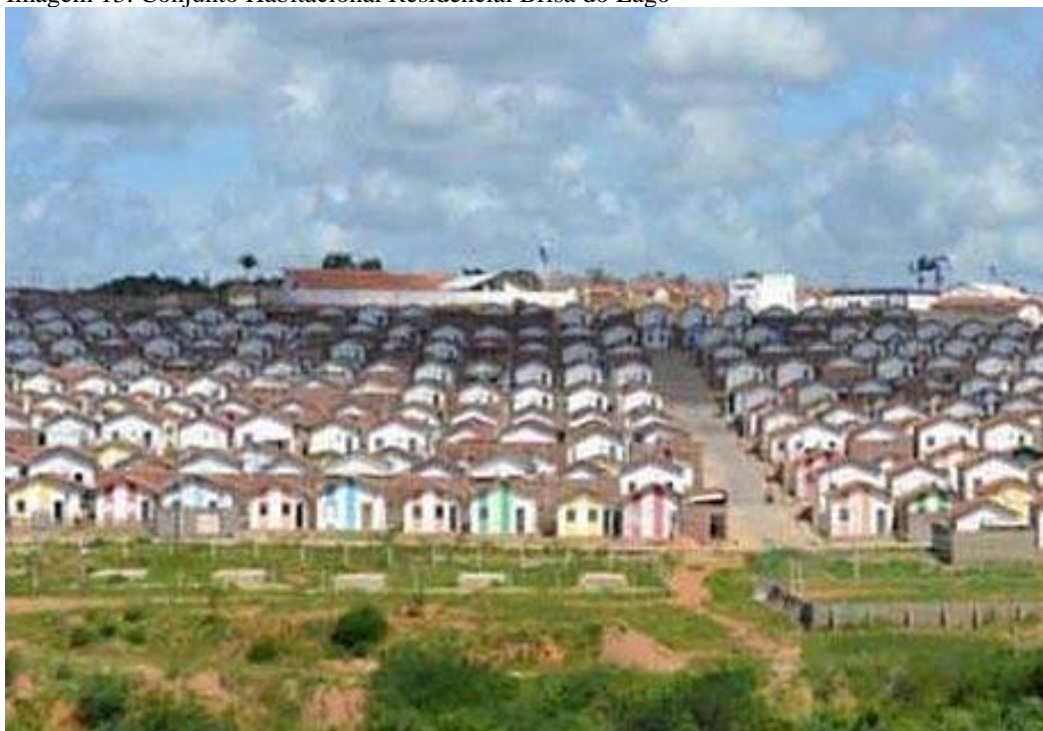


Imagem 14. Residencial Vale da Perucaba



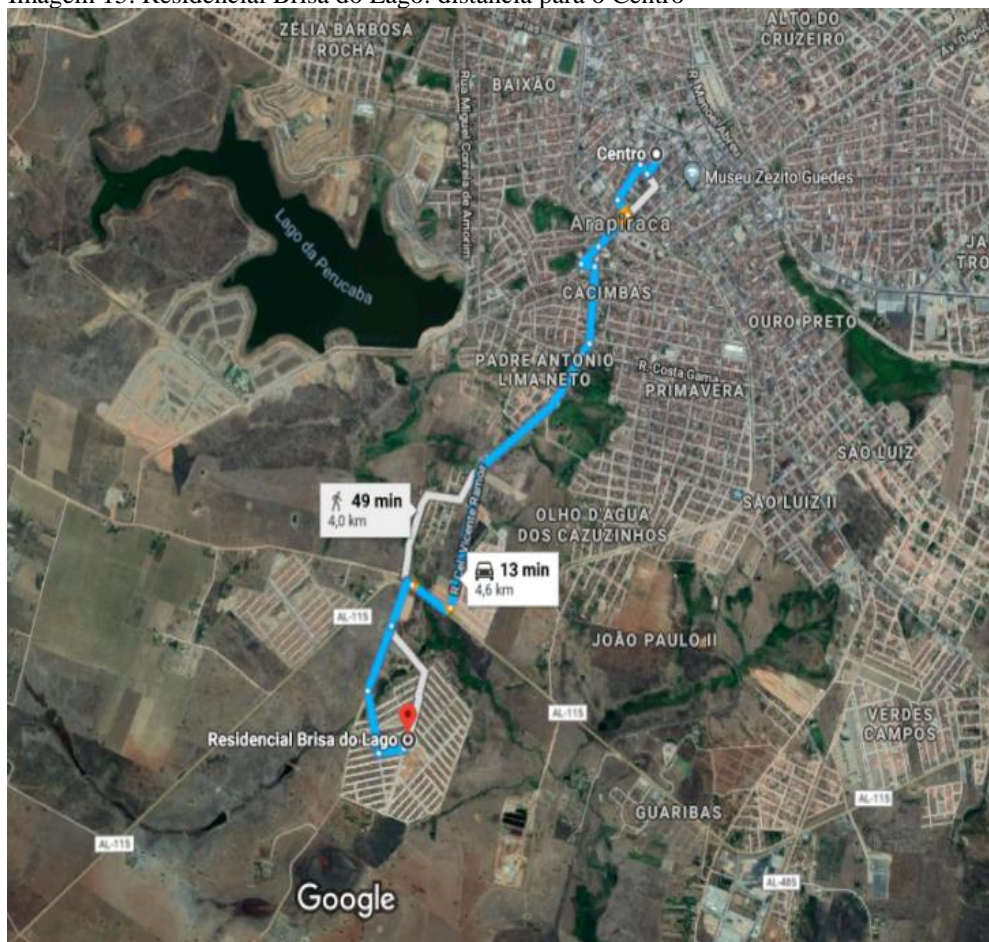
Imagens disponível em: <<https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias>>

Novas relações socioespaciais são constituídas a partir das ações dos agentes imobiliários e do público. As construções dos conjuntos habitacionais populares são justificadas por um discurso que ressalta a busca de resolver os problemas das más condições de moradias da

população que vivem nas favelas ou que não teriam outra forma de adquirir a casa própria a não ser com incentivo do governo.

Na imagem 15 traçamos a rota a ser percorrida pelos moradores do residencial Brisa do Lago (habitação popular) em direção ao centro da cidade.

Imagem 15. Residencial Brisa do Lago: distância para o Centro



Fonte: Google Maps, 2018.

E quando usamos a expressão, isola-los, não é exatamente um exagero, visto que em Arapiraca a mobilidade urbana ainda é um problema a ser resolvido e com urgência. O transporte coletivo é precário e as opções de linhas que circulam na cidade são poucas. Os serviços dos moto-taxi em alguns bairros, é até mais importante do que o transporte coletivo.

Em razão do acelerado ritmo de crescimento econômico da cidade, novas áreas vêm sendo ocupadas. Em 2004 um novo centro administrativo foi construído em Arapiraca, localizado no bairro Santa Edwiges e, em seu entorno, foram construídos agências bancárias, o shopping center, a agência do INSS, o *call center*, a 19ª Vara do Trabalho (TRT) e um complexo de saúde com várias especializações o Centro de Referência Integrado de Arapiraca (CRIA). É

justamente próximo a este novo centro de oferta de serviços que estão localizados os condomínios de alto padrão.

Na imagem 16 traçamos a rota a ser percorrida pelos moradores do condomínio Ouro Verde em direção ao centro da cidade.

Imagem 16. Condomínio Ouro Verde: distância para o Centro



Fonte: Google Maps, 2017.

A distância média tanto do condomínio Ouro Verde, como do residencial Brisa do Lago para o centro da cidade é de 4,5 quilômetros, entretanto, conforme mencionamos anteriormente, para os moradores dos conjuntos habitacionais populares usufruírem de serviços públicos ou privados básicos eles obrigatoriamente precisam se deslocarem para o centro da cidade, daí esbarram-se no problema do precário serviço de transporte público.

Arapiraca depara-se com problemas urbanos tais como a ocupação do solo de forma desordenada, que intensifica a segregação socioespacial da cidade e fragmenta o tecido urbano; a existência de loteamentos irregulares; a deficitária infraestrutura urbana, esgotos correndo a céu aberto, a ausência de calçamento das ruas em boa parte da cidade; a distribuição desigual de serviços de saúde, de educação e de transporte.

A expansão urbana de Arapiraca fez crescer também sua área de influência. Hodiernamente, a cidade concentra e distribui fluxos importantes em todo o Agreste e Sertão alagoano. Retomamos aqui a reflexão de Beltrão Sposito (2007) e analisamos os atores externos a cidade média, aqueles que buscam em seu espaço urbanos serviços e bens que a cidade oferta, isto é, educação, comércio, indústria e saúde são os principais atrativos da cidade.

Considerando que já demonstramos anteriormente os alcances da indústria e do comércio, entendemos como indispensável demonstrar a polarização dos serviços da área saúdes, pois este também atrai atores externos para Arapiraca.

Conforme o Plano Diretor de Regionalização de Alagoas, para atender às demandas sociais deste seguimento, a gestão da saúde no estado criou 10 Regiões de Saúde distribuídas em duas macrorregiões. Para organiza-las foram considerados os limites territoriais, as identidades culturais, econômicas e sociais, as redes de comunicação e a infraestrutura de transportes.

Figura 16. Regiões de Saúde – Alagoas - 2017



Fonte: Estado de Alagoas: Secretaria Estadual de Saúde Superintendência de Atenção à Saúde

Na divisão estadual de áreas administrativa do SUS Arapiraca é pólo da 2ª Macrorregião da Saúde e da 7ª Região de Saúde. De acordo com o DATASUS, os únicos estabelecimentos de saúde do SUS, fora da capital, que ofertam atendimentos ambulatorial e hospitalar de alta complexidade encontram-se em Arapiraca. Trata-se da Unidade de Emergência Dr. Daniel Houly e o Hospital Regional de Arapiraca. de Alagoas.

Ainda com base no DATASUS, realizamos um levantamento sobre os estabelecimentos públicos e privados que se encontram em Arapiraca e nos demais municípios que integram a 7ª Região de Saúde de Alagoas. A partir do levantamento destes dados é possível constatar a centralidade da oferta destes serviços na cidade. Outrossim, também evidenciam o papel desta na dinâmica do território, uma vez que apresenta o fluxo de serviços específicos presente em seu espaço intraurbano.

Tabela 15. Quantidade por tipo de estabelecimento segundo município - 7ª Região de Saúde AL

7ª REGIÃO DE SAÚDE/MUN.	CASF	CENTRO HEMOTERÁPICO / HEMATOLÓGICA	CAPS	UNID. BAS. DE SAUDE	CLÍN E/OU AMB. ESP.
Arapiraca	-	1	2	36	42
Batalha	-	-	1	8	3
Belo Monte	-	-	-	1	-
Campo Grande	-	-	-	7	1
Coité do Nóia	-	-	-	6	-
Craíbas	-	-	1	10	1
Feira Grande	-	-	1	8	-
Girau do Ponciano	2	-	1	13	-
Jacaré dos Homens	-	-	-	2	-
Jaramataia	1	-	-	3	-
Lagoa da Canoa	-	-	1	6	-
Limoeiro de Anadia	-	-	1	12	-
Major Isidoro	-	-	1	7	1
Olho d'Água Grande	-	-	-	2	-
São Sebastião	-	-	1	14	2
Taquarana	-	-	1	9	1
Traipu	-	-	1	9	-

Fonte: datasus.gov.br. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila L. dos.

Tabela 16. Quantidade por tipo de estabelecimento segundo município - 7ª Região de Saúde AL/ (segunda parte)

7ª REGIÃO DE SAÚDE/MUN.	HOSP. ESP.	CONS.	HOS. GER.	POST. DE SAUD.	SEC.	UNID. DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	SERV. DE NIVEL PRE-HOSP-URG./EMER.	UNID. MOV. DE
Arapiraca	3	146	4	4	1	33	7	
Batalha	-	-	-	1	1	3	1	
Belo Monte	-	-	-	2	1	-	-	
Campo Grande	-	-	-	-	1	-	-	
Coité do Nóia	-	-	-	5	1	1	-	
Craíbas	-	-	-	2	1	1	-	
Feira Grande	-	-	-	2	1	1	-	
Girau do Ponciano	-	1	-	-	1	1	1	
Jacaré dos Homens	-	-	-	5	1	-	-	
Jaramataia	-	-	-	-	1	1	-	
Lagoa da Canoa	-	-	-	10	1	-	-	
Limoeiro de Anadia	-	-	-	9	1	2	-	
Major Isidoro	-	1	-	-	1	1	-	
Olho d'Água Grande	-	-	-	6	1	-	-	
São Sebastião	-	-	-	13	1	-	1	
Taquarana	-	-	-	5	1	2	-	
Traipu	-	-	-	2	1	-	1	

Fonte: datasus.gov.br. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila L. dos

As tabelas 10 e 11 apontam em síntese os serviços públicos e privados na área da saúde ofertados nos municípios que integram a 7ª Região de Saúde de Alagoas. Conforme podemos observar, Arapiraca torna-se o destino de quem procura por atendimento de saúde especializado e, em alguns casos, até serviços básicos ausentes nos demais municípios.

Assim, o cotidiano da cidade de Arapiraca é marcado pelo intenso fluxo de transportes complementares oriundos dos municípios circunvizinhos. Nas ruas, as pessoas circulam apressadamente pelo centro da cidade a passos apressados, preocupadas em chegar a tempo nos lugares para conseguir o atendimento esperado, quando os conseguem, novamente se apressam por terem seu tempo regulado pela disposição dos transportes para retornarem para vossos lares.

Quando o sol começa a se pôr, as calçadas do centro da cidade começam a ficar vazias, a partir daí o movimento intenso é só no trânsito nas imediações das faculdades particulares e públicas. No lugar das vans dos transportes coletivos complementares intermunicipais, chegam as vans que oferecem o serviço de transporte escolar particular, ônibus e micro-ônibus que prestam serviços às prefeituras das adjacências. Conforme constatamos, atualmente existem em Arapiraca 18 instituições de ensino superior que ofertam cursos nas modalidades presencial e à distância. O murmurinho dura o tempo dos alunos se acomodarem em seus respectivos ambientes de estudo e quando saem retornando para suas cidades.

Trabalhar, estudar, fazer compras no comércio local ou mesmo desfrutar de atividades de lazer como ir ao cinema, passear pelo *shopping*, encontrar com os amigos em bares e praças, também são formas interações socioespaciais entre os que moram nas cidades do Sertão e do Agreste, mas vivenciam o cotidiano de Arapiraca em razão do que ela oferece.

4.3 ARAPIRACA E OUTRAS CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE

Enquanto nos debruçávamos sobre artigos, dissertações, teses e livros que nos ensinavam sobre Arapiraca, cidades médias, rede urbana de Alagoas e do Nordeste, percebemos a diversidade temática pelas quais podemos conhecer as cidades e seus respectivos processos de urbanização. Mas, sobretudo, reiteramos nossa percepção do quanto é importante a análise do espaço enquanto algo vivo e em constante transformação.

Essa consciência nos permite compreender as diferenças e similaridades que cada cidade possui. Entretanto, quando nos propomos a encerrar a construção dos capítulos desta dissertação fazendo uma análise da cidade média alagoano em conjunto com outras cidades médias do Nordeste, não pretendemos com isso elaborar um quadro comparativo entre Arapiraca e estas outras cidades para apontar-lhes atributos que as classifiquem como mais ou menos importante para a rede urbana do Nordeste e, nem nos interessaria tal reflexão.

Na verdade, essa nossa reflexão tem como objetivo compreender as especificidades de Arapiraca que a legitimam enquanto cidade média tal como outras do Nordeste. Daí a necessidade de pensa-la contextualizando-a com outras cidades do mesmo status e da mesma região e colocando-a em uma discussão já existente e aprofundada por pioneiros da geografia brasileira no estudo sobre as cidades médias nordestinas.

Nosso primeiro desafio, ao propor essa abordagem foi quanto a identificação das cidades médias do Nordeste, visto que, estes estudos ainda estão em construção, paulatinamente, são as pesquisas desenvolvidas nas Universidades de cada estado do Nordeste que vão construindo

um acervo teórico sobre as cidades médias nordestinas. Daí, buscamos aqui, reunir alguns trabalhos que utilizamos como embasamento teórico em nossa pesquisa, estes nos serviram como referência para formularmos tabela 12 com os estados do Nordeste com suas respectivas cidades médias.

Tabela 17. Estado do Nordeste e suas respectivas Cidades Médias

Estados	Cidades Médias
Bahia	Porto Seguro - Teixeira de Freitas - Eunápolis - Vitória da Conquista - Paulo Afonso – Alagoinhas – Barreiras – Itabuna – Jequié - Ilhéus
Sergipe⁹	
Alagoas	Arapiraca
Pernambuco	Petrolina – Caruaru - Vitória de Santo Antão - Garanhuns
Paraíba	Patos - Campina Grande
Rio Grande do Norte	Mossoró
Ceará	Itapipoca – Sobral - Juazeiro do Norte – Crato - Iguatu
Piauí	Parnaíba
Maranhão	Timon – Açailândia – Caxias – Imperatriz - Codó

Fonte: PEREIRA; MORAIS e OLIVEIRA, 2016 / HOLANDA, 2011.

Reunimos estas cidades no quadro 5, e apontamos suas características socioeconômicas para então analisar estas informações a luz do pensamento teórico-metodológico do que é uma cidade média, consideramos para tal a região na qual estas estão situadas. Trata-se de reflexão que objetiva tão somente identifica-las a partir do aporte teórico que utilizamos nesta pesquisa.

Quadro 3. Cidades Médias do Nordeste

CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS
Porto Seguro BA	Classificação na hierarquia urbana: Centro de Zona A. Localizada no Extremo Sul Baiano, faz parte do complexo industrial de celulose e papel. Atualmente é um dos principais destinos turísticos do Brasil, sendo pólo turístico da Bahia. O setor do comércio e serviços são os de maior expressividade econômica no município e o que mais gera emprego. População – 2010: 126.929. Taxa de urbanização: 82% IDH: 0,676 Renda Per capita: 527,0
Teixeira de Freitas BA	Classificação na hierarquia urbana: Centro Sub-Regional A.

⁹⁹ Analisando as cidades médias do Nordeste, não encontramos material que discutam a existências destas no estado de Sergipe. Mas, na caracterização das Regiões de Influência 2017, o IBGE identifica que há duas cidades que exercem o papel de Região Geográfica Intermediária (Aracaju e Itabaiana) e seis Regiões Geográficas Imediatas (Aracaju, Itabaiana, Estância, Propriá, Lagarto e Nossa Senhora da Glória).

	<p>Localizado no Extremo Sul Baiano, integra o conjunto de cidades que compõe o complexo industrial de celulose e papel. Entre os anos de 1990 e 2000 vivenciou um período de forte desenvolvimento econômico e crescimento demográfico.</p> <p>População – 2010: 138.341.</p> <p>Taxa de urbanização: 93,4% IDH: 0,685</p> <p>Renda Per Capita: 560,7</p>
Eunápolis BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Centro Sub-Regional B.</p> <p>Também compõe o Extremo Sul Baiano, que durante os anos de 1990 e 2000 vivenciou um período de forte desenvolvimento econômico e crescimento demográfico impulsionado por influência do complexo industrial de celulose e papel que se instalou na região.</p> <p>População – 2010: 100.196</p> <p>Taxa de urbanização: 93,2%</p> <p>IDH: 0,677</p> <p>Renda Per Capita: 575,4</p>
Vitória da Conquista BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Capital Regional B</p> <p>Localizada na região Sudoeste do Estado da Bahia, é uma cidade facilmente acessada pelas rodovias BR-116, BA-262, BA-263 e BA-265.</p> <p>Os setores de serviços e comércio são os mais expressivos na economia do município, entretanto, a cafeicultura também compõe dinâmica econômica da cidade.</p> <p>População – 2010: 306.866</p> <p>Taxa de urbanização: 89,5%</p> <p>IDH: 0,678</p> <p>Renda Per Capita: 555,7</p>
Paulo Afonso BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Centro Sub-Regional A</p> <p>Situada no Vale São-Franciscano da Bahia, a cidade tem seu desenvolvimento urbano e potencial econômico diretamente ligados a produção de energia elétrica (Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso). Entretanto o setor de serviços também é influente na economia local.</p> <p>População – 2010: 108.396</p> <p>Taxa de urbanização: 86,2%</p> <p>IDH: 0,674</p> <p>Renda Per Capita: 544,7</p>
Alagoinhas BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Centro Sub-Regional B</p> <p>Situa-se na mesorregião do Nordeste Baiano. As rodovias BR-101, BR-110 e BA-099 conectam a cidade a região. O desenvolvimento urbano está atrelado inicialmente a chegada da ferrovia e posteriormente a descoberta de poços de petróleo. Atualmente indústria e o setor de serviços dinamizam e promovem o crescimento econômico da cidade.</p> <p>População – 2010: 141.949</p>

	<p>Taxa de urbanização: 87,4%</p> <p>IDH: 0,683</p> <p>Renda Per Capita: 553,2</p>
Barreiras BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião Extremo Oeste Baiano.</p> <p>O fluxo migratório para a área urbana da cidade fora impulsionado implantação da agricultura moderna de grãos, sobretudo, a partir de 1970. A cidade cresceu sob destacando-se na prestação de serviços e dinamização do seu comércio. A agricultura é setor com maior participação no PIB municipal.</p> <p>População – 2010: 137.427</p> <p>Taxa de urbanização: 90,0%</p> <p>IDH: 0,721</p> <p>Renda Per Capita: 602,8</p>
Itabuna BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Capital Regional B</p> <p>Situadas na mesorregião Sul Baiano, a região de influência Itabuna-Ilhéus desenvolve-se articuladas. A crise da produção do cacau na região fez com que estas cidades vivenciassem entre os anos 1990 e 2010 transformações socioeconômicas alteraram as interações espaciais entre os centros regionais e as pequenas cidades. O setor de serviços é principal compositor do PIB das cidades, o comércio varejista é o que mais gera emprego e contribui para fortalecimento do setor de serviços.</p>
Ilhéus BA	<p><u>Itabuna</u></p> <p>População – 2010: 204.667</p> <p>Taxa de urbanização: 97,5%</p> <p>IDH: 0,712</p> <p>Renda Per Capita: 605,1</p> <p><u>Ilhéus</u></p> <p>População – 2010: 184.236</p> <p>Taxa de urbanização: 84,3%</p> <p>IDH: 0,690</p> <p>Renda Per Capita: 579,5</p>
Jequié BA	<p>Classificação na hierarquia urbana: Centro Sub-Regional A</p> <p>Situada na mesorregião Centro Sul Baiano. As principais rodovias de acesso à cidade são as BR-116 e BR-330. O setor de serviços é a principal atividade econômica da cidade, em seguida vem a indústria de confecções e no fabrico de produtos alimentícios e mais recentemente a calçadista.</p> <p>População – 2010: 151.895</p> <p>Taxa de urbanização: 91,8%</p> <p>IDH: 0,665</p> <p>Renda Per Capita: 473,9</p>
Arapiraca	<p>Classificação na hierarquia urbana: Capital Regional C</p>

AL	<p>Situada na mesorregião do Agreste Alagoano. A urbanização da cidade foi estimulada pelas mudanças socioeconômicas ocorridas a partir da crise do setor fumageiro. O setor de serviços é mais expressivo na constituição do PIB da cidade. O setor de serviços e o comércio são o que mais geram empregos formais.</p> <p>População – 2010: 214.006 Taxa de urbanização: 84,8% IDH: 0,649 Renda Per Capita: 423,3</p>
Petrolina PE	<p>Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião do São Francisco Pernambucano. o setor de Comércio e Serviços são os principais contribuintes na composição econômica da cidade. Juntamente com Juazeiro/BA forma o Petrolina/Juazeiro. É crescente a prática da fruticultura, em razão dos investimentos públicos em agricultura irrigada.</p> <p>População – 2010: 293.962 Taxa de urbanização: 74,6% IDH: 0,697 Renda Per Capita: 605,1</p>
Caruaru PE	<p>Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião do Agreste Pernambucano. A indústria de transformação, o comércio e o setor de serviços, além de serem expressivo na composição do PIB municipal, também são os setores que mais geram emprego.</p> <p>População – 2010: 314.912 Taxa de urbanização: 88,8% IDH: 0,677 Renda Per Capita: 554,0</p>
Vitória de Santo Antão PE	<p>Centro Sub-regional B</p> <p>Situada na mesorregião Mata Pernambucana. Na economia, a indústria, o setor de serviços e agropecuária são os mais expressivos na composição do PIB municipal. É também a indústria de transformação e o comércio que mais geram emprego.</p> <p>População – 2010: 129.974 Taxa de urbanização: 87,3% IDH: 0,640 Renda Per Capita: 401,2</p>
Garanhuns PE	<p>Centro Sub-regional A</p> <p>Situada na mesorregião do Agreste Pernambucano. Sua economia é dinâmica, o comércio, setores industriais, e pecuária leiteira e a atividade turística intensificam as relações socioeconômicas e espaciais da cidade.</p> <p>População – 2010: 129.408 Taxa de urbanização: 89,1% IDH: 0,664</p>

	Renda Per Capita: 492,4
Patos PB	<p>Centro Sub-regional A</p> <p>Situada na mesorregião de Sertão Paraibano. O desenvolvimento econômico da cidade relaciona-se com o crescimento do setor de serviços, sobretudo o do comércio varejista. A indústria coureiro-calçadista apresenta indicadores crescente.</p> <p>População – 2010: 100.674</p> <p>Taxa de urbanização: 96,6%</p> <p>IDH: 0,701</p> <p>Renda Per Capita: 508,5</p>
Campina Grande PB	<p>Capital Regional B.</p> <p>Situada na mesorregião do Agreste Paraibano. A indústria, sobretudo a têxtil e a de produtos alimentares, juntamente com o setor de serviços são os mais expressivos na economia do município. Entretanto, os empregos formais são ofertados em maior quantidade no comércio varejista.</p> <p>População – 2010: 385.213</p> <p>Taxa de urbanização: 95,3%</p> <p>IDH: 630,0</p> <p>Renda Per Capita: 0,720</p>
Mossoró RN	<p>Capital Regional C.</p> <p>Situada na mesorregião Oeste Potiguar. Mossoró destaca-se economicamente em razão de três atividades principais: fruticultura irrigada, petróleo e sal. Nela o maior número de empregos formais são ofertados no comércio varejista.</p> <p>População – 2010: 259.815</p> <p>Taxa de urbanização: 91,3%</p> <p>IDH: 0,720</p> <p>Renda Per Capita: 600,3</p>
Itapipoca CE	<p>Centro sub-regional B</p> <p>Situada na mesorregião Norte Cearense. A economia é baseada na agropecuária e indústria. O maior número de empregos formais é ofertado na administração pública e no comércio atacadista. As indústrias estão ligadas principalmente à agroindústria de beneficiamento de coco da baía (leite e coco ralado) e seus subprodutos. O ramo calçadista também possui uma produção significativa.</p> <p>População – 2010: 116.065</p> <p>Taxa de urbanização: 57,6%</p> <p>IDH: 0,640</p> <p>Renda Per Capita: 264,1</p>
Sobral CE	<p>Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião Noroeste Cearense. A economia, embora dinâmica, é baseada na indústria e no setor de serviços. A indústria de preparação de couros e fabricação de</p>

	<p>artefatos de couro juntamente com o comércio varejista, são os principais responsáveis pela geração de emprego formal.</p> <p>População – 2010: 188.233</p> <p>Taxa de urbanização: 88,4%</p> <p>IDH: 0,714</p> <p>Renda Per Capita: 448,9</p>
Juazeiro do Norte CE	<p>Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião Sul Cearense. O crescimento econômico da cidade está relacionado ao desenvolvimento do setor de serviços e ao crescimento da indústria. O emprego formal é assegurado principalmente pelo comércio varejista, administração pública, defesa e seguridade social e pela indústria de reparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados.</p> <p>População – 2010: 249.939</p> <p>Taxa de urbanização: 96,1%</p> <p>IDH: 0,694</p> <p>Renda Per Capita: 439,5</p>
Crato CE	<p>Capital Regional C:</p> <p>Situada na mesorregião Sul Cearense. A agropecuária, o setor de serviços e indústria dinamizam a economia da cidade. A indústria da construção civil, de transformação e extrativismo mineral articula e intensifica a relação das cidades da mesorregião do Sul Cearense.</p> <p>O emprego formal é assegurado principalmente pelo setor da educação, comércio varejista, administração pública.</p> <p>População – 2010: 121.428</p> <p>Taxa de urbanização: 83,1</p> <p>IDH: 0,713</p> <p>Renda Per Capita: 470,5</p>
Iguatu CE	<p>Centro Sub-regional A</p> <p>Situada na mesorregião Centro-Sul Cearense. A indústria do setor calçadista, o comércio e os serviços asseguram o dinamismo da economia da cidade. O comércio e setor de serviços são os que mais geram emprego formal.</p> <p>População – 2010: 96.495</p> <p>IDH: 0,677°</p> <p>Renda Per Capita: 434,67</p>
Parnaíba PI	<p>Centro Sub-regional A</p> <p>Situada na mesorregião Norte Piauiense. O setor de serviços e a indústria de beneficiamento de vidro são importante componentes da economia do município. O comércio varejista é setor que mais gera emprego formal.</p> <p>População – 2010: 145.705</p>

	<p>Taxa de urbanização: 94,4%</p> <p>IDH: 0,687</p> <p>Renda Per Capita: 479,6</p>
Timon MA	<p>Situada na mesorregião Leste Maranhense. A economia é fortemente influenciada pelo setor de serviços. A administração pública, o comércio varejista e atacadista e os serviços especializados para construção são os seguimentos que geram emprego formal.</p> <p>População – 2010: 135.133</p> <p>Taxa de urbanização: 86,9</p> <p>IDH: 0,649</p> <p>Renda Per Capita: 365,3</p>
Açailândia MA	<p>Centro Zona A</p> <p>Situada na mesorregião Oeste Maranhense, no entroncamento das rodovias BR 010 e BR 222, conta ainda com a Estrada de Ferro Carajás. Destaca-se como polo industrial no estado, com o aglomerado de indústrias madeireiras, siderúrgicas e comércio e pela exportação de ferro gusa. Entretanto, é a administração pública, as obras de infraestrutura e a produção florestal que mais gera emprego formal na cidade.</p> <p>População – 2010: 104.047</p> <p>Taxa de urbanização: 75,2%</p> <p>IDH: 0,672</p> <p>Renda Per Capita: 438,6</p>
Caxias MA	<p>Centro Sub-regional A</p> <p>Situada na mesorregião Leste Maranhense.</p> <p>A economia é impulsionada pela diversificação do setor de serviços. É marcante a presença de micro e pequenas empresas e se concentram tanto em Caxias como em Timon, Açailândia e Codó. A agroindústria apresenta índices crescente na produção.</p> <p>A administração pública e o comércio varejista são os seguimentos que mais geram empregos formal.</p> <p>População – 2010: 155.129</p> <p>Taxa de urbanização: 76,4%</p> <p>IDH: 0,624</p> <p>Renda Per Capita: 324,9</p>
Imperatriz MA	<p>Capital Regional C</p> <p>Situada na mesorregião Oeste Maranhense.</p> <p>O setor de serviço e a indústria são os mais participativos na economia do município. A atividade extrativista, a indústria de produtos alimentícios e de fabricação de produtos de minerais não-metálicos movimentam a produção industrial da cidade. O maior número de empregos formais é ofertado no comércio atacadista e varejista, além da administração pública.</p> <p>População – 2010: 247.505</p> <p>Taxa de urbanização: 94,8%</p>

	IDH: 0,731 Renda Per Capita: 613,9
Codó MA	Centro Zona A Situada na mesorregião Leste Maranhense. Codó, encontra-se uma indústria de maior porte que explora uma reserva mineral de 20 milhões de toneladas que lhe garante o suprimento de matéria-prima e a produção de um gesso. O setor de serviços e a indústria são os seguimentos que mais cooperam com a economia local. A administração pública, o comércio de atacado e varejista são os mais geram empregos formais. População – 2010: 118.038 Taxa de urbanização: 68,7% IDH: 0,595 Renda Per Capita: 273,5

Fontes: PEREIRA; MORAIS e OLIVEIRA, 2016; HOLANDA, 2011; NORDESTE, Banco. Informações Socioeconômicas Municipais. Disponível: <<https://www.bnb.gov.br>>. Elaboração: SANTOS, Poliane Camila Lima dos.

Conforme afirma Deus (2004, p. 84), “é a função urbana que define o papel da cidade no complexo geográfico, sem a qual a aglomeração urbana deixa de ter sentido”. Assim, é possível entender de que forma as cidades médias atuam na dinâmica territorial do Nordeste.

Podemos então, fazer algumas afirmações em relação as similaridades dentre estas cidades, uma delas é que estas cidades, a medida em que adquiriram estruturas urbanas, passaram participar do processo de desconcentração produtiva, conformes demonstramos, atualmente elas são o destino de muitos investidores, sobretudo, das indústrias do setor alimentício, conseqüentemente o deslocamento das indústrias para estas cidades repercute diretamente da dinâmica de seus espaço intraurbano e em vossos alcances.

Reestrutura economicamente e em termos de infraestrutura, tornaram-se referência em crescimento demográfico, principalmente da população urbana. Assim papel regional que elas exercem é reorganização do território no que se refere a circulação dos fluxos, seja este um o capital financeiro, o fluxo de pessoas e/ou da produção. São também elas que concentram da população, atividades da produção e dos serviços. Certamente elas não alcançaram um nível máximo de desenvolvimento, mas, o que as tirou do seu *status* anterior foi justamente o nível mais elevado de sua capacidade de polarizar estes serviços dentro do contexto regional.

O papel reservado às cidades médias desenvolvimento regional e, nacional, é promover interações espaciais de modo que descentralize funções que só as metrópoles desempenhavam é assegurar a fluidez do território. Para que elas alcançassem esse papel o Programa para as

Cidades de Porte Médio, resultante da iniciativa da Comissão Nacional de Política Urbana (CNPUR) foram determinantes.

No contexto da região Nordeste, elas apresentam índices de crescimento demográfico e taxa de urbanização, ampliaram sua participação na produção e na composição dos PIB de seus respectivos estados. Atuam como centro de comando sobre centros urbanos de nível inferior, sobretudo, no que diz respeito a atividade produtiva e a prestação de serviços especializados, nelas encontram-se os equipamentos necessários para distribuição comercial.

Analisando as cidades médias cearense de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu Holanda e Amora (2011, p.7) destaca:

Quando refletimos sobre os aspectos da reestruturação urbana, provocada por esse dinamismo econômico, observamos que a demanda por bens e serviços é maior por parte da população residente na cidade, o que contribui para a expansão das periferias com a instalação de grandes equipamentos como supermercados e revendedoras de veículos automotores Juazeiro do Norte apresentou no ano de 2008 um PIB de R\$1.733.091 sendo que dessa receita 84,34% foram provenientes do comércio e dos serviços. Sobral registrou, entre as cidades médias cearense o maior PIB industrial, ou seja, 37,89%, enquanto as atividades comercial e de serviços representaram 59,75% do PIB correspondendo a um total, em dados absolutos, de R\$ 1.475.083. Crato teve um PIB de R\$ 579.218, sendo que 79,76% foram gerados no comércio e nos serviços. Iguatu, por sua vez, apresentou um PIB de R\$ 480.185, sendo 77,85% oriundos do comércio e serviços. Percebe-se que no intervalo correspondente ao período de 2004 a 2008 houve um crescimento substancial do PIB ligado ao comércio e serviços nas cidades estudadas, com destaque para a cidade de Iguatu que registrou o maior aumento.

Assim como podemos constatar no quadro 5, as cidades médias do Nordeste apresentam como características o desenvolvimento econômico ligado aos setores do comércio e serviços e presença de indústrias de transformação e do setor alimentício. Para seus habitantes o comércio atacadista e varejista é mais gera emprego formal.

Em Arapiraca identificamos essas mesmas características. Diferencial demográfico; os setores de comércio e serviço sendo os que mais contribuem para o seu desempenho econômico; na administração pública, encontra-se na cidade sedes de representação de vários órgãos do governo e a presença indústria do ramo de alimentos. Ela está, dentro contexto regional acompanhando o processo de reorganização da dinâmica territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma compreensão nas discussões sobre as cidades médias é a de que elas são uma resposta aos desgastes das metrópoles. A demasiada centralidade produtiva e social das metrópoles passou a representar uma advertência para acompanhamento do mercado nacional aos avanços do capitalismo, sobretudo, nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, no qual o mercado global passou por um processo de reestruturação. Assim, a velha ordem da dinâmica territorial brasileira não acompanharia as demandas do capitalismo.

O papel do Estado foi importante para incentivar as ações dos investidores do setor privado, afinal, o que as metrópoles tinham de diferente das demais cidades da rede urbana brasileira é justamente a infraestrutura que disponha em seu território e sua conexão com as regiões do país.

Assim, entre as décadas de 1960 a 1980, as ações do Estado tinham claramente a pretensão de integrar o território, o mercado e expandir a capacidade produtiva do país. Deste modo, construir rodovias, hidrelétricas, incentivar o desenvolvimento das tecnologias e informatizar o território eram as medidas a serem tomadas e assim as fez.

É nesse contexto histórico que as cidades médias despontam no cenário nacional, o que não significa dizer que elas trouxeram o desenvolvimento por igual para as regiões do Brasil, aliás, nem significa que dizer que elas são em si parecidas, apenas que elas compartilham do mesmo processo histórico, mas com diferentes realidades. Dito isso, faremos agora nossas considerações sobre Arapiraca especificamente.

Retomando as contribuições de Beltrão Sposito (2007), as cidades médias devem ser analisadas a partir de suas relações em diferentes escalas geográficas, porém, conforme a referida autora não podemos deixar ausente em nossa pesquisa a atuação dos diferentes agentes sociais que constituem este espaço. A partir dessa lógica, podemos constatar que as relações de Arapiraca com as cidades de porte menor e com a capital, evidenciam que ela é centro nodal na dinâmica territorial alagoana, ela ocupa uma posição central na rede urbana de Alagoas por oferecer serviços públicos e privados diferenciados especializados.

Assim, podemos apreender que em Arapiraca esses agentes que influenciam nas interações espaciais são, sobretudo, agentes econômicos, mais precisamente, quem assegura as interações espaciais da cidade são as forças produtivas, a indústria, o comércio e a oferta de serviços. Estes são responsáveis por assegurar a extensão da cidade para além de limites territoriais, por garantir que ela tenha relações de consumo e de distribuição do que produz.

Destacamos também, sua interação com os municípios vizinhos que além dos serviços privados, tem com Arapiraca um vínculo de dependência, principalmente, quando o serviço necessário é o de saúde.

Superada a crise dos anos 1980 e 1990, a cidade apresentou melhorias significativas em termos de oferta de trabalho, principalmente no setor de comércio e serviços. Na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2017, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho, somados os dois setores geram 25.640 postos de empregos formais.

Cidades médias não nascem médias, tornam-se médias, nesse interim, para compreender Arapiraca foi preciso uma reflexão retomando diferentes períodos de sua história, retomando da sua gênese até sua nova condição de cidade média. Daí, podemos constatar que a origem de sua centralidade se deu ainda no período em que a produção fumageira era a principal atividade econômica do Agreste alagoano, foi durante esse período que a cidade se tornou polo comercial tanto do setor atacadista como varejista.

Entretanto, as mudanças que favoreceram ao desenvolvimento da cidade ocorreram com mais intensidade entre os anos de 1900 e 2000. Não por acaso, conforme já mencionado, intensificaram os incentivos do estado para promover a interiorização do setor produtivo como método para promover o desenvolvimento regional. Dentro da realidade das cidades do estado de Alagoas, quando essas medidas foram intensificadas, Arapiraca já exercia a função de polarizadora de bens e serviços, mas, também já se destacava por sua densidade demográfica e por seu espaço intraurbano possuir condições estruturais de receber as novas indústrias e investidores de setores como as instituições de ensino superior privado.

Quando finalizou a transição de um cotidiano marcadamente rural para um realidade predominantemente urbana, Arapiraca efetivou a importância de sua atuação na dinâmica da rede urbana de Alagoas, sobretudo, porque nesse contexto, ela passa a ser também polo de gestão do território uma vez que nos próprio planejamento para o desenvolvimento do estado a cidade aparece como destino de órgãos do governo em níveis federais e estaduais, não apenas para uso do arapiraquense, mas para atender também ao municípios vizinhos, sendo sua posição e sua importância na dinâmica regional alagoana, fruto de um processo histórico.

Do ponto de vista da hierarquia urbana de Alagoas, Arapiraca, de acordo com o IBGE (2017) é uma cidade definidora de uma Região Geográfica Intermediária, que organiza o território articulando Regiões Geográficas Imediatas como um polo de hierarquia superior a partir dos fluxos que se estabelece numa área.

No mais, essas guisas de caracterização da cidade média alagoana que construímos ao longo desta pesquisa nos conduz a compreender que seu papel no contexto regional infere sobre

dinâmica do espaço alagoano em termos de integra-lo, mas, também repercute em efeitos como uma nova reorganização seletiva do território. Há mais centralidade do que complementariedade, e nesse sentido, é preciso estar atentos aos efeitos desse processo a longo prazo.

As cidades médias, enquanto espaço em transição, demandam atenções dos geógrafos, sobretudo, para aqueles que se dedicam a compreender e explicar a dinâmica das cidades, a organização socioespacial destas e suas interações. Destarte, não podemos deixar de acompanhar os processos que as envolvem, devemos observar a reorganização do espaço intraurbano destas cidades e as formas de atuação dos seus agentes econômicos, sociais e políticos, atentos aos processos que podem conduzi-las a situações semelhantes às metrópoles economicamente e socialmente saturadas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas/Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento. **Indicadores Sociais Básicos de Alagoas**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/group/desenvolvimento-social>> Acesso: 18 abr. 2018.

_____, Secretaria Estadual de Saúde Superintendência de Atenção à Saúde. **Mapa de vinculação da rede cegonha**. Maceió 14 de julho de 2015.

AMORIM FILHO, Oswaldo e SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, T.A.; SERRA, R.V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 01-34.

ANDRADE, Thompson Almeida. e SERRA, Rodrigo Valente (organizadores). **Cidades Médias Brasileiras**. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

BELTRÃO SPÓSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise e RIBEIRO SOARES, Beatriz (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1ª Ed. Editora Expressão Popular, São Paulos, 2010.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª Ed, São Paulo, Contexto, 2000.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006, p.143-157.

_____. **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Novas Redes Urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Geografia, Rio Claro, v. 35, nº 1, p. 51-62, jan/abr. 2010.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía – UNAM**, nº 54, 2004, p. 114-139.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo/AL: Editora Artes Geographica Typ. e Pautação, 1909.

_____. **Geografia: ciência da sociedade**. 2 ed. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2008.

BRASIL, Atlas do Desenvolvimento Humano. Perfil - Arapiraca, AL. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/arapiraca_al>. Acessado em: 17 de outubro de 2017.

_____, Ministério do Trabalho. RAIS - Mapa do Emprego Formal. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acessado em dezembro de 2018

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: Modernismo e urbanização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Formação Histórica de Alagoas**. 4ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

_____. O novo padrão de crescimento no nordeste semiárido. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 160-184, jul-set., 2014

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa Gomes. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias, In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias, espaços em transição**. São Paulo. Expressão popular. 2007 p. 90-156.

CORREA DE ANDRADE, Manuel. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. São Paulo, **Terra Livre-AGB**, nº 10, 1992, p. 93-116.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

DATASUS. Estabelecimento de Saúde da 7ª Região Alagoas. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/habal.def>>. Acessado em: 17 de outubro de 2018.

DEUS, João Batista de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004.

ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim. **Geografia Alagoana ou Descrição Physica, Política e Histórica da Província das Alagoas**. 2ª Ed. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Transformações socioespaciais das cidades médias cearenses. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 28, No. 1, 2011, p. 6-13.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de; AMORA Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. **Revista Geográfica de América Central** 2, 2011, p. 1-13.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. **Leituras e saberes sobre o urbano: Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2018.

LAGES Vinícius; BRAGA Christiano e MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro :Relume Dumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004.

LEITE, Ângela Maria Araújo. O município de Arapiraca/AL e sua dinâmica histórica de ocupação e renda. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geogrzhfiahistorica/20.pdf>>. Acessado em: 22 de outubro de 2017.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil S/A. 1965.

LIMA, João Policarpo R; SICSÚ Abraham Benzaquem; PADILHA Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007.

LOPES, Diva Maria Ferlin e HENRIQUE Wendel (Org.). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro. **Alagoas 200 anos**. Instituto Arnon de Mello. Maceió, 2017.

MOREIRA, Morvan de Mello e FUSCO Wilson. **Dinâmica Demográfica do Nordeste**. Fundação Joaquim Gomes. Recife, 2015.

NARDI, Jean Baptiste. **Acabou-se o fumo: formação socioeconômica e espacial em Arapiraca-AL**. Maceió: Q Gráfica, 2010.

NORDESTE, Banco. **Informações Socioeconômicas Municipais: Arapiraca Alagoas**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>. Acessado em: 20 de março de 2018.

OLIVEIRA, José Lourenço de. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: o projeto cinturão verde**. 2007. 108 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) –Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2007.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes; MORAIS Ana Cristina Santos e OLIVEIRA, Aline Alves. Cidades médias do Nordeste: breves considerações acerca dos dinamismos e desafios no pós-1990. **Gestão & Regionalidade** - Vol. 33 - Nº 97 - jan-abr/2017.

PONTES, Maria Beatriz Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria

Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Série Temas, v. 29. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos e ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Análise da organização espacial da indústria nordestina através de uma tipologia de centros industriais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, abr/jun 1991, p. 5-32.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Transformações socioeconômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007). **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**. Ano I, Número 1, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTANA, Jorge Fernando de. Planejamento Regional do Nordeste Brasileiro e papel da SUDENE. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n 2. p 5-16, abr /jun 1989.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território**. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GASPERR, 2005, p. 35-51.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu; BOMTEMPO, Denise Cristina e SOUSA, Adriano Amaro de. (Org). **Geografia e Migração: movimentos, territórios e territorialidade**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu; BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARLO, Oscar. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. A gênese do urbano em alagoas e as expressões das atividades econômicas. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 20, n. 1, p. 104-119, mai. 2018.

SOUZA, Júlio César Oliveira de; MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. Reestruturação da Rede Urbana e dinâmica socioeconômica em cidades médias: o caso de Arapiraca. **Caderno Prudente de Geografia**, nº 13, vol. 1, 2009, p. 55 – 75.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TEODORO DOS SANTOS, Ana Paula. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. 2014, 228 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TORRES RIBEIRO, Ana Clara. Sentidos da urbanização: desafios do presente. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARLO, Oscar. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.